descontinuidades paulistanas:
o conceito de estrutura nos modelos de interpretação de são paulo

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Geórgia Novis de Figueiredo
genovis@gmail.com

Figueiredo, Geórgia Novis de
F475c **Descontinuidades Paulistanas:** o conceito de estrutura nos
modelos de interpretação de São Paulo/ Geórgia Novis de Figuei-
redo. - - São Paulo, 2008.
195 p. : il.

Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP.
Orientador: Paulo César Xavier Pereira.

1.Planejamento territorial urbano (História) 2.Áreas metro-
politanas (Aspectos político-sócioeconômicos) – São Paulo (SP)
3.Estruturas urbanas (Aspectos socioeconômicos) I.Título

CDU 711.4(091)

des**continuidades paulistanas:**
o conceito de estrutura nos modelos de interpretação de são paulo

Geórgia Novis de Figueiredo

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para a obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

Orientador:
Prof. Dr. Paulo César Xavier Pereira

São Paulo
2008

À minha família

Agradecimentos

Agradeço ao amor:

Pedro, Zu, Vi, Peco, Maxi, Therê, Henrique, Xande, Ina, Tios, Ná, vovós

Amigos, tantos!

Em especial:

Lu (s), Estela, Ju, Zappia, Maya, Paulinha, Pedrão, Póla, Dã, Ju, Rê, Tati,
Paulinho, Paulão, Bel, Van, Sá, Alê, Carol, T, Cá, Mô, Tata, Fabi, Jordana, Menino,
Fábio e Marcli.

Amigos todos, operacionalmente ou pela enorme paciência e compreensão.

E a tantos da FAU, sempre amigos:

Regina, Rejane, Estelita, Filomena e Maria José,
Sílvia, Geralda, Isa, Dina

Colegas de turma, bem como a suas idéias

À banca de qualificação, que me trouxe ao planeta

Ângela Maria Rocha e Paulo Bruna

Professores sempre queridos:

Oseki, Malu e Maria Ruth

E ao Paulo César, referência sempre,
que deixei de agradecer muitas vezes...

Resumo

A noção de “Estrutura”, como conceito, é estudada nas diversas interpretações de modelos atribuídas a São Paulo na segunda metade do século XX. Nesse período o conceito é adotado nas ciências urbanas de duas maneiras: como forma de entender o meio – sistematizando-o, e como forma de intervenção: ora com uma estrutura nova, reorganizando o espaço, ora elegendo os elementos que seriam capazes de regenerá-lo.

A problemática consiste na elaboração de modelos inequívocos que se mostram excludentes e extremamente simplificados a ponto de não identificarem a cidade, ou seja, o método elimina o processo de produção do espaço na medida em que aprisiona seus elementos, resume suas relações e presume seus efeitos. Por outro lado, se mostra extremamente eficiente na investigação do espaço, enquanto junta as pistas para a obtenção do modelo – de modo que a análise de sua evolução compõe um processo de se “pensar a cidade”.

Assim procura se discutir até que ponto o conceito “estrutura” um conceito que interfere na produção do espaço, em diferentes épocas.

Abstract

The Idea of “Structure” as a concept, is studied in diverse interpretations of urban models identified or outlined for São Paulo in the second half of the XX century. In this period that concept is adopted in urban sciences in two situations: to understand the space of the city – trying to systemize it – and as one way to deal with this city: some times as a new structure, re-organizing the space, in others by choosing the elements that would be able to regenerate it.

The problem is the fact that this way of working with spaces use to elaborate unequivocal models that uses to show extremely simplified and exculpatory systems that won't identify the city if it is reapplied, in other words, these methods eliminate the process of production of the space, because it arrests its elements, it summarizes its relationships and it presumes its effects. On the other hand, the concept of “structure” is so efficient in the inquiry of the space, while it gets informations to choose elements to built the model – in this way, the study of “structures” composes a process of "thinking the city".

So, it studies how the concept of “structure” works in the production of the spaces, at different times in history.

Introdução	11
1. A origem do termo e a construção de sua relevância	25
1.1 Origem do Termo	26
1.2 Estrutura como conceito	28
1.3 Disseminação do conceito	34
1.4 O uso conceito de “estrutura” nas questões urbanas	41
2. A estruturação de São Paulo nos anos 50: uma leitura da “aglomeração paulistana”	59
2.1 Indícios históricos: o reconhecimento de elementos estruturais e sobreposição de “estruturas”	65
2.2 Leitura da cidade – A estrutura da São Paulo nos anos 50	74
2.2.1 O aglomerado – SAGMACS 1957	74
A estrutura da expansão paulistana	75
A estrutura urbana	78
Estrutura: problemas e soluções assinalados	84
2.2.2 A análise expansionista de Langenbuch	91
2.3 Anos 50: a estrutura compreendida	98
2.3.1 A Reestruturação da SAGMACS	100
2.4 A Estrutura do crescimento	108
3. Geografia e Economia – os “seres urbanos”	114
3.1 Abordagem geográfica de Langenbuch: dos subúrbios à periferia	116
3.2 A aproximação da geografia e economia	122
3.3 Periferia: protagonista urbano	138
3.3.1 Avaliações de São Paulo 1975: a estrutura da pobreza	139
3.4 A estrutura urbana e visibilidade das contradições	148
4. Relendo a estrutura: outras dualidades e pluralidades	153

4.1 Releitura do modelo “centro-periferia”	154
4.2 Estruturas: dispersão do consenso	161
4.2.1 A estrutura de palcos	161
4.2.2 A estrutura de gradientes	167
4.3 Estrutura como elemento de discurso urbano	175
Considerações finais: o conceito sem seu sentido	181
Bibliografia	190

Abreviaturas utilizadas

FAUUSP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

SAGMACS: Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, criada em 1947

SEMPA: Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 1948

(vermelho)

O estudo procura discorrer sobre o conceito de estrutura como uma forma de compreensão do espaço urbano paulistano na segunda metade do século XX, procura identificar como a cidade foi entendida e de que forma essas análises contribuíram para a cidade que se construía.

Para isso, buscar-se-á mapear as diversas “estruturas” urbanas de São Paulo, comentando-se as formas de se entender essa figura de linguagem no espaço, identificando os pensamentos dominantes e seus efeitos na constituição da cidade, quando se analisa sua “estrutura” que de metáfora tornou-se um modelo de metonímia, elegendo partes pelo todo.

Dessa forma, o objeto de estudo desse estudo é a interação entre interpretação e produção: relacionando estudos urbanos e planejamento na cidade de São Paulo. Assim procura vínculos entre como se entendeu e se tratou o meio urbano, tendo como instrumento o conceito de “estrutura” como metodologia de análise e como forma de propostas.

A análise do “conceito de estrutura” parte de um pressuposto: O conceito como construção filosófica, tirado do espaço e novamente colocado nele, implica na elaboração de modelos conceituais, essa forma tem poder explicativo muito eficiente para se compreender o

meio, e se explicar também. Porém a sua reaplicação (como intervenção) não conforma essa idéia, ou ainda, do modelo não se enxerga as peculiaridades de uma cidade – que é um processo contínuo. Desta o conceito tem seus limites, principalmente por formular modelos que já são limitados na sua própria adoção como método. Esses modelos não se decompõe de modo a restabelecer a compreensão da cidade.

O comentário de Otilia Arantes (1997), presente na dissertação de Giselle Tanaka¹ em que comenta o pensamento crítico brasileiro se encaixa na formulação desse problema: “*dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução*”, ou seja, estruturação, como método, atribui sustentação a idéias dispersas que analisadas em conjunto devem interagir de maneira a formular um modelo que pode ser mexido, pode ser projetado. Esse modelo tem a necessidade de ser coerente, de forma que ao se construir ele sempre será uma formulação lógica. A estrutura quando é atribuída, ou identificada em um meio nomeia e classifica diversos elementos, que ao longo do processo muitas vezes elegem sujeitos que passam a protagonizar e modificar o processo, o que pode alterar a idéia de “equilíbrio” inerente ao primeiro sentido do conceito estrutura.

Essa idéia, no entanto, na formação de São Paulo pode ser encarada de diversas maneiras: uma estrutura expansiva, gradiente, nuclear, uma

¹ TANAKA, Giselle Megumi Martino “Periferia: Conceito, Práticas e Discurso - Práticas Sociais e Processos Urbanos na Metrópole de São Paulo” Dissertação de Mestrado, FAUUSP setembro de 2006

estrutura dual, de sobreposições e oposições, uma reestruturação a partir de focos, sempre utilizando, se justificando e visando esse mesmo e único conceito. No entanto estrutura é uma idéia e não um espaço, a existência física inerente ao objeto, a cidade, nem sempre condiz à materialidade atribuída a seu conceito. Assim o problema é justamente discutir como essa idéia se torna um elemento do espaço e não sua totalidade, muitas vezes compreendido como um sujeito tendencioso e multifacetado, ou seja, um idéia única que torna-se esvaziada de seu conteúdo, porém extremamente adaptável, permeando diversas áreas do conhecimento.

São Paulo, 454 anos em 2008: “São Paulo tem caráter permanentemente metamórfico”, disse o poeta Haroldo de Campos ². Como essa afirmação que trata da cidade sempre em mudança se relaciona à problemática dessa monografia? Ludovico Quaroni define sobre o que é a estrutura da cidade “*uma entidade autônoma de dependências internas*” assim se relacionam as partes com vínculos uma nas outra, ou seja, que uma só é se a outra também for, a idéia de “permanência” é superada pela idéia de “relação”, porém constantes mudanças não explicitam como poderia ser interpretada qualquer tipo de “estrutura”, assim a longevidade de elementos e fatos urbanos podem indicar o que seriam essas relações na medida em que elas se tornem identificáveis. Ou seja, embora não seja considerada um elemento fundamental, a questão da permanência seria um atalho para se notar a entidade, que emergiria em diversas abordagens como a

² Programa Expresso Brasil “A São Paulo de Haroldo de Campos” TV Cultura 1998

estrutura da cidade. Segundo o poeta, o fundamental e permanente em São Paulo é a metamorfose, a mudança, que nem sempre é sucessiva, porém é constante. Assim, essas mudanças serão analisadas em uma macro-escala, trabalhando as diversas leituras de “estrutura” da cidade a partir dos anos 50.

Para esse estudo adotaremos a idéia de evolução das “estruturas”, porém é importante destacar desde já que o objeto é um conceito, como foi trabalhado em São Paulo partir dos anos 50. É importante a afirmação que as formações estruturais tendem a apresentar discontinuidades entre elas, porém, sendo elas construções do pensamento podemos analisar a relação entre o conceito e o espaço urbano em termos de processo desses pensamentos.

Essa abordagem não é uma idéia estatística ou exata, será trabalhada em termos de predominância como referência em análises e propostas para a estrutura paulistana, ou seja, será uma revisão de interpretações que se mostrem dominantes em certos períodos em relação ao que era ou deveria ser a “estrutura paulistana”, formando modelos e sistemas que adquirem relevância para as ciências urbanas da cidade, forma modelos dominantes a partir dos quais se entende a cidade para que esta seja trabalhada. Evidentemente essas interpretações não são únicas nem sucessivas, trata-se da hegemonia da idéia no meio em que se tornam referências.

O conceito de “estrutura”, a partir dos anos 50, com a corrente filosófica

do estruturalismo, torna-se importante para várias ciências e fundamental para as ciências urbanas. A fundamentação teórica do conceito, e sua adoção às teorias urbanas são a temática do primeiro capítulo 1. “A origem do termo e a construção de sua relevância”, ainda numa ordem distante de análise em relação à São Paulo, porém com as condições que tornaram a idéia um método.

Na interpretação das “estruturas de São Paulo”, apesar de datarmos este trabalho com foco a partir da década de 50, se faz necessário uma breve apresentação dos primeiros 400 anos, pois essa exposição existe em vários destes estudos que buscam a essência, a “estrutura paulistana”, encontrando traços comuns para a identificação de outras estruturas paulistanas, nas mais diversas versões.

Essas observações se baseiam principalmente no registro de viajantes, o que já indicava a importância de São Paulo como rota, como ponto estratégico entre litoral e interior do Brasil em diferentes fases da formação nacional. Isso ressalta que apesar de todos os relatos descreverem a cidade como um vilarejo com uma escola, ou como um entreposto, ela tinha uma localização e uma função que organizava uma região logo em sua fundação – tinha assim, uma diferenciação geográfica. Embora esse não seja um dos pontos fundamentais dessa monografia, a estrutura paulistana começa a ser esboçada a partir desses traços comuns e marcantes da formação da cidade.

Para essa exposição alguns autores serão utilizados, bem como

argumentos celebrados sobre a formação da cidade, como a idéia de reconstrução, que acabam por se agregar ao caráter da “permanente” mudança da cidade. O estudo da SAGMACS apresenta linhas gerais da base do desenvolvimento paulistano, porém a obra de Langenbuch se detém mais nesse assunto. Esses serão os textos básicos para essa introdução. Além desses, outros autores também serão utilizados como referência na busca de se formar um contexto pra o desenvolvimento da estrutura paulista, atingindo o questionamento proposto.

O estudo da SAGMACS e da Comissão de Pesquisa Urbana do Município de São Paulo entregue entre 1957 e 1958³ “*A Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana*” dirigido pelo Padre Lebre⁴, é o principal estudo que dá origem a esse debate, a conformação da primeira “estrutura” exposta nessa monografia. Feito durante a década de 50, tem a abordagem e método da geografia urbana para a interpretação da cidade, apresentando um estudo completo e detalhado sobre morfologia, ocupação, população, infra-estrutura e potencialidade da cidade de São Paulo. É complexo também por ter a preocupação constante de evidenciar e explicar todos os métodos, procedimentos e referências além de avaliar os resultados. Primeiramente o estudo apresenta dados que permitem a identificação da estrutura, ou seja, denomina, loca e hierarquiza os elementos fundamentais da cidade, a relação entre eles e também com a região. Com isso desmistifica a

³ Cinco partes mimeografadas e anexo, não publicados e editados, que foram entregues em partes.

⁴ É referenciado em muitos estudos como uma publicação de sua autoria, com seu nome, Louis Joseph Lebre.

idéia do “aglomerado” contida no título, para que entendesse seu funcionamento e os obstáculos para seu desenvolvimento. Basicamente, a cidade é regida por um centro e tem em torno desse, outros focos que polarizam pequenas atividades, porém ainda são completamente dependentes do centro. Sobretudo por haver condições desiguais para todos os lados e o centro seria um ponto comum como provedor, porém também com acessibilidade desigual. Durante a evolução do estudo da SAGMACS, a entidade é incumbida de elaborar um plano estratégico para o desenvolvimento “orgânico”⁵ da cidade, ou seja, propõe uma nova estrutura a partir da existente – com a reorganização dos elementos essenciais e a superação ou correção dos elementos falhos identificados, ou seja, uma *reestruturação*. Esse processo remonta exatamente o debate aqui proposto: o conceito de “estrutura” como método de leitura e “estrutura” como proposta de produção do espaço.

Essas considerações serão analisadas no capítulo 2: “A estruturação de São Paulo nos anos 50: uma leitura da “aglomeração paulistana”, que além dos relatórios da SAGMACS, expõe também as análises de Langenbuch⁶ como referência para a interpretação de estrutura da época. No período em questão, outros trabalhos principalmente de cunho da geografia urbana formam elaborados na interpretação de São Paulo, alguns em comemoração ao IV Centenário, mas todos pela necessidade de se entender a cidade que se duplicava a cada década.

⁵ Termo “idealizado” pela entidade, como veremos a diante

⁶ LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971

Destacam-se os estudos de Aroldo de Azevedo e de Nice Lecocq Müller , porém os trabalhos da SAGMACS foram escolhidos para essa pesquisa pela precisão da proposta: a utilização de “estrutura”, como método de análise e intervenção.

Esse modelo de estrutura perduraria até a formação de um outro sistema: ainda dual, identificado na literatura como um colapso, o “centro” e a “periferia” se transformam quase num centro “versus” periferia, ou seja, são tratados como dois elementos: a “entidade autônoma” é partida, são criadas duas entidades autônomas, pelo menos nas análises. Essa leitura é plenamente dominante a partir da década de 70.

Nos anos 60 o Brasil entrou na fase de desenvolvimentismo, grandes investimentos, planos nacionais de desenvolvimento, regidos por um Estado forte, controlador. São Paulo, da mesma maneira que recebia boa parte dos investimentos, já era o estado que mais produzia e diversificava os recursos. A infra-estrutura industrial se concentrava no estado que também detinha os maiores mercados; de mão de obra, de consumo, de capitais e como não poderia deixar de ser, de empregos. Aqui era o “lugar” do crescimento nacional, tornando-se foco de atração de todo o país. A idéia desse desenvolvimento tinha o caráter de “mancha de óleo”, ou seja era proporcionado por uma fonte alimentadora que fatalmente se espalharia procurando atingir o entorno. Esse modelo mononuclear se expandindo era a leitura urbana e economica predominante também já nos anos 50, de maneira que

essas leituras se misturam na interpretação urbana nessa época. A concentração dos recursos, portanto, indica um desenvolvimento desigual que procuraria alavancar o restante.

Exatamente como essa figura da “mancha de óleo urbana” já decodificada na estrutura urbana nos anos 50, a estrutura econômica também era formada por dois elementos – entre um setor em pleno desenvolvimento e outro que se portava como se fosse na reserva aguardando que o acesso lhe atingisse. Ou seja – a compreensão da estrutura econômica do “milagre” brasileiro foi transposta exatamente como formulada ao espaço – locando essas interpretações. A “teoria da marginalização” que era dominante no meio econômico, aplicada ao espaço, separa a cidade – o centro é o local do desenvolvimento – é o formal, é legítimo, e a periferia se encontrava á margem, excluída desse desenvolvimento, porém com a condição de uma “espera” de uma situação promissora que incentivava seu crescimento quantitativo.

A primeira aproximação da economia com a geografia urbana já tinha um modelo semelhante nas duas ciências, portanto. Assim entendia-se a cidade como uma estrutura dual, cuja relação de uma com a outra é de dependência - elas seriam identificadas uma por “centro” e outra por “periferia”, entendidas sem relação cotidiana, porém como uma unidade no futuro. A grande diferença entre a relação das partes identificadas nos anos 50 era que embora existisse uma situação de diferença entre elas, o centro ainda era a referência e a periferia não era condenada a própria sorte, era polarizada e ainda que dependente fazia

parte do todo, bem como o centro só funcionava com essa área de escape também. Ou seja, entre os anos 50 e o começo dos anos 70, gradualmente a cidade vai adquirindo a interpretação econômica, uma vez que o modelo geográfico que a explicava condizia com essa outra estrutura, de maneira a confundir os dois sujeitos – o social e o espacial, sem serem o mesmo.

Ainda com essa abordagem econômica da estrutura urbana, o modelo econômico tem uma ruptura na superação do dualismo, no entanto a abordagem urbana faz uma interpretação ainda dual, porém a entidade autônoma, agora é eleita como protagonista. A difícil relação dos elementos vistos geograficamente e socialmente segregados teriam outra abordagem a partir do texto “Crítica à Razão Dualista” de Francisco de Oliveira, de 1972⁷, que fez uma reviravolta ao vincular a idéia do “moderno” e do “arcaico”, desmistificando a mancha de óleo e mostrando um desenvolvimento relacionado e baseado na desigualdade, juntando os mundos que numa visão dominante estavam conceitualmente separados.

Esse texto se tornou uma referência, porém de difícil interpretação, muitas idéias precisavam ser mudadas; e, ao urbanismo, a idéia das partes separadas e tragicamente associadas, de um crescimento patológico reforçam a idéia da periferia – como excluída do desenvolvimento torna-se eleita como o indivíduo capaz de regenerar. As partes feias, tortas, fracas, ou as legais, ricas são compreendidas

⁷ Reeditado em 2003, pela editora Boitempo, São Paulo, com a revisão incorporando o

como um mesmo organismo, dilacerado – que sobrevive, e a diferença é a base da relação dos elementos, é a estrutura fundamental que irriga o ser que em 2003 será chamado de “ornitorrinco”, completo mas esquisito, porém a visão urbana na década de 70 espacializou a diferença nos mesmos termos de centro e periferia. A intensificação dos trabalhos diretos nos pontos fracos (antes apenas considerados inatingíveis) será a forma de arrumar essa figura bizarra. Porém é importante ressaltar que, novamente, uma teoria econômica foi levada ao espaço, não precisando das peculiaridades de local que a cidade tem. Além disso, a questão genérica da localização ainda como “periferia e centro” que não necessariamente tem as bases econômicas e geográficas idênticas, tornam o sujeito absolutamente conceitual, quando ele é, primordialmente, um espaço físico, portanto uma difícil associação de idéias.

A grande referência dessa para essa compreensão adotada nesse estudo (na parte em que essa idéia será desenvolvida, capítulo 3.”Geografia e Economia – os “seres urbanos”” é o livro: “São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza”⁸ – o Título já carrega a idéia da cidade com duas realidades, além disso, como será demonstrado, faz parte da compreensão da declaração da periferia como autônoma, como um ser social.

ensaio “Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco”

⁸ Estudo realizado por pesquisadores do CEBRAP, coordenados por Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant, edições Loyola, São Paulo, 1976

A partir dessas análises, portanto, a periferia, em muitas abordagens urbanísticas será tratada não apenas como a parte excluída, mas como o sujeito que por essa extrema carência poderia ser o condutor de novos processos sociais, capaz de impulsionar a transformação da sociedade (e da cidade, que passa a ser segundo plano nessas novas idealizações – a estrutura fundamental era a sociedade, sendo a cidade entendida como reflexo dela). Esse desenvolvimento ainda será no capítulo 3, expondo a reificação da periferia.

No capítulo 4: “Relendo a estrutura: outras dualidades e pluralidades” a visão econômica ainda era predominante no começo dos anos 90, e pulverizou a periferia da cidade para novos experimentos que seriam sementes de transformação. Porém se volta ao espaço, verificando quebra do modelo com a “periferia no centro e vice-versa”, entendendo apenas o conceito social – um novo modelo – uma nova estrutura urbana identificada e outras ainda propostas. No entanto ainda que essas propostas diversifiquem interpretações as de estrutura urbana, a estrutura econômica ainda era a mesma, funcionando o espaço como o locus da desigualdade que então começa a ameaçar o desenvolvimento. Ainda assim se entendia uma estrutura com a “lógica do caos” – o caos não pode ser considerado uma estrutura, porém a lógica sim, explicando essa aparente falta de senso. Essa idéia é bastante desenvolvida no trabalho “São Paulo: Crise e Mudança”⁹, dirigidos por Nadia Somech, Lucio Kowarick e Raquel Rolnik. Neste trabalho se entende melhor a ligação entre a pobreza e a miséria, entre

⁹ SEMPLA, “São Paulo: Crise e Mudança”, São Paulo, PMSP, SEMPLA/ Brasiliense.

o legal e o clandestino, trabalhando com várias oposições, reais; que, no entanto, não se representam sempre geograficamente – ou seja há a desigualdade no espaço, mas ela não se explica pelo espaço.

Esse é o ultimo título de referência primordial para essa análise do conceito de “estrutura” em São Paulo – cumprindo cinco décadas da evolução de um conceito, que neste mesmo meio século se firma nas questões urbanas – portanto essas fontes bibliográficas aqui citadas são principalmente os documentos em que pesquisaremos as formas do conceito (que sempre procura formas) em São Paulo – tanto na interpretação da cidade mutante, quanto na proposta da cidade mais justa, sempre procurada.

(vermelho)

1. A origem do termo e a construção de sua relevância

O termo “estrutura” tem origem técnica, remete à “construção”, como será exposto nesta etapa do estudo. Este primeiro sentido demonstra sua origem como um objeto concreto, que por outro lado, se perpetua no século XX muito mais como uma metáfora de si mesma, na hora em que se forma como um conceito, muito utilizado na medida em que dota às idéias genéricas justamente alguma noção de “concreto”.

Nesta parte do estudo será exposta primeiramente esta origem. Depois disso se buscará discorrer brevemente sobre a adoção e a aplicação desse conceito nos mais variados campos intelectuais, para depois marcar sua introdução nas ciências urbanas. Neste ponto remontaremos suas origens para analisar tanto as formas que ora esse emprega na sua intervenção no meio ora adquire no trabalho de identificação dos componentes urbanos. Essas origens se tornam particularmente interessantes, pois destacam a interdisciplinaridade de se utilizar “estrutura” no meio urbano, como o próprio conceito em questão que migrou por várias áreas, até adquirir formas específicas. Isso, de certa forma, é uma das vertentes do problema a ser discutido nessa monografia. Além disso, sua adoção significa uma mudança de estratégia para a interação com o meio, de forma que é importante se destacar sua origem no urbanismo para entender a evolução na análise de São Paulo, como esse trabalho se propõe.

Nesta breve apresentação é importante ressaltar que muito dessa

discussão, em relação à conceituação, é baseada no estudo do termo que Maria Akemi Sakaguchi¹⁰ apresenta em seu doutorado; ressaltando, porém, que essa proposta o utiliza para outros objetivos, debatendo de maneira diversa.

1.1 Origem do Termo

A etimologia da palavra estrutura segundo Houaiss é:

at. *structúra*, ae 'ação ou modo de edificar ou de construir, aquilo que se construiu; estrutura, organização; disposição, arranjo', rad. de *structum*, supn. de *struo, is, uxi, ctum, ère* 'reunir, juntar, dispor, arranjar, maquinar, tramar; levantar, erguer, construir'; ver -*stru-*; f.hist. 1561 *strutura*, 1677 *estruitura*, 1709 *estructura*, a1720 *structûra*

Temos ainda conforme pesquisa de Sakaguchi:

*“radical **Structure**, do latim **structura** (supino **structum** – construir, aparentado de longe com **sternere**, cujo radical é **str**, encontrado no grego , com origem no indo-europeu e sânscrito **Star**),*

¹⁰ SAKAGUCHI, Maria Akemi. *O Espaço das Infra Estruturas: da Cidade Bela à Cidade Eficiente*. São Paulo, 2005 Tese de Doutorado- FAUUSP

*uma palavra que teria se originado entre os séculos XIV e XV*¹¹

Em ambas abordagens, “construção” é o elemento principal, representa tanto um objeto, quanto carrega neste significado atributos de um processo finalizado como obra, principalmente quando se destaca a idéia de “reunir, arranjar” com o objetivo de fazer algo. Além disso, essa origem se torna também interessante ao se pensar na questão do método, na medida em que há uma ordem cronológica implícita; o “arranjo”, a “maquinação” acompanham a idéia da construção antes desta estar concluída, remetendo idéia de planejamento, de uma forma organizada de se fazer.

Como ilustração, essa origem do termo, ainda se mostra particularmente interessante pois a palavra, no seu sentido original, se afirma em um momento em que a construção, a arquitetura expõe suas condições de estabilidade como a forma plástica a ser desenvolvida. Os séculos que acima referenciam a origem do termo “estrutura” permitem a ligação com a arquitetura então desenvolvida. Evidentemente a forma de sustentação, como existência é bem anterior a isso, porém a sua denominação –aparece no momento em que o destaque da arquitetura produzida é justamente esse: entre os séculos XIV e XV a arquitetura gótica se desenvolveu ostentando a riqueza estrutural como a maneira plástica de criar uma simbologia capaz de atingir a todos sensivelmente: uma compreensão geral, que torna

¹¹ cf: SAKAGUCHI, op cit, p.9

quase natural a “construção”, uma forma necessária para sua exibição sem questionamentos “*a estrutura da catedral fala o idioma de todas as classes sociais, já que tanto as pessoas cultas como o povo leigo podem entender seu simbolismo*”¹² Essa citação, além de demonstrar o valor que o modo de construir tinha naquele momento mostra também a força de legibilidade de “estrutura”.

Porém as palavras, principalmente quando extravasam seu sentido original se propagando por diversas áreas, têm em seu uso como o que realmente importa. Embora a origem técnica seja a base para a formação dos atributos do conceito, a importância do termo é seu uso no campo do urbanismo, dentro dos objetivos propostos nessa monografia, que para entender é necessário expor sua consistência como conceito em diversas áreas do conhecimento.

1.2 Estrutura como conceito

Para essa discussão, tomaremos autores citados por SAKAGUCHI¹³, na exposição de “estrutura” como conceito fundamental para a produção do conhecimento no século XX.

Para Jean Piaget

¹² GYMPEL, Jan. História de La Arquitetura – de la antigüedad a nuestros días. Barcelona, Konemann 1996, p.30

¹³ citações feitas nas páginas 30, 31 e 32, as notas bibliográficas a seguir estão todas nestas páginas também.

“existe estrutura no seu aspecto mais geral, quando os elementos estão reunidos numa totalidade que, como tal, apresenta determinadas propriedades e quando as propriedades dos elementos dependem inteira ou parcialmente destes caracteres da totalidade”¹⁴

Para Claude Lévy-Strauss:

“apenas é estruturada a disposição que corresponde a duas condições: trata-se de um sistema regido por uma coesão interna; e a esta coesão, inacessível na observação de um sistema isolado, revela-se o estudo das transformações, graças as quais são encontradas propriedades semelhantes em sistemas aparentemente diferentes”¹⁵

Segundo Birou

“nas ciências sociais, econômicas, em física, em química, etc., estrutura é o modo de ajustamento de um conjunto de coisas, de partes ou de forças que estão reunidas de modo a constituírem um todo específico. Cada vez que se fala em estrutura é para designar a forma de coerência de um

¹⁴ citado em BIROU, A. Dicionário de Ciências Sociais, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982, p.148 (cf SAKAGUCHI, p. 31)

¹⁵ oração de sapiência de 1960 no College de France. Apud. BIROU, A. Dicionário de Ciências Sociais, p. 148 (cf SAKAGUCHI, p. 31)

conjunto e sua heterogeneidade em relação a outros. Numa estrutura cada parte ou elemento está em conexão ou sinergia em relação aos outros e não pode ser o que é, a não ser e através de e na sua relação com eles. Assim uma alteração acusada num elemento implica modificações nos outros. A estrutura é latente está inserida na realidade de modo bastante durável e estável. É por isso que a apreensão de uma estrutura permite destacar um modelo de funcionamento. O modelo deve mudar quando a estrutura se torna diferente”¹⁶

Para Ferrater Mora:

“por um lado , se entende por ‘estrutura’ algum conjunto ou grupo de elementos relacionados entre si, segundo certas regras, ou algum conjunto de grupos de elementos funcionalmente correlacionados . Os elementos em questão são considerados como membros mais do que como partes. O conjunto ou grupo é um todo e não uma ‘mera soma’ (...) por outro lado estrutura pode entender-se como um conjunto ou grupo de sistemas. A estrutura não é então uma realidade ‘composta’ de membros, é um modo de ser dos

¹⁶ BIROU, A. Dicionário de Ciências Sociais, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982, p.148 (cf SAKAGUCHI, p. 31)

sistemas, de tal modo que os sistemas funcionam em virtude da estrutura que têm.”¹⁷

(...)

Essas definições de estrutura ressaltam o aspecto relacional dos elementos que a compõem, relativo ao funcionamento do todo e das partes. Está presente também a relação entre a idéia de estrutura e a de sistema ou de conjuntos de sistemas entre si, e a idéia de função ou funcionamento. A idéia de estrutura pode relacionar-se também às noções de conexão ou interconexão, de forma, de configuração, entre outros, dependendo de sua aplicação teórica como um modelo explicativo ou como um método de análise de uma realidade.”

Ou ainda em citação de outro autor, Ludovico Quaroni, arquiteto que trabalha com o conceito – já em utilidade ao urbanismo:

“designar, em oposição a uma simples combinação de elementos, um todo formado por fenômenos relacionados entre si de tal forma que cada um dependa dos demais, não podendo ser o que é senão em virtude de sua relação, nela

¹⁷ FERRATER MORA, José. Dicionário di Filosofia de Bolsillo. Madrid: Alianza, 1994, v.1, p.266 (cf SAKAGUCHI, p. 31)

*mesma, com os demais, ou seja: uma entidade autônoma de dependências internas*¹⁸

Com essa apresentação pode-se notar que o conceito tem muitas definições que carregam um sentido comum:

- para o conceito, “estrutura” é uma construção racional relacionada à organização, coesão, harmonização, sustentação de diversas partes num todo.
- a noção se torna muito importante na análise do “todo” e na sua possibilidade de decomposição (sendo sempre relativa à recomposição), ou seja, como método, “estrutura” demonstra a compreensão de um sistema, de forma que pode denominar, eleger partes, e rearticulá-las. Isso só faz sentido dessa forma e vice-versa, ou seja o todo pode ser entendido pelas partes, se estas sempre forem relativas ao todo. A coerência necessária muitas vezes só é constituída pela lógica.
- destaco a idéia de “estabilidade”, se essa idéia já fundamental em sua origem, o conceito de certa maneira atribui estabilidade aos sistemas que analisa – “realidade durável e estável”, assim seu uso, por dar valores, pode ser ideológico. Não parece que um modelo “estruturado” possa ruir, que as conexões ou as relações entre os diversos elementos (espaciais, sociais, econômicos) possam estar fora deste equilíbrio, de

¹⁸ QUARONI, op cit, p.15

modo que o uso do conceito tem o poder maior que apenas ser um instrumento de explicação (o método referenciado), mas é uma forma de já agregar valores perpétuos ao objeto na medida em que o caracteriza como uma estrutura.

Como conceito, então, além de se destacar como forma de se pesquisar e compreender objetos, que no plano das idéias podem ser completamente abstratos, tem essa característica de transformá-las em construções intelectuais, dar estabilidade e fundamentação às idéias. Forty¹⁹ faz o seguinte comentário a respeito do conceito *“O notável feito desse termo [estrutura] é que começou como uma abstração, cujo verdadeiro significado estava na sua invisibilidade, e retornou no jargão moderno como uma coisa”*²⁰ Esse comentário é muito preciso para se entender o vulto que o termo toma: o autor se refere a ele já como uma abstração, entendendo o termo por seu conceito, metáfora do primeiro desígnio da palavra, que por mais oculto que pudesse ser, era concreto, e o conceito, diferentemente, é uma abstração dessa existência; que, por contradição, é usado para reificar ou naturalizar idéias, formas e outros conceitos, esses passam a ser vistos como realidade: o modelo explicativo ou o método de análise (que são processos e resultados diferentes) muitas vezes são confundidos, ou seja, “estrutura” quando identificada finaliza em si um processo, que como “coisa” limita sua evolução, tanto enquanto entendimento, tanto como fato.

¹⁹ Adrian Forty, historiador inglês de arquitetura e sociedade

²⁰ citação de FORTY, Adrian. Words and Buildings. A vocabulary of moderns Architecture. London, Thames and Hudson, 2000, p.281, in SAKAGUSHI, op. cit, p.35

1. 3 Disseminação do conceito

O original técnico começa a ser utilizado ainda na construção, e desse significado a metáfora vai formando o conceito. Segundo Forty ²¹ *"teria sido o inglês Robert Willis um dos primeiros a usar a expressão 'construção mecânica' para expressar o que hoje chamamos de 'estrutura de suporte', diferenciando da 'construção decorativa' ou 'construção aparente', em uma obra de 1835"*, portanto independente da existência anterior, o uso da palavra se liga a uma época de maior racionalização da própria atividade de construir, e a partir daí é que a amplitude metafórica do conceito vai se formando, já no século XIX, já na modernidade. Esse uso logo vai se disseminando, segundo Sakaguchi, *"considera-se que a obra do francês Viollet-le-Duc foi a principal fonte de difusão dessa idéia desde o último terço do século XIX (...)" ao tratar da superioridade da arquitetura gótica*". A primeira propagação, então foi ainda com o uso original, possibilitando a consolidação de seu sentido, que reinterpretado como metáfora fundamenta o conceito, que por sua vez, vai ter diferentes usos, diferentes pesos em análises de várias questões.

"Estrutura", como conceito, além de servir como modo analítico, remete valores a objetos de estudo (pode-se dizer que até dá força), como foi dito anteriormente. Seu uso deu origem ao "estruturalismo", como corrente filosófica que permeou várias áreas.

²¹ FORTY, Adrian. Op cit, in SAKAGUSHI, op. cit, p.35

Essa breve colocação é para destacar essa forma de pensamento, não tanto para discutir ou detalhar, mas sim para mostrar a importância dessa corrente para o fortalecimento e intensificação cultural do conceito de estrutura na época em que se desenvolveu num período, a partir da segunda metade do século XX, e numa escola – francesa²², como líder. O estruturalismo, embora não tenha sido dominante nas ciências humanas, torna o conceito de estrutura uma idéia comum. O conceito se aplica como uma idéia forte em toda uma linha de produção intelectual. Assim se forma a “linguagem estruturalista” que consiste, no reconhecimento de elementos e as relações entre eles (re)compondo um sistema inteligível na análise do objeto de estudo.

“para alguns críticos o estruturalismo foi um movimento ‘de idéias difuso e complexo que se desenvolveu no domínio das ciências sociais ao longo dos anos 60, principalmente, senão quase exclusivamente, no cenário francês’ Era então uma nova moda filosófica parisiense, que contou com o prestígio científico angariado pelas descobertas da linguística e da antropologia, e que contou com autores talentosos que reinterpretaram na linguagem estruturalista os textos de Freud, Marx, Nietzsche, entre outros. Foi uma ‘especialidade local’ que quase não se propagou e uma

²² É importante ressaltar que essa escola teve sua influência restrita mundialmente,

‘regressão intelectual’ pois eliminou ‘a margem de autonomia deixada pelo agente ou ator social pelas estruturas, substituindo por tipologias sumárias a diversidade dos tipos sociais, reduzindo a complexidade estrutural dos sistemas de interdependência e de interação a algumas variáveis às quais se dá um primado arbitrário (variáveis da estratificação, por exemplo), atribuindo supremacia incondicional ao ‘sincrônico’ em relação ao diacrônico’”²³

A escola francesa transformou o termo *estruturalismo* de neologismo (classificado em 1926 por André Landale como tal) em uma corrente de pensamentos em que a noção de estrutura seria tema de colóquios internacionais nos anos 50 e 60 do século XX, como fundamental para a produção científica – se ainda era uma novidade, se entendia como promessa de um instrumento eficaz no trabalho intelectual, atingindo nesse ponto as ciências urbanas, porém antes de desenvolvermos essa aproximação é importante ressaltar a abordagem marxista de estrutura, que não forma os mesmos modelos tampouco têm a mesma função de representar uma totalidade imutável.

O conceito de estrutura na obra de Marx não aparece como o modo mais eficiente e irrevogável de explicação (ou seja, não tem explicitado

porém teve importância bastante relevante para o Brasil

²³ citação de BOUDON, R & BOURRICAUD, F. Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, 1993, p. 33

“estrutura” como método), foi utilizado (já como metáfora) para a compreensão da organização econômica capitalista. Seu uso, portanto, é muito mais importante como um exemplo para a fundamentação do conceito (posterior) do que para sua discussão como método.

Em relação ao conceito *estrutura* estudado, uma grande diferença já é a quebra de sua totalidade em níveis de abordagem e interatividade que se tornam mais capazes de compreender o processo que muitas vezes é sublimado na adoção dos modelos.²⁴ Ou seja, o objeto, em sua análise para a estrutura econômica já não é representado por sua totalidade, um misto nebuloso, e sim por níveis que esclarecem partes – e firmando outros dois conceitos fundamentais: infra-estrutura e super estrutura.

A palavra “estrutura” não aparece no original com esse mesmo significante, é utilizada nas traduções por trazer esse mesmo sentido. O trecho em que é feita a análise com o emprego da metáfora estrutural aparece no texto “Para crítica de Economia Política” publicado em 1859:

*“na produção social da própria vida os homens
contraem relações determinadas, necessárias e*

²⁴ Para Sakaguchi, a metáfora da estrutura na obra de Marx torna-se particularmente relevante pelo fato de a infra-estrutura, tema da tese começar a ser fundamentada cientificamente (também como uma metáfora técnica) a partir da obra de Marx e das análises posteriores.

independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”²⁵

“Estrutura”, para Marx, representa então um conjunto de relações sociais. Essa idéia de todo é fragmentada em diferentes níveis, a super-estrutura é entendida como uma forma reguladora dessas relações sociais (como uma relação dialética: por ter sido produzida nessa base e atuar na mesma) e a infra estrutura como a base que permite essas relações e sua reprodução. A idéia de um ser social maior que o indivíduo (nos três níveis apontados) demonstra o conceito de estrutura como uma inter-relação dos diversos elementos, porém a diferença consiste no fato de destacar sua força, ou seja, o “ser social” não é neutro, não é apenas um produto, não é somente um determinante,

²⁵ Citação de MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos*

tanto na idéia da base das relações (infra) como em toda a conjuntura, com uma atuação que limita e dirige ações, com vínculos e pesos de interdependência nas três escalas. Assim se estabelece uma relação dialética, diferente da lógica que costuma reger os sistemas, e caracterizam uma situação temporal, muitas vezes pouco representativas.

Ao se enfatizar a questão da hierarquia; essa análise, de certa maneira, contempla a questão da complexidade que em outras formas de sistematização podem ser sublimadas. Para Marx; então, estrutura tem níveis, limites e períodos determinados. Segundo Godelier²⁶, estrutura para Marx não é uma forma única de explicação e que para fazer algum sentido é necessária colocá-la no contexto e em perspectiva.

“é equivalente a outras duas palavras alemãs, Form e Gestalt; mas se prosseguirmos na análise , veremos que struktur, form e gestalt designam as relações de conexão, de mútua dependência , de ligação recíproca e de articulação existentes entre os elementos do conjunto. Com efeito, para Marx, struktur é o equivalente a gliederung, ou seja, articulação, e de zusammenhangen, ou seja conexão, ligação. Para Marx, portanto, o estudo das estruturas sociais é

escolhidos. 5ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, in SAKAGUCHI, p. 40

²⁶ Maurice Godelier, relaciona o estruturalismo com o materialismo histórico, citado por SAKAGUCHI, op cit, p. 41

um estudo de um conjunto de elementos, ou de relações, ligados mediante a um vínculo de mútua dependência. Trata-se porém de uma ligação provisória, que só se reproduz dentro de certos limites . Para Marx - e ele o sublinha energicamente no prefácio da segunda edição de O Capital- as estruturas são realidade em movimento, conexões temporais, que se reproduzem durante uma certa época histórica antes de desaparecer, deixando lugar para outras.”

Assim, nessa compreensão a “estrutura” não é um modelo acabado, não é um produto, é um viés de um processo, que só faz sentido no seu contexto.

Ainda que tenha existido mais de uma formulação para o conceito o método dominante estabelece a formação de modelos. A disseminação da idéia “estrutura”, portanto, ocorreu em áreas do conhecimento, como uma metáfora capaz de introduzir métodos de análise aos mais diversos assuntos, da mesma forma que pode abordá-los em diferentes escalas. É um recurso que busca a sistematização de um meio complexo. Esse método resulta em modelos que procuram identificar relações e partes. Mas, é importante ressaltar, que essa análise pode ser tendenciosa, ora sublimando ora interrompendo partes de processos contínuos, ou remetendo força e organicidade a questões

vagas e indefinidas.

1. 4 O uso conceito de “estrutura” nas questões urbanas

A noção de “estrutura” carrega idéias de organização, trama, estabilidade, relações de interdependência e hierarquia de funções e partes. Esses conceitos são extremamente associáveis às questões urbanas que trata o espaço comumente como um organismo²⁷. Nessa relação “estrutura” é aplicada de diferentes modos; ora como método, forma de se dissecar o organismo, ora como um objeto, um plano, um meio de transformar, ou seja, nos estudos urbanos estrutura é causa, e é consequência, utilizado como um instrumento; cujos efeitos, na idéia da sistematização, podem não ser amplamente contemplados.

A relação “estrutura” x “espaço” começa no sentido original: “construção”, e seu sentido, na mesma idéia da evolução do conceito, se amplia.

“a) inicialmente, a idéia de estrutura relacionou-se à totalidade de uma edificação; a estrutura era o próprio edifício e esse sentido foi usual na língua inglesa, nos séculos XVIII e XIX. Pode-se dizer que esse sentido era praticamente o original

²⁷ nesse ponto é importante ressaltar que não é uma pratica exclusiva da ecologia urbana a idéia de organismo.

b) Em segundo sentido seria o de estrutura como um sistema de suporte de uma edificação, visto como algo distinto dos outros elementos do edifício. Esta acepção foi popularizada no século XIX por Viollet-Le-Duc numa citação que se tornou conhecida: “na verdade, toda a arquitetura provém da estrutura, e a primeira condição que se deve objetivar é fazer a forma exterior de acordo com aquela estrutura” Nesse caso a forma arquitetônica surge como uma decorrência da estrutura existente, que é considerada o suporte, o esqueleto do edifício.

c) No terceiro sentido, estrutura relaciona-se ao esquema através do qual um projeto, edificação, grupo de edifícios, ou toda uma cidade ou região torna-se inteligível. Esse sentido disseminou-se no decorrer do século XX.”²⁸

Portanto, o uso da metáfora, tal qual nas outras áreas, acaba sendo hegemônico ao se utilizar o conceito.

A peculiaridade do uso do conceito para as relações espaciais é a questão do **modelo no espaço**. A partir dessa condição é que se formulam os questionamentos dessa monografia. A análise estrutural do espaço forma modelos rigorosos que ou procuram e identificam

²⁸ Citação de Adrian Forty in SAKAGUCHI, op cit p. 34

locais ou outros elementos como as partes da estrutura, ou elegem lugares para seus conceitos, que nessa área, necessariamente tendem à materialidade – voltando ao físico, à construção.

Na abordagem espacial, o conceito foi logo adotado no campo da geografia e do planejamento urbano. Como dissemos, a grande disseminação do conceito acontece por volta dos anos 50. Nessa época “cidades” eram o campo de trabalho e o modo de viver dominantes, ou seja, a urbanização, em muitos continentes era um processo ainda em curso, porém absolutamente solidificado como agrupamento humano²⁹. Essa cidade estava num período novo como objeto de estudo, apresentava outra complexidade, além da diversidade de origens e fases de desenvolvimento, ela era a grande unidade de produção³⁰. Então seu estudo, com muitas e relativamente novas variáveis apresentava maior dificuldade e absoluta necessidade.

Primeiramente destacaremos o uso do conceito na geografia urbana, ou melhor, haverá uma breve exposição do entendimento que esse campo do conhecimento forneceu sobre “cidades”, ou seja, como a geografia utilizou e quais formam as interpretações dominantes³¹. A

²⁹ Esse período também é o início dos estudos propostos nessa monografia em relação ao Objeto: a cidade de São Paulo.

³⁰ É necessário destacar que também se dá nesse período a época de reconstrução de cidades, pela anterior destruição nas guerras – ou melhor, eram fases diferentes, vidas urbanas diferentes, mas agrupamentos semelhantes, e a necessidade de compreensão se dava para toda essas diversas possibilidades.

³¹ Essa referência se faz necessária por ser muito importante para a introdução do uso do conceito em São Paulo, que será desenvolvido nessa área nos anos 50, como será dito adiante.

disciplina usa o conceito como um método de leitura das cidades, primeiramente tratadas como objetos específicos, numa leitura que busca estrutura, visando a sistematização, para se tornarem inteligíveis, e nessa elaboração muitas vezes se transformam em objetos genéricos: o método formula os modelos que evoluem conforme o aprofundamento das questões e a adição de variáveis e comparações entre cidades distintas, seja por sua natureza, por sua origem, seja pelas funções predominantes que “usam” a cidade, de maneira a tentar entendê-las e compará-las com pontos dominantes formando “tipos” para suas diferenças.

Para este estudo cabe mostrar como essa análise foi delineada: será uma breve abordagem histórica da geografia urbana envolvida com o termo de “estruturas das cidades”. De forma geral foi observado que esse estudo avançava e sempre esbarrava em limites, que ora se incorporavam ou eram suprimidos em prol da metanarrativa urbana, ou ora se destacavam como uma barreira da capacidade de interpretação; quando, fatalmente, mostraram até que ponto o método que se mantinha pela sua capacidade parecer ser definitivo e integral, poderia ser um instrumento aplicado.

Aqui serão utilizados dois autores, Arthur A. Smailes³² e James H. Johnson³³, que se dedicaram ao estudo da geografia urbana e usam a noção de estrutura em seus trabalhos, além de abordarem a evolução

³²SMAILES, Arthur E. *The Geography of Towns*, Londres, Hutchinson University Library, 1953

³³ JOHNSON, James H. *Geografia Urbana*, Barcelona, Oikos-tau, 1974

dessa compreensão, citando outros autores. Essas aplicações tanto são feitas em modelos específicos, com métodos de análise já padronizados, quanto em grupos de cidades para comprovar os mesmos modelos e resultados, ou seja, a análise é feita nas duas mãos, para entender um espaço específico a partir de um padrão, quanto para comprovar um padrão em um espaço determinado.

Smailes, em seu estudo inicia procurando idéias que fundamentem cidade, qualquer cidade, os questionamentos começam no motivo pelo qual e nos organizamos dessa forma e qual é a capacidade humana essencial para assim fazê-lo, parâmetros que independeriam de cultura, de etnia, e sim se baseariam na relação do homem (genérico) com a natureza (genérica). Essa interação se basearia principalmente em dois fatores: a associação da população a regiões naturalmente mais favorecidas, iniciando esse assentamento em algum tipo de produção rural ou extrativista, no foco da sobrevivência e perpetuação da espécie, e esta questão leva ao segundo ponto determinante para a fundamentação da vida urbana segundo Smailes: *a dominação da natureza pelo homem*. A partir desse ponto o homem desenvolve diversas atividades, ocupando os espaços de diferentes maneiras e finalidades, assim essa dominância passa a ter uma forma e uma função sendo de algum modo correlacionadas, essa compreensão implica em organização de partes, já utilizando a noção de “estrutura”: *“quando, sobre qualquer área urbana, reconhecermos cinturões industriais, comércio, bairros residenciais ou algo parecido, expressamos a estrutura interna da cidade em termos de usos diferentes*

da área urbana. Isso pode ser descrito também pelas formas (...) construções” ³⁴. Neste trecho pode-se notar que o autor condiciona o termo estrutura a algumas variáveis, ou seja, aos usos (nessa estrutura correspondem aos elementos, portanto) e a relação entre eles³⁵.

Neste estudo o foco é a cidade moderna, ou seja, o meio com urbanização plena e crescente, e com a produção industrial predominante. Para Johnson, em sua análise das cidades modernas, a indústria é o elemento que otimiza esse processo, seja pela sua capacidade de produção, como também por seus produtos e modo de organização, não apenas em cada unidade, mas principalmente em relação à organização social em que esse modo de produção se baseia e se reproduz. A indústria, portanto, era o elemento que causa e possibilita o crescimento que nunca havia sido registrado anteriormente – desproporcionado - que introduz novos questionamentos à análise do meio urbano: não era apenas a dominação da natureza em suas primeiras formas, expõe a idéia de uma subordinação completa o que modificaria o espaço da mesma maneira.

É esse o contexto da análise de Johnson, a cidade extrapolando-se em tamanhos, funções e população, e é a este crescimento que se aplicam os conceitos de estrutura e sua evolução, sempre enfatizando que as cidades modernas têm uma potencialidade que não é mais linear (a indústria seria uma ruptura no desenvolvimento urbano com o passado)

³⁴ SMAILES, 1953, p.80

³⁵ Outros autores, como Aldo Rossi, entendem as partes de maneira diferente, os elementos físicos são analisados não exclusivamente em relação a sua função.

e talvez por isso que os espaços se tornem tão heterogêneos na formação do todo, com valores diferentes em momentos históricos distintos. Um elemento que essa indústria traz e que se torna um importante meio para o desenvolvimento urbano, segundo Johnson, é o automóvel *“o automóvel é o meio que permitiu a dispersão das cidades, não apenas das áreas residenciais como também de outras funções urbanas, principalmente da indústria (...) com isso se facilita o desenvolvimento de áreas urbanas estruturadas de um modo mais flexível e que podem conter uma população total muito maior que das antigas metrópoles.”*³⁶.

Os dois autores, portanto, vêem o meio urbano como um espaço trabalhado, ou seja, o lugar é produzido pela sociedade relacionando seu modo de vida às condições naturais, tanto do próprio local quanto do homem. Na medida em que a criação do homem pode expandir a capacidade da cidade, este trabalho consiste em uma atividade aplicada para a transformação do lugar, e esse passaria a demonstrar características, segundo o estudo da geografia urbana, que permitiriam identidade, coordenação e classificação de diversas maneiras de se produzir o espaço. A noção de estrutura passa então a ser aplicada com o intuito de se sistematizar e, conseqüentemente, poder se trabalhar com o espaço ao se locar a diversidade de possibilidades, visando a transformação ou reapropriação de estruturas a novas formas. A sistematização consiste na locação dos elementos identificados, e o trabalho seria na nova construção desses elementos

³⁶ JOHNSON, 1974, p. 35

ou manutenção dos mesmos na cidade. Esta, moderna, acumula as funções de meio onde a vida urbana cotidiana se desenvolve com a funções de meio de reprodução dos modos de produção.

Para a identificação da “estrutura urbana” os autores elegem alguns elementos da paisagem urbana (construída ou não) como parâmetros de análise, nessa escolha identificam-se as partes.

Para Smailes, um importante ponto inicial dessa análise é a breve história da origem da cidade, no sentido dela ser planejada ou não, para então a compreensão de seu desenvolvimento. Segundo o autor, a origem das cidades sem planejamento não significa que seu crescimento também seja desorientado, ou seja, o aumento das cidades segue vetores e funções, todos eles sendo regulados na mesma medida em que compõem a estrutura urbana. Existe uma lógica entre a inserção de um edifício e a justa posição de infra-estruturas, seriam essas formas de ocupação com interdependências entre as partes, sobretudo funcionais em sua análise. O termo espontâneo, segundo o autor, é extremamente inadequado para o estudo do desenvolvimento urbano, e por isso deve ser evitado, a analogia do “crescimento orgânico” x “crescimento urbano” ocultaria tempo, formas, características físicas. Além disso, exclui o entendimento do crescimento das cidades planejadas, já que elas não são exclusivas dos tempos modernos, existem várias cidades planejadas que já ficaram na história, extrapolando seus planos de expansão e modificando as variáveis de seu crescimento, ou a capacidade que lhes

era estimada³⁷. Ou seja, o termo “espontaneidade” naturalizaria um produto social, portanto inadequado para sua compreensão.

Apesar dessa ressalva, durante grande parte de sua abordagem o autor usa metáforas orgânicas para o glossário dos elementos da estrutura das cidades. Smailes analisou a cidade como uma composição de núcleo “core”, e diversas cascas “integuments”, assim o zoneamento é a base para a partir da qual se entende a estrutura, essa noção estaria nessa fundamentação o que permite diversas articulações que essa composição tem, ou seja, a estrutura pode ser aplicada a qualquer cidade analisando sua macro localização, cujas formas de se agruparem, associarem e funcionarem de modo a se integrarem ao todo que é a cidade, e essa (como defende o autor) a outras cidades e regiões.

O “core” é uma área que se distingue das demais pelo *acúmulo de funções necessárias a toda a cidade*, além dessa peculiaridade, o autor ressalta o nível de especialização dessas funções, ou seja, seria o que há de melhor de tudo, além de ser mais acessível a todos e mais facilmente identificável, muitas vezes tendo até em seu nome características que o fariam ser reconhecido por todos³⁸. Assim sua

³⁷ SMAILES, 1953, p.98

³⁸ Nesse ponto Smailes cita vários nomes famosos de centros urbanos, como o Loop de Chicago, o down town de cidades americanas e até o Triângulo de São Paulo (p.86) além disso cita algumas ruas que seriam exemplos de especialização dentro desse centro. Isso se mostra particularmente interessante para o caso de São Paulo, pois é bastante explícita a especialização de ruas no centro, porém não se pode creditar a elas o monopólio de suas atividades.

principal característica seria a concentração de diversidade no nível mais desenvolvido e acessível, e mesmo sendo formado por muitos elementos, seria uma todo homogêneo, presente e necessário ao restante da cidade.

O autor chama de “integuments” o que seria o resto, que é bem mais heterogêneo em sua formulação, funções, sendo, então, várias cascas. A tese do autor se mostra particularmente interessante, pois mostra a transformação interna e externa, ou seja, as cascas sempre mudam, a cidade sempre muda, não apenas cresce *“na medida em que o núcleo urbano se desenvolve, seus envoltórios aparecem como cascas de diferentes características, produtos de sucessivas fases do crescimento urbano, e acompanhando as mudanças funcionais. O crescimento de todas as cidades é um processo duplo de expansão e interna reorganização”*³⁹, ou seja, a expansão engloba novas áreas, transformando áreas rurais em urbanas, e dentro áreas ocupadas são transformadas com novos usos, ou são reocupadas com novos prédios, ou ainda tem áreas antes funcionais se transformando em obsoletas. Assim o crescimento não modifica apenas as cascas como também o núcleo. É imutável a relação de dependência das cascas com o núcleo, a semente que forma e nutre o resto. A estrutura urbana, para o autor, seria uma permanente mudança associada ao crescimento, em que as funções se locam em espaços na cidade, porém não necessariamente se fixam - a estrutura é um modo de compreensão das transformações urbanas, trabalhando com a relação

³⁹ SMAILES, 1953, p.87

de elementos constantes, como as zonas, as funções⁴⁰, se colocadas em comparação das diversas formas que uma mesma cidade pode adquirir.

Os elementos para a análise de Johnson são teorias de outros autores, mostrando uma evolução das estruturas de crescimento, e os limites de cada modelo. Diferente de Smailes, em seu estudo a maioria dos autores trata da formação da cidade com características apenas expansivas, pouco se fala das implosões dentro das cidades. O principal limite então seria uma cidade esbarrando na outra formando uma trama por grandes extensões. Um tecido, as conurbações atingindo um modelo de pretensões regionais.

Para Johnson, a cidade seria uma unidade se for pensada em termos de estrutura a partir de elementos como os edifícios, as funções e a trama que os liga. A “função” não se refere apenas ao produto de cada tipo de unidade, mas toda as outras necessidades de manutenção, como serviços e moradias, e cada uma delas define polaridades e hierarquia na formação da cidade. Essa análise, segundo o autor, gera números modelos⁴¹, que têm limites e tendem à extrema simplificação⁴².

⁴⁰ essa análise é fundamental, é a representação do modelo centro-periferia, que predomina, como mostraremos adiante a formulação da estrutura urbana no Brasil.

⁴¹ Nesta descrição o autor cita modelos “estruturais” como os de Chritaller, ou Losh, que são hipóteses que descrevem as tramas policêntricas que fazem redes. Representam os diagramas aos quais muitas vezes as análises estruturais recorrem (p.140, p.142), o método de estrutura que o autor adota é o de “gradientes” por definir forças e tendências que tentam englobar processos em suas análises (p.124)

⁴² A principal crítica que o autor desenvolve é em relação ao “centro”, que na generalidade não tem referências históricas tampouco trata da diversidade interna,

Essas duas visões são estudos do espaço que introduzem o conceito “estrutura” (o objeto-problema dessa dissertação) sob o viés da geografia urbana, que foi predominante no início do uso de “estrutura” para as questões urbanas. De modo geral, para uma síntese da relevância dessa apresentação, algumas considerações se tornam conclusivas ao uso do termo:

- a cidade genérica foi entendida como monocêntrica, até o limite do que se previam fronteiras com regiões polarizadas por outros núcleos. Essas inteiramente interligadas e funcionando em redes, para então haver a idéia dos multicentros, ou seja, a cidade cresceria pela suas fronteiras. Essa era a idéia dominante, ainda que Smailes identificasse a necessidade de renovação constante dos “cores” urbanos, ou seja a transformação interna de partes já consolidadas em função de novas necessidades.

- o crescimento poderia ser identificável a partir da eleição dos fatores que o promoviam, ou seja, índices de população, produção, construção – principalmente de infra-estrutura – ocupação, eram mais significativos que as condições naturais e históricas da cidade – para a elaboração de modelos.

- os modelos gradientes aparecem levando em conta também as condições naturais (físicas) e uma extrema simplificação da história

ignorando, o que segundo o autor é uma questão importante : a tensão entre as

seria uma maneira de interpretação dos vetores que , dessa forma, pretendiam englobar os processos. Ainda assim os elementos predominantes na identificação da cidade eram as funções, zonas de locação, formas de deslocamento e a hierarquia entre elas, ou seja, os níveis de atração e evasão entre umas e outras.

- o crescimento se limitaria na medida em que encontrasse o crescimento de outras zonas urbanas, ou seja, nesse momento, a metropolização era um processo inevitável e que acabaria por organizar toda a região, e tenderia a formar pólos regidos em fronteiras de diferenças essencialmente culturais. A questão das distâncias, nestes estudos, não apresentam escala⁴³.

Ainda é importante ressaltar que para Johnson, cuja análise é um pouco posterior, existia já a crítica aos modelos, quando analisa a multiplicidades dos centros *"se se aceitam os fatores históricos e os que dependem da localização da cidade como importantes, a única consequência é que a teoria dos núcleos múltiplos não pode proporcionar um modelo de estrutura urbana que seja simples e perceptível imediatamente na forma das cidades (...) talvez seja melhor considerar a visão dos núcleos múltiplos como um guia orientador dos estudos sobre estrutura urbana, não como uma generalização rígida*

funções e espaços públicos e privados (p.174)

⁴³ No estudo de caso feito pra São Paulo, pela SAGMACS, que será referenciado e estudado posteriormente, essa questão da escala se mostra fundamental na argumentação em relação a estrutura proposta pra São Paulo, ou seja, em estudos de casos essas distâncias são sim levadas em consideração.

sobre as formas das cidades”⁴⁴(grifo nosso). Ou seja, há a existência de limites para o uso de “estrutura” na elaboração de algum modelo inequívoco, pois ao se agregar outros parâmetros o modelo expõe a fragilidade como solução, de forma que não pode ser considerado uma síntese, um resultado, mas um método que teria valor como esse um “guia de estudos’, ou seja, um método. Isso de certa forma questiona a razão de tantos modelos genéricos formulados e aplicados para se promover apenas como um parâmetro a ser levado em consideração em estudos de caso. O autor comenta a incapacidade do mundo de se enquadrar nos moldes planejados:

“se idealizaram vários modelos sobre o desenvolvimento urbano. Alguns deles são muito mais aperfeiçoados estatisticamente, porém todos se caracterizam por que sua finalidade é projetar no futuro alguns aspectos da cidade. Isso levanta comentários gerais muito importantes.

Em primeiro lugar(...) os modelos de desenvolvimento urbano se baseiam nos processos em que estão em funcionamento na atualidade da cidade ocidental. Não apenas é possível que não sejam apropriados em outros espaços culturais, como talvez tampouco sejam válidos no próprio mundo ocidental em um futuro mais ou menos breve. (...) A maioria dão por certo

⁴⁴ JOHNSON, op cit, p. 241

que as aspirações de sociedade, de funcionamento da economia urbana e a base técnica da vida urbana permanecerão constantes. Infelizmente essas suposições são muito pouco sólidas em um mundo como o atual, que muda tão rapidamente (...)

Também se corre o perigo, muito concreto, que as previsões que dão esses modelos se cumpram em si mesmas (...) essas mesmas decisões produzirão um jogo de forças muito potentes que favorecem a criação de uma cidade de acordo com as previsões, ao invés de uma cidade que seja agradável viver no futuro.

(...)

Posto que o desenvolvimento urbano não tem por que ser um processo mecânico, seria conveniente que a própria sociedade decida o tipo de sociedade que se deseja viver.”⁴⁵

Para a geografia urbana “estrutura”, nos anos 50 já era um conceito aplicado como método de análise. Os primeiros modelos elaborados aparecem nos anos 20⁴⁶ identificando estruturas concêntricas, que são

⁴⁵ JOHNSON, op cit, p.259,260 – O trecho se mostra particularmente interessante por identificar o sujeito – a sociedade – que em muitas abordagens é tratada como um objeto da estrutura e não como sua protagonista.

⁴⁶ JOHNSON, op cit, p. 235

base de todos os modelos de estrutura unitária primária⁴⁷. Esse modelo vai se aperfeiçoando ao se ligar a outras estruturas (semelhantes) para a formação das redes, nesse processo agregam-se outros parâmetros como setores, elos, gradientes. A partir dos anos 50, esse modelos já são complexos, porém continuam genéricos o suficiente para serem testados nas mais diversas áreas. Novamente destacamos a importância de se analisar não apenas os modelos, mas também as formas como eram utilizados: análise de casos que geram os modelos e a volta, ou seja, modelos aplicados em casos, formando equivalências na formação de espaços diversos, assim até possíveis diferenças se podem padronizar. Em muitas análises a sobreposição de modelos pré-estabelecidos ou congelava os processos ou passava a orientá-los com rigidez de um sistema pré-estabelecido. Assim o método, que primordialmente seria um guia de olhar para processos em andamento (tão diversos!), é um trabalho importante para a compreensão do meio, torna-se a razão ou fundamento desse mesmo meio, eliminando conflitos e contradições para uniformização ou classificação dos espaços.

Ao planejamento urbano, “estrutura” é um conceito, tanto como método de análise, quanto como fundamento de planos, essencial, para o trabalho e para o entendimento das compreensões e leituras do meio.

⁴⁷ para “estrutura urbana” a idéia de centro é fundamental, ou seja, é o elemento chave para se trabalhar o meio, e muito recentemente apenas que ele foi visto de maneira diversa, como “as centralidades”, a referência para essa questão é a tese de doutorado da FAUUSP TOURINHO, Andréa de Oliveira, “Do centro aos centros : bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo” São Paulo, 2004

Essa maneira da geografia de trabalhar o espaço começa como condutora do planejamento, para depois ser englobada por outras questões que a própria “estrutura” identifica maior relevância. O conceito “estrutura”, no planejamento urbano, volta à construção, ao espaço, com múltiplos usos e sentidos.

O desenvolvimento deste trabalho tratará de algumas das diversas abordagens do urbanismo para a idéia de estrutura para um meio específico: São Paulo.

(vermelho)

2. A estruturação de São Paulo nos anos 50 uma leitura da “aglomeração paulistana”

O estudo sobre “estrutura” em São Paulo procura investigar como o conceito foi utilizado e quais as formas dominantes de interpretação que fundamentaram as discussões e propostas urbanas na segunda metade do século XX. Para essa pesquisa, o recorte de tempo se inicia nos anos 50, pois São Paulo que estudamos é a metropolitana, a partir do momento que seu crescimento vertiginoso dá a impressão que a cidade não tem ordem, nem limites, quando na verdade está criando novas condições.

Segundo Langenbuch os anos 40 foram a década da “grande metropolização recente”⁴⁸, ou seja, o surto, a metamorfose da grande cidade que já existia anteriormente, se firmava na tendência de seu crescimento se transformando na grande metrópole ascendente nos anos 40 – era uma expansão consolidada, acelerado e que tinha sim fundamentos e características – continuamente – já sendo nos anos 50 objeto de pesquisas científicas. Aqui será esse processo será investigado nos estudos feitos pela geografia urbana, que usava “estrutura” como método.

⁴⁸ Nas divisões cronológicas do autor, ele cita a década de 40 como uma época intermediária entre uma cidade que vinha crescendo muito desde 1870, e que se expande de maneira ainda maior a partir dos anos 40, se modificando e incorporando outras áreas, de maneira que a metropolização a partir dessa época toma novos rumos. Nos anos 50 já se apresentam estudos que analisam o crescimento destacado pelo autor, ou seja, toda esta transformação começa a se tornar objeto de estudo uma década depois.

Entre 1940 e 1960 a área metropolitana triplicou a população que comportava: de 1.580.302 habitantes foi para 4.862.485⁴⁹, portanto a cidade de 240 mil habitantes da virada do século, não tem e mesma escala pra a abordagem do problema, embora essas raízes sejam fundamentais para a formação da metrópole, para o processo de seu desenvolvimento, bem como para o reconhecimento de elementos da sua estrutura.

Na década de 50, os estudos relatavam o crescimento da cidade de São Paulo com uma mistura contraditória de orgulho e ponderação: a cidade crescia, mas era necessário garantir condições humanas e base para que o crescimento continuasse ocorrendo⁵⁰ – esses eram os principais argumentos para o estudo e posterior proposta para a cidade elaborados pela SAGMACS. Nesta abordagem a idéia do município não explicaria mais as formas urbanas que surgiam das disposições espaciais que estavam ocorrendo – era necessário analisar com seus arredores em escalas diferentes – neste estudo se enxergava São Paulo como "great", "greater" e "greatest" São Paulo. Essas representavam as áreas de influência e forças do desenvolvimento metropolitano: a cidade além de sua estrutura interna, também funcionava como um elemento estruturador de toda a sua região, do estado e numa ordem mais distante do país, em questões que ultrapassavam o meio urbano, ou territorial⁵¹.

⁴⁹ LANGENBUCH, op cit p. 251

⁵⁰ SAGMACS, op cit parte I-p.77

⁵¹ Na primeira parte do estudo da SAGMACS, a estrutura econômica de São Paulo é

A SAGMACS produz no meio da década de 50 (sendo finalizado em 1957) o estudo “*A Estrutura da Aglomeração Paulistana*”, um relatório com cinco partes anexo que apresenta uma análise profunda da cidade que nesse momento extravasava seus limites conhecidos. Buscou reconhecer os elementos que conformariam a estrutura da cidade. A sociedade era uma instituição sem vínculos estatais, porém acaba englobando algumas repartições na elaboração do relatório, que foi dirigido pelo Padre Lebrete que foi citado como autor em muitos estudos posteriores que tomam a obra como referência.

A transformação que vinha ocorrendo na cidade configura o processo que a SAGMACS se propôs a estudar – um espaço em que as mudanças se baseavam e acarretavam novas configurações – para isso essa entidade, que tinha a base de geógrafos – usa o conceito de “estrutura” na compreensão das formas do espaço: propõe-se primeiramente a identificar os elementos e relacioná-los para montar o que é a estrutura do “aglomerado”.

Para isso, primeiramente, analisa a base de sua formação – a cidade dos primeiros 400 anos, que se mantém com características que

analisada com seu vulto em relação a todo o país, tal comparação se repete nos estudos referenciais dos anos 70 e 90, sempre ressaltando a importância que a cidade tem na economia do Brasil. Nessa análise, a peculiaridade é que o crescimento era bastante concentrado; e se justificava, em parte, por uma infraestrutura e mercados que já eram presentes no estado. Por isso essa notação, de que a estrutura referida no estudo nem sempre é uma questão espacial, embora seja esse o ponto de análise a que nos propomos.

acabam por influir na sua estrutura. Avança os estudos se balizando por outros elementos que cooperam com o crescimento, elegendo principalmente os fatores econômicos como incentivo para o desenvolvimento: no caso a economia era comandada pelas indústrias.

Esse fator, segundo análises da geografia urbana⁵², apresenta uma ruptura na questão da urbanização – pelas características de reprodução do capital, os mercados seriam essencialmente urbanos, e necessariamente grandes. Evidentemente isso modifica o espaço, da mesma forma que se apropria de condições pré-existentes, ou seja, a indústria se localiza estrategicamente e ao fazê-lo implica em transformações.

Dando continuidade a esse pensamento o trabalho concentra-se em investigar todo o existente da cidade, realizou um levantamento cadastral de vários elementos físicos e fatores sócio-econômicos das populações, pois se a cidade parece perder-se nos seus limites, era importantíssimo saber todos os pertences para que estes pudessem ser reorganizados.

Esse levantamento baseia-se em recenseamentos, observações de campo, entrevistas, mapas, fotos aéreas, tendo como resultados, outros mapas, índices de ocupação: áreas heterogêneas eram apontadas e não pasteurizadas pelas médias, além de dados completos sobre população e crescimento das unidades, locação e

⁵² JOHNSON, 1974, p. 35

condições das infra-estruturas, havendo então um trabalho descritivo e quantitativo como qualitativo de todas as partes da cidade – de forma que seu reconhecimento posterior pudesse ser bastante claro, inclusive a sua delimitação⁵³. Na descrição desses resultados, o relatório explica todos os procedimentos e métodos.

A partir dessa exposição começam as análises e correlação das partes a fim de se explicar a estrutura – entender o funcionamento e identificar pontos falhos ou não tão desenvolvidos. Essa parte é uma primeira conclusão em que se demonstra o que é a estrutura urbana, quais eram os principais elementos e como se relacionaram na década de 50. Como conclusão geral, existem as recomendações da SAGMACS, um plano de ação interdisciplinar, embasado teoricamente, principalmente em experiências bem sucedidas em outros países, esse plano visa a reestruturação da “aglomeração”, na forma de uma estrutura nova no mesmo local e com os elementos existentes.

Além da exposição dos elementos estruturais, do resultado e do plano da SAGMACS, haverá também a exposição da estrutura estudada por Langenbunch na sua análise entre os anos 40 e 60, que parte de outras premissas e reconhece padrões um pouco diferentes. Também sua finalidade era diversa, de maneira que os estudos não podem ser

⁵³ É importante esclarecer que para SAGMACS os limites da cidade são geograficamente e legitimamente definidos, ou seja, existem áreas delimitadas e também o município tem seu registro em lei, quando se fala de sobrepor os limites é que estava em curso um processo de absorção de municípios vizinhos (como por exemplo Santo Amaro) para o município, e também da metropolização, entendendo-se que a influência do município não cabia mais em si.

comparados, porém se complementam para a análise da questão da estrutura da cidade - em crescimento.

Os elementos considerados “estruturais” para essa abordagem dos geógrafos na interpretação do espaço são fatores internos da cidade, ou seja, características e componentes que a cidade tem – se referem a uma materialidade, porém também é destacado que o crescimento não se dá exclusivamente por esses elementos internos, que no entanto podem ser dirigidos ou combinados com elementos externos em função de transformações.

“Estrutura” nos anos 50 a partir da análise deste estudo pode ser compreendida como um mecanismo de decifrar e domar a cidade que crescia. Era entendida como uma forma bastante definida e precisa, que ao se mexer em alguns dos seus componentes ou na relação entre eles poderia causar efeitos que “consertariam” o andamento desordenado da cidade.

Afim de que? É importante a discussão de que cidade era essa idealizada nos anos 50, quais eram os objetivos das “condições humanas” que deveriam ser criadas – estrutura poderia ter, então, uma finalidade – principalmente se revelada na idéia de “reestruturação” – uma vez que é um funcionamento, ou uma estabilidade, pode carregar algo além de seu próprio conteúdo – como objetivo de um plano de cidade.

2.1 Indícios históricos: o reconhecimento de elementos estruturais e sobreposição de “estruturas”

São Paulo, em vista comparativa a outras metrópoles brasileiras apresenta muitas diferenças: seja pelo seu tamanho, seja pelo seu vulto. Nessa parte do estudo pretende-se mostrar os elementos característicos da formação de São Paulo em vista das outras cidades. É evidente que tal afirmação tem estudos mais específicos e detalhados, aqui temos o objetivo de relatar, em linhas gerais, o que alguns autores reconhecem como componentes que diferenciam a formação de São Paulo das outras partes do país, ao analisarem a “estrutura paulistana” e reconhecerem traços diferenciais que se tornam permanentes fazendo parte da configuração da cidade. Estas especificidades se tornam explicações para a atração do desenvolvimento industrial que aqui se concentrou, alterando, novamente, a estrutura da cidade e da metrópole. Em outras palavras, a análise da formação de São Paulo se observou uma situação que num certo momento histórico atrai investimentos de todas as partes, acelerando o crescimento da região enormemente e em uma escala, então, desconhecida.

Esse crescimento referido, no recorte de tempo aqui trabalhado, é o fruto principalmente da inserção industrial no estado, concentrada em relação ao país e conferindo a cidade status de pólo agregador crescente. Langenbuch cita a idéia de que “*indústria atrai indústria*”⁵⁴, e

⁵⁴ Essa idéia é colocada no original entre aspas, não tem referências, fazendo parte de

para SAGMACS a expansão paulistana (metrópole) é quase sinônimo da expansão industrial (na cidade)⁵⁵. Essas idéias fazem bastante sentido ao serem aplicadas no processo já contínuo, porém esses mesmos estudos buscam os elementos – que consideram estruturais, que proporcionaram e incentivaram as primeiras instalações.

Antes de ser o local da industrialização, a cidade já concentrava riquezas; o café era o principal produto de exportação do país, investindo na cidade grande parte de seu capital, mesmo essa não sendo um centro produtor do grão. *“Antes de ser um núcleo industrial, já era um centro administrativo, comercial e financeiro que dava suporte a outras atividades urbanas, como serviços de utilidade pública, atividade imobiliária e indústria da construção”*⁵⁶. Esse trecho explicita tanto a pré-existência do capital, com quantidade sabidamente maior que em outros estados, quanto percebe que a cidade já era o local onde este capital estava se reproduzindo, de maneira que a cidade tinha um caráter pró ativo em relação ao capitalismo – assim a inserção industrial, entendendo-se pelas unidades fabris viria compor, modificar o espaço e as paisagens, porém se agregava e otimizava (muitíssimo) uma situação pré-existente. Todas essas condições ainda devem ser olhadas introspectivamente para que se reconheçam os elementos que

algumas passagens como um lugar comum, como uma verdade sem necessidade de delongas (p. 183)

⁵⁵ SAGMACS, op cit parte I-p.84

⁵⁶ Citação de SAES, A. M. “O Campo da Economia”, in “Os Campos do Conhecimento e o Conhecimento da Cidade” cadernos de História de São Paulo, n. 1 – Museu paulista da Universidade de São Paulo, 1992, in SAMPAIO, M. Ruth Amaral e XAVIER PEREIRA, Paulo César, “São Paulo, Cidade Global?” VII Encontro Nacional, Recife,

propiciaram tal transformação. Na literatura investigada, tanto SAGMACS quanto Langenbuch apontam a existência de uma estrutura que acolheria primeiramente o dinheiro do café – transformava-se – e depois viria um período que além de acolher as unidades industriais, também recebe seu capital – modificava-se – novamente e continuamente.

Esses elementos – estruturais – na visão dos geógrafos citados são essencialmente elementos físicos, naturais, ou construídos. Neste caso foram embasados numa perspectiva histórica (pelo cuidado que as duas pesquisas têm) – que aqui serão expostos brevemente para que se compreenda sua fundamentação.

Em toda a literatura; destaca-se, primeiramente, a idéia do crescimento vertiginoso: a cidade que era uma vila com uma escola e hoje é a maior cidade da América Latina, ou a cidade pobre inteira que hoje é a maior produtora de riquezas e ainda com traços tão miseráveis. Ou ainda a cidade que os viajantes enxergavam como uma cidade de barro, de taipa, que ainda mistura “barro” (metáfora para outras formas domésticas e econômicas de construção) e concreto. Como explicações, primeiro se destaca a sua “permanência” com ares de perseverança, pois se São Paulo era uma vila pobre, como sobreviveria? SUA primeira função era de colégio para a catequização indígena, num processo concomitante aos aldeamentos, ou seja, na contra-mão de alguma atividade econômica que pudesse render algum

dinheiro. Assim entende-se que sua primeira função não tem sentido econômico, seguindo a margem do desenvolvimento da colônia. No entanto os autores defendem que algumas características intrínsecas do local ajudaram a formar o núcleo que se torna a cidade de hoje – entende-se, portanto, que alguns elementos estruturais permitiram a sobrevivência e posterior desenvolvimento de São Paulo,.

Para SAGMACS a idéia principal era a implantação de São Paulo num local estratégico entre o litoral (onde se concentrava população e produção) com o interior do país, sobretudo a partir da época das bandeiras. No período colonial a cidade quase não apresenta crescimento, é uma situação de “existência” apenas, porém na fase de conquista do interior – seja atrás de ouro ou da mão de obra indígena, seguindo os aldeamentos – São Paulo representava um ponto de partida. Assim a cidade adquiria uma estrutura “centrífuga” – ou seja, se configura como um centro de onde se irradiam rotas – ainda que não se comportasse como um local de permanência da população que era itinerante, porém crescente.

Para Langenbuch, cuja análise desenvolve mais detalhadamente as primeiras formas de São Paulo, a cidade tem ainda outras características que compõem sua estrutura. Embora a visão de São Paulo como ponto estratégico também seja fundamental - as relações com seu entorno são definidas de modo diferente. Em linhas gerais, destaca São Paulo como o grande centro polarizador de atividades múltiplas que ocorriam em sua volta: *“percebe-se nitidamente um papel*

polarizador da cidade de São Paulo na organização de seus arredores. A cidade é circundada nitidamente por duas faixas concêntricas: o 'cinturão das chácaras' e o 'cinturão caipira' “⁵⁷. Essa análise reforça a idéia de São Paulo como centro, porém as relações com os arredores são ora centrípetas, ora centrífugas. O autor examina diversas atividades que funcionariam segundo essa relação: a agropecuária (antes do café ou cana de açúcar) já era intensa, era para o abastecimento da pequena cidade e entorno, com variedade – de forma que a cidade servia como ponto tanto de absorção de parte como centro de recolhimento e distribuição; funcionando, portanto, nos dois sentidos.

Além disso, destacou as funções religiosas, administrativas e educativas como um fator de convergência. Essas relações, para sua atividade, demandam equipamentos, que acabaram tendo representatividade na estrutura, como os caminhos e pousos para esses movimentos em mão dupla – o que, segundo o autor – era uma estrutura modesta porém capaz de manter vínculos da capital com povoados no entorno da cidade, que já se formavam com essa dependência em relação ao pólo. Esses povoados, antes do café, não se caracterizaram por crescimento ou progresso, mas por uma situação modesta e linear.⁵⁸

⁵⁷ LANGENBUCH, op cit p. 76 – na análise desses elementos o autor revela que são dispersos põem a idéia de cinturão se dá pela relativa distancia equivalente da cidade como centro polarizador.

⁵⁸ LANGENBUCH, op cit p. 75

A expansão cafeeira impulsiona a transformação de vila à grande cidade. Um salto. O estado de São Paulo, por condições naturais e também por já ter caráter experimental de busca de riquezas, concentra a produção do grão que se torna fundamental na economia brasileira. A lei de terras de 1850 que determina “propriedade”, de forma que a terra não era apenas mais uma questão de ocupação; isso, associado à abolição e à importação de mão de obra, faz a cidade se tornar espaço dos que não tem terra, a cidade cresce em número, e é onde a vida se torna possível. Além disso, cooperando com a fase expansionista da agricultura, o estado recebe muitos investimentos na sua infra-estrutura de transportes, e comunicações. A cidade de São Paulo, desenvolvendo a centralidade que já manifestava, é o ponto que irradia as ferrovias, que concentra as decisões e os capitais a serem reinvestidos, também se tornava referência de serviços, comércios, construções e outras maneiras de se absorver e gerar novos recursos. No estado se estabelecem linhas férreas que cobriam a produção, além de melhorias nos caminhos e estradas – ou seja – em termos de infra-estrutura o estado é renovado.

Para Langenbuch, a fase que analisa esse desenvolvimento é entre 1875- 1915 a ferrovia foi o principal elemento reorganizador do espaço⁵⁹, determina uma mudança nas relações com os cinturões: alterna as condições das distâncias, ou seja, o fato de tornarem áreas mais comunicáveis e acessíveis faz com que muitas se incorporem à cidade e outras possam funcionar com maior ligação: o “cinturão das

⁵⁹ LANGENBUCH, op cit p. 129

chácaras” é completamente anexado, o cinturão caipira se diversifica, se desenvolve e se relaciona ainda mais com a capital, seja pelo mercado crescente, seja pelo peso político que representa. Nos arredores da cidade, se instalam nesse período as primeiras indústrias, já modificando a paisagem e as formas de ocupação de áreas suburbanas. Muitas dessas áreas, segundo o autor, começariam nesse período a notar as vocações (funcionais), que posteriormente desenvolveriam.⁶⁰

SAGMACS desenvolve esse estudo parte no sentido do levantamento cadastral citando Railways, Bancos e outros serviços que se instalavam e cresciam, concluindo que o estado e a cidade tiveram grandes investimentos, fundamentais para a formação de sua estrutura – como base de atividade para o desenvolvimento nacional. Ressalta também, fundamentalmente, o papel do transporte – além de ser uma estrutura física, funcionou como um instrumento de expansão “*A influência de São Paulo cresce rapidamente ao longo de suas ferrovias e rodovias*”⁶¹ – a rapidez do transporte une distâncias fazendo com que cidades até então com vida independente de São Paulo recorram a capital para serem ora fonte de abastecimento, ora como escoamento de produções específicas – cidades que se desenvolviam de forma mais independente (como Jundiaí, São José dos Campos, Santos) são polarizadas pelos tentáculos da cidade. Assim a estrutura da cidade é vista nesse momento de maneira mais complexa: era centrífuga, pois ainda se dispunha no sentido da procura de riquezas; centrípeta, por

⁶⁰ idem p. 128, 129

voltar grande parte dessas riquezas para si e tentacular, expandindo sua influência ao criar novas condições de desenvolvimento para áreas antes menos acessíveis⁶².

Essa abordagem, na historiografia de São Paulo, muitas vezes é descrita como uma ruptura, usando a idéia de renascimento, ou de formação de uma outra cidade sobrepondo-se á pré existente: *“É conhecido que um conjunto de estudos sobre São Paulo periodiza uma evolução no crescimento da cidade identificando diferentes datas como sendo de sua "fundação". A data de 1872, início do governo de João Theodoro, por exemplo, ficou consagrada pelo historiador Eurípedes Simões de Paula como de uma Segunda Fundação de São Paulo. O geógrafo Pasquale Petrone, acrescenta nesta perspectiva, que na primeira década do século XX registrou-se o que poderia ser denominado de "terceira fundação da cidade". Nesta mesma linha de formulação o arquiteto Benedito Lima de Toledo tornou conhecida a expressão título de seu livro: 'São Paulo, três cidades em um século', referindo-se à uma história de várias cidades sendo rapidamente destruídas e reconstruídas, num mesmo lugar, nesse curto período”*⁶³ A data de 1872 representou formalmente, fisicamente, o aburguesamento de São Paulo, com modernização urbanística e renovação de técnicas construtivas e arquitetura – ou a cidade de tijolos a qual se referem os arquitetos, Carlos Lemos e Benedito Lima, a segunda cidade que

⁶¹ SAGMACS, op cit parte I-p.22

⁶² idem parte I-p.26

⁶³ XAVIER PEREIRA, Paulo César “SÃO PAULO, UMA OU VÁRIAS CIDADES E HISTÓRIAS?”

superaria a taipa- essa notação representa a uma ruptura formal, faz a figura de uma cidade nova sobre a outra. Uma outra estrutura. A terceira fundação seria ainda uma intensificação desses esforços, abrindo maiores possibilidades de transformação e modernização, pelos trabalhos dos prefeitos Antônio Prado e Raimundo Duprat, pertencendo ainda á metrópole (em formação) do café – ou seja, a concentração de divisas que proporcionavam e se apropriavam também das melhorias urbanas. Novas estruturas.

A interpretação da evolução da cidade pela modificação de suas estruturas, somente, não explica motivos nem fornece compreensões para sua evolução. As estruturas entendidas nas análises mostradas compreendem abrangências formais, ou seja, se mostram evolutivas pelas existências físicas e espaciais dos elementos – e a transformação de suas formas e relações, porém, sem análise histórica não se compreende o processo sócio-espacial de sua formação⁶⁴.

O que se quer dizer é que as metáforas das fundações de São Paulo apresentam as novas estruturas que se configuram na cidade, que não se explicam p or si, e sem a visão perspectiva pouco fazem sentido – elas são o registro de épocas, porém as permanências ou modificações, ou ainda as possibilidades que estimulam os “surtos de urbanização” é que explicam a cidade, sempre em mudança, mas ainda a mesma, carregando traços que podem ser renovados.

FAUUSP

⁶⁴ Na exposição de Xavier Pereira , a cidade é colocada como um processo sócio-espacial, e a produção do espaço se entende a partir dessa concepção.

2.2 Leitura da cidade – A estrutura da São Paulo nos anos 50

Como foi mostrado, São Paulo no começo do século XX era uma grande cidade que exercia influência no seu entorno tanto geograficamente (por ser estratégica) quanto funcionalmente por uma condição centralizadora de expansão e concentração de recursos e atividade. Isso é comum às duas análises que serão abordadas nessa parte do estudo.

2.2.1 O aglomerado – SAGMACS 1957

O trabalho, como foi introduzido neste capítulo, se desenvolveu na execução de um levantamento completo, análise dos dados e um plano de recomendações. A primeira abordagem levanta a presença de elementos que depois forma interpretados por suas condições, relevância e relação entre eles – compondo o que a SAGMACS chamou de *“estrutura do aglomerado de São Paulo”*.

O questionamento que norteia o estudo é a relação de “crescimento da metrópole” x “capacidade” x “desenvolvimento”, ou seja, um crescimento que seja qualitativo. A idéia da ascensão é um mecanismo essencial para a discussão urbana nos anos 50 – então a SAGMACS analisou duas estruturas: a da expansão e a urbana, sendo que essa é nitidamente considerada condicionada pela primeira. “Estruturas” são construções intelectuais, que permitem tais vínculos e complexidade.

A expansão, para SAGMACS, tinha basicamente significado econômico, ou seja, entende-se que o capital é a forma incentivadora do crescimento e também o principal elemento que pode modificar a estrutura da cidade. Com esse conceito, a expansão paulistana foi formulada em termos econômicos – ou seja, SAGMACS relatou as atividades econômicas todas crescentes na cidade – mostrava ainda que a tendência, ao se desenvolverem, é gerar mais riquezas em todos os setores e modificaria o espaço. Os elementos básicos dessa estrutura de expansão eram as atividades econômicas, a relação entre elas é de “estímulo”, configurando a estrutura da expansão.

Em 1956, o **comércio** na cidade era responsável por 61% das vendas de todo o estado⁶⁵ – o que representa a centralidade dessa atividade (que se utilizava dos meios de circulação do estado para poder receptor todos os tipos de produto) além de destacar a cidade como importantíssimo mercado consumidor. Essa força era além do estado – representava o maior mercado de consumo do país: “A maioria dos estados recebe de São Paulo por vias internas de 15 a 21% de sua renda territorial”⁶⁶. Assim se demonstra a cidade como um centro de produção e distribuição de riquezas, com um comércio forte que movimenta essa relação: absorve muito de sua produção, era o estado

⁶⁵ SAGMACS, op cit parte I-p.85

⁶⁶ idem parte I-p.91

que tem maior peso nas exportações e ainda gera renda para outros estados, absorvendo parte de suas produções.

A **indústria** foi considerada o carro chefe dessa expansão. As indústrias (unidades fabris) em grande parte locavam-se em São Paulo, porém essa capacidade estava extrapolando-se, formando outros eixos de expansão – em São Paulo destacava-se a variedade, e nos municípios vizinhos e nestes eixos havia uma tendência á especialização, em termos de “estrutura” isso faz sentido – na medida em que São Paulo era o centro dos mercados e tinha mais condições, pôde absorver tal variedade, enquanto nos municípios vizinhos suas estruturas eram otimizadas em função de um tipo de produção. No entanto essa tendência indica o começo de uma descentralização industrial. Em 1940 eram 4.876 estabelecimentos industriais no município, em 1950, 5.277 e em 1955, 6.156⁶⁷, esses dados indicam que mesmo já havendo a expansão e a tendência a descentralização a cidade continua recebendo unidades, ainda que se percebesse o processo de desconcentração.

Além disso, principalmente por ser uma área fértil para o capital, São Paulo ainda concentrava os maiores **investimentos** para prosseguir seu crescimento. Era na cidade que o capital se reproduzia, e era reinvestido para estimular ainda mais a expansão, principalmente no

⁶⁷ SAGMACS, op cit parte I-p.95

setor industrial: em 1956, 71% dos investimentos na capital foram direcionados para a indústria⁶⁸,

Outro elemento que fomentava a expansão, segundo a SAGMACS, era a **população**. A concentração populacional em São Paulo era crescente, era o maior mercado de consumo e de trabalho: se por um lado a imigração interna era atraída pelas indústrias, esta também era atraída pela imensidão da população. Em 1955, 43% da população ativa do município estava empregada nas indústrias, em outras cidades do aglomerado esse contingente era ainda maior – em Santo André, por exemplo era de 68%⁶⁹. Nesta análise a SAGMACS já ressaltava outra característica: os crescentes investimentos na área da educação e cultura, que neste ponto eram vistos como bens de produção, na medida em que capacitaria a população, se revertendo em melhorias para o setor industrial também.

Assim os elementos eleitos para a estrutura da expansão econômica eram: comércio, indústria, investimentos e população, que combinados – regidos pela “indústria” – foram entendidos como a estrutura da expansão – que formava um mecanismo “auto-propulsor” do crescimento da cidade, ou seja, juntos a cidade não pararia – essa característica é entendida como um “espírito paulistano”, o que se nota nas seguinte passagem:

⁶⁸ SAGMACS, op cit parte I-p.99

⁶⁹ idem parte I-p.97

“A Capital influi não somente com disponibilidade financeiras e técnicas, mas também com o espírito de iniciativa, com o dinamismo que lhe é próprio, ambos elementos que foram decisivos pra sua própria estrutura atual”⁷⁰

Dessa forma a expansão é entendida como um mecanismo – ou seja uma estrutura – que será um dos elementos para se entender a estrutura da cidade existente. Um elemento fundamental para se propor a estrutura da cidade idealizada- pois esse “espírito” era definitivo para a construção da cidade moderna fetichizada.

A estrutura urbana

A abordagem da SAGMACS para o estudo da estrutura urbana é geográfica. Os elementos históricos foram expostos principalmente para a compreensão da expansão, porém na busca da identificação da estrutura se trabalhou basicamente com os elementos físicos e dados estatísticos – a perspectiva histórica serviu como uma auxiliar para a avaliação dos resultados. Convém destacar, também, que o objetivo desse estudo não é se estender pelos vínculos estruturais, elementos descritivos de todas as áreas da cidade (que estão muito detalhados no estudo-base da SAGMACS) e sim delimitar o que era a “estrutura urbana” entendida nos anos 50.

⁷⁰ SAGMACS, op cit parte I-p.102

O primeiro conceito definido que foi relevante à pesquisa seria a considerado “área urbanizada”: um núcleo que seja servido de equipamentos, como comércio e serviços públicos (ainda que sejam escalas bastante amplas em níveis de desenvolvimento extremamente desiguais) e que estejam dentro de limites municipais. Nesse ponto é importante ressaltar a heterogeneidade dos núcleos, porém cada um deles apresenta porções homogêneas de suas condições, ou melhor, núcleos mais desenvolvidos apresentavam relativamente a mesma qualidade em vários pontos, ao contrário dos mais carentes que tinham essa condição generalizada. Essa consideração não declara que toda a área municipal seja urbanizada.

Os elementos que a SAGMACS elencou como fundamentais para a identificação da estrutura da cidade são:

- 1) **Circulação:** entendendo pelos movimentos gerados pelo trabalho e pelas atrações específicas de cada local.
- 2) **Tipos de agrupamento,** esse elemento a SAGMACS analisa a partir do que denominou “níveis coletivos de vida”, que se compreendem na escala de uma vizinhança, e nas articulações hierarquizadas entre elas.
- 3) **Equipamentos e serviços básicos:** elementos que servem as áreas, configurando situações desiguais.
- 4) **Ocupação por renda:** a concentração de rendas em áreas específicas é considerada um elemento formador – existe uma relação com o meio que ora pode ser predadora, ora pode aparecer em melhorias. As formas de ocupação são

consideradas elementares para a paisagem urbana.

- 5) **Tipologia das habitações:** modos de morar e arranjo entre delas são fundamentais na formação do espaço.
- 6) **Comércio:** genericamente já é um elemento atrativo, porém os níveis de especificidade e a locação interferem na formação do espaço.
- 7) **Serviços:** a disponibilidade e acesso também são elementos importantes no estudo.

Esses itens são pesquisados em todas as áreas de São Paulo. Na medida em que se configuram e se relacionam se delineava a estrutura urbana. A estrutura da SAGMACS se baseou em estudo abrangente que fez um verdadeiro inventário da cidade analisando o que tinha, como era, procurando um significado entre as partes.

Entre esses elementos, um se torna fundamental na pesquisa e na proposta da estrutura urbana para SAGMACS: os tipos de agrupamento são “unidades coletivas de vida” que foram explicadas em três escalões:

- I) **Unidade elementar**, onde as necessidades da vida cotidiana se satisfazem em nível básico (geralmente na escala de circulação a pé) – pequenos comércios, pontos de ônibus, orelhões, caixas postais.
- II) **Unidade complexa:** um segundo grau das necessidades, mais eventuais, ocorrendo em distâncias de diâmetro de 3 Km - o que já mostra a questão geográfica na interpretação da cidade.
- III) **Unidade autônoma:** permite o desenvolvimento de todas as funções

essenciais (trabalho, habitação, saúde, educação e lazer).

Com esse foco, todas as regiões da cidade foram investigadas, a fim de se identificar quais eram as unidades complexas nos bairros, quais eram as relações e as desigualdades. Em São Paulo, muitos bairros não funcionavam como unidades completas, dependendo da estrutura de outros, que acabavam tendo uma super-utilização, o que também não era funcional. Destacou-se o exemplo da Casa Verde e sua completa dependência por Santana – além de ser mais distante, era uma relação de usurpação, na medida em que só tomava os benefícios, sem oferecer nenhum. Por outro lado, antigas ocupações como Santo Amaro, Pinheiros, funcionavam praticamente como unidades autônomas – e polarizavam seus entornos imediatos.

Na elaboração do quadro das unidades, a estrutura da cidade já apresentava uma distinção entre as zonas centrais, densas e ocupadas, e a periferia (ainda entendida pelo conceito geográfico como a parte que circunda o centro) se apresentava com um caráter extremamente heterogêneo. Além dos núcleos já apontados historicamente que foram englobados à cidade com o crescimento em termos de área pelas suas bordas (com a figura da estrutura tentacular)— o tecido era preenchido transformando áreas rurais em urbanas, principalmente na forma dos loteamentos. Estes poderiam ser de alto padrão – como os da Companhia City ou mais populares em áreas comumente menos acessíveis *“como era de se esperar, e confirmado nos estudos*

*anteriores, a zona de maior crescimento é a periferia*⁷¹. Nessas aéreas, os equipamentos são os essenciais *“Os primeiros equipamentos geralmente encontrados são a eletricidade domiciliar e a pavimentação da rua principal, que corresponde, na periferia, às vias de acesso para toda a zona.”*⁷². Essas peculiaridades espaciais já conferiam à periferia, ainda que heterogênea, um caráter predominantemente menos desenvolvido – o índice de insatisfação com condições era de 93% em todas as unidades que não eram do centro⁷³. Apesar de não ser um modelo ideal, era uma prática lícita.

Essa situação de desigualdade, já era então registrado como *“extrema segregação das classes sociais (...) praticamente toda a periferia, que corresponde à zona de baixo nível de vida, contem unidades compostas quase exclusivamente de classes populares urbanas - essa situação impede a esses habitantes de conhecerem um nível de vida diferente, a aspirarem melhorar sua condição. Por outro lado, devido ao baixo nível cultural das classes populares, essas unidades ficam desprovidas de líderes eficientes, capazes de contribuir para a melhoria da situação”*⁷⁴ – segundo a pesquisa, 56,8%⁷⁵ a população da periferia era formada por classes populares. O comércio nessas unidades foi classificado como 19% péssimo, 48% medíocre e apenas 33% satisfatório, ressaltando-se que nessa estatística os antigos pólos e os loteamentos novos de todas as classes também são contabilizados. Esses comentários parecem

⁷¹ SAGMACS, op cit parte II-p.60

⁷² idem parte II-p.70

⁷³ SAGMACS, op cit parte II-p.73 – dado de pesquisa de opinião com os moradores.

⁷⁴ idem parte II-p.80

eliminar a heterogeneidade na formação do elemento , ou seja, na mesma medida que ela é apontada nos estudos, a periferia começa a ser entendida como um sinônimo de área subdesenvolvida e menos abastada – caminhando para o que, posteriormente, vai se transformar num sujeito social.

Uma outra questão em relação a falta de infra-estrutura e trabalho nos locais mais afastados era a dependência em relação ao centro, principalmente a problemática do deslocamento que esse vínculo gerava.

O centro foi analisado como uma área mais completa: infra-estrutura, moradia, equipamentos de lazer, meios de transporte, vias, tudo mais concentrado e em melhores condições. Além disso, para certas especialidades, toda a cidade tinha o centro como única referência:

- repartições administrativas e políticas se concentravam, inclusive em termos de poder.
- comércio variado e específico, existiam gêneros que no centro tinham as únicas fontes⁷⁶.
- alguns níveis de educação: universidades e outras unidades de ensino superior eram exclusivas da região central.

Além disso, era de onde se irradiavam as vias e tinha maior acessibilidade em meios de transportes para outras áreas da cidade – ainda que esse setor se demonstrasse ainda carente. Dessa forma, o

⁷⁵ SAGMACS, op cit parte II-p.81

centro, na análise de atração tinha uma posição extremamente diferenciada em 1957, era o coração da cidade, concentrava de fato, a centralidade.

Ainda que algumas unidades autônomas existissem (destacam-se Santo Amaro, a Lapa, Pinheiros, Santana e Osasco – que ainda fazia parte da cidade) ou outros municípios da “great São Paulo” que tinham seus centros, a hierarquização era clara. A vida cotidiana poderia ser perto de autônoma, porém na estrutura desses elementos, o centro era diferenciado, era referencial. Assim, em 1957, existia uma relação “centro – periferia”, o modelo radiocêntrico se formava. Um centro forte, funcional e homogêneo. Uma periferia de diversas unidades dispersas, em níveis de desenvolvimento distintos – com relações de hierarquia entre si, porém polarizadas pelo centro⁷⁷.

Estrutura: problemas e soluções assinalados

Para esta análise é necessário esclarecer alguns pontos:

- A SAGMACS, por mais que exalte o crescimento de São Paulo e seu “espírito empreendedor” tem uma posição crítica em relação ao desenvolvimento urbano. Sempre fez menções a impasses político-administrativos; indo, portanto, além das características formais –

⁷⁶ Mostrando-se exatamente como a idéia do “core” do modelo da cidade de Smailes.

⁷⁷ Nessa análise, a estrutura apontada para São Paulo é o modelo de “core” e “integuments” de Smailes, porém sem a distinção de juízo, que na análise da SAGMACS já entendia a periferia como uma ocupação mais carente.

outras estruturas então se envolvem nas críticas, como o setor de planejamento e o financeiro da cidade – que foram considerados operacionalmente problemáticos para a ordenação da cidade.

- Outro ponto fundamental é o que a SAGMACS entende por *problemas de estrutura urbana*; seriam, principalmente, inadequações da economia dos “equipamentos bem como dos transportes”⁷⁸.

Esses pressupostos, então, diferenciam dois níveis da questão: operacionais, como elaborar e executar o plano e dos elementos físicos e estruturais que são as peças que, no espaço, poderão compor uma nova estrutura. A “cidade orgânica”⁷⁹, estruturada, em linhas gerais tinha um modelo: a idéia da cidade ideal uma estrutura de “unidades complexas”, polarizadas, porém com um nível de dependência bem menor em relação ao centro, ou aos centros. Essas áreas deveriam apresentar maior equivalência, tanto de oportunidades, como de infra-estruturas. O quadro apresentado mostra como são diversificadas as ocupações dos subdistritos de São Paulo nessa época – áreas inchadas e áreas ainda poderiam ser preenchidas:

População de São Paulo, segundo os distritos e subdistritos – 01/07/1950	
	População (números absolutos)
total	2.198.096

⁷⁸ SAGMACS, op cit parte II-p.112

⁷⁹ o termo “orgânico” é usado diversas vezes no texto como sinônimo de ideal e oposto á espontâneo e desordenado.

Distrito de São Paulo	2.114.692
Aclimação	28.900
Alto da Móoca	87.422
Barra Funda	29.492
Bela Vista	44.937
Belenzinho	63.364
Bom Retiro	23.036
Brás	67.950
Butantã	32.026
Cambucí	45.815
Capela do Socorro	7.533
Casa Verde	58.639
Cerqueira César	25.560
Consolação	34.807
Ibirapuera	27.310
Indianópolis	28.622
Ipiranga	114.038
Jardim América	37.555
Jardim Paulista	54.093
Lapa	87.197
Liberdade	43.064
Moóca	48.142
Nossa Senhora do Ó	50.013
Osasco	41.326
Parí	40.951
Penha de França	82.811
Perdizes	67.900
Pirituba	26.739
Santana	90.276
Santa Cecília	38.182
Santa Efigênia	38.794
Santo Amaro	39.510
Saúde	107.060

Sé	9.288
Tatuapé	133.795
Tucuruvi	88.331
Vila Madalena	30.678
Vila Maria	54.375
Vila Mariana	57.024
Vila Matilde	38.116
Vila Prudente	90.023
Distrito de Guaianases	10.057
Distrito de Itaquera	14.886
Distrito de Jaraguá	2.543
Distrito de Parelheiros	7.141
Distrito de Perus	5.607
Distrito de São Miguel Paulista	37.713
População em Trânsito	5.457
	6.510.886

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento (SAGMACS op cit Anexo p.72)

O desenvolvimento da cidade apresentava elementos que iam à contramão a esse modelo, de forma que foram identificados como pontos falhos a serem combatidos com urgência diversos grupos de problemas:

- 1) **problemas de densidade populacional:** a ocupação dispersa preocupava na medida em que é anti-econômica – ou seja uma forma que não se apropria adequadamente de equipamentos existentes, não otimizando seu uso, e não se desenvolve estruturada. Em níveis de extrema densidade, os equipamentos

podem não ser suficientes para o uso. Era necessário regulamentar as densidades populacionais nas diversas áreas levando-se em conta características físicas e especificidades de uso delas, de maneira que os efeitos predatórios do crescimento da porção periférica sem estrutura e o aumento excessivo que vinha ocorrendo no centro com a verticalização fossem atenuados em função das condições que as áreas dispunham. Para isso, desde então, surgiu a idéia da criação de novos centros terciários e secundários, com instrumentos de controle das construções e visando a locação de áreas habitáveis, naturalmente ou estruturalmente favorecidas.

- 2) **espaços de recreação** : a SAGMACS aponta a escassez absoluta de parques infantis e jardins que compusessem a paisagem e trouxessem qualidade de vida aos cidadãos.
- 3) **praças públicas**: numa conjunção dos itens 1 e 2 existe o apontamento da falta de espaços públicos de uso coletivos e variados, que pudessem sediar os centros de bairro. Na periferia, sobretudo, se aponta a total inexistência de locais de reunião da comunidade. Ou seja, locais com características espaciais que oferecessem qualidade e suporte para a cidadania, independente da especificidade de seu uso.
- 4) **falta de pavimentação**: *“julgamos que pelo menos deveriam poder ir do centro das unidades às residências sem andar na*

*lama em dia de chuva, como o que acontece em quase toda a periferia*⁸⁰ esse problema era pertinente sobretudo nas áreas mais afastadas e menos abastadas. Essa idéia reforça a conjunção de “carência” e “periferia”.

- 5) **transportes coletivos:** insuficientes. Esses além de aumentarem em número deveriam operar segundo essa estrutura de unidades complexas (servindo uma área determinada). E organizadas pela polarização do centro principal, de modo que assim uma área se tornasse acessível a outra.
- 6) **comércio e serviços:** essenciais para a composição dos centros secundários - ou seja, os níveis presentes na vida cotidiana não se apresentavam igualmente em todas as áreas, de maneira que era necessário um condicionamento de suas implantações.
- 7) **indústrias:** vistas como o principal elemento do mercado de trabalho, sua concentração prejudicava o trânsito dos trabalhadores. As pequenas indústrias deveriam ser difusas e presentes em todas as unidades complexas, as grandes e de atividades específicas poderiam ser setorizadas, embora não se use o termo “impacto ambiental” essa era a idéia. Essa distribuição reestruturaria a circulação, havendo em todas as áreas mercado de trabalho.

⁸⁰ SAGMACS, op cit parte II-p.115

- 8) **Educação:** deveria ser aumentada em todos os níveis e distribuída em todas as unidades, “*o ensino profissional e a capacitação técnica é essencial para a elevação do nível de vida*”⁸¹.
- 9) **O centro principal:** a característica da centralidade seria reforçada por elementos que ele já tinha: centro irradiador de vias e acessos, e referência de alguns tipos de serviços e comércio, além de alguns equipamentos exclusivos, como biblioteca central, teatro municipal, locados lá mas comuns para toda a cidade.
- 10) **Habitação:** No centro o problema é com a alta densidade devido a verticalização e com formas insalubres de moradias: os cortiços. Na zona periférica o problema era apontado como mais urgente – as condições de habitação são piores. Com crescimento da população essas condições tendem a se agravar, de maneira que medidas de controle e orientação das novas habitações são essenciais. Sugeriu a criação de um órgão especial para habitação, estímulos à iniciativa privada, projetos coletivos, como formas que promoveriam a melhoria dos bairros periféricos.

Ao identificar os problemas, a análise da estrutura sugere soluções da mesma forma: em elementos que depois vão ter relações uns com os

⁸¹ SAGMACS, op cit parte II-p.121

outros, ou seja, além de método de compreensão, “estrutura” se tornou um instrumento de planejamento, no processo da SAGMACS.

2.2.2 A análise de Langenbuch

O período analisado é chamado de “a grande metropolização recente” demarcado entre 1940 e 1966, coincidindo grande parte com a cidade analisada pela SAGMACS. É importante ressaltar que esse estudo é feito posteriormente, é publicado em 1971, inclusive “*A Estrutura da Aglomeração de São Paulo*” é referência bibliográfica. Considerou-se o período entre os anos 40 e 50 como uma fase de transição – uma estrutura de expansão para a metrópole dos anos 70. Novamente vale lembrar que o objetivo desse relato é entender o modelo formulado, o padrão que explica a cidade, para que se entenda a evolução e pertinência do conceito de estrutura.

O autor analisa as formas de expansão urbana – essa escolha foca a estrutura de uma maneira diferente – neste caso entende-se a estrutura urbana exclusivamente a partir dos mecanismos de crescimento, ou seja, a cidade era a expansão. Ao invés de um aprofundamento nas questões físicas das relações entre diversas partes, os elementos formadores dessa estrutura eram as formas do crescimento, pouco se detendo nas pré-existências como elementos estruturais.

A forma que descreve o processo de urbanização é o que o autor denomina de “compactação da cidade” – “*um grande crescimento*”

*conhecido pela cidade em seu domínio propriamente urbano*⁸², isso se dá justamente pela verticalização, ocupação de terrenos vazios, extensão por arredores não urbanizados ou por áreas suburbanas fazendo a absorção de antigos núcleos. Desse modo há um crescimento extensivo, porém dentro dos limites municipais, conferindo aspectos de tecido urbano a áreas que antes não tinham tais características. O processo todo foi denominado, genericamente, de “*desenvolvimento suburbano ou peri-urbano*”, demonstrando o crescimento pelas bordas de um núcleo, que se estendia em direção a outros – formando espaços distintos, porém com a predominância de carência.

Para isso, ao invés de adotar os componentes físicos urbanos, a estrutura “expansionista” estudada elenca os seus elementos como os agentes do crescimento. Ou seja, nessa abordagem, a estrutura era constituída por partes - muitas vezes com presença física – eram designados pela sua função e condição de transformar os espaços – com tecidos urbanos bastante heterogêneos pela forma de expansão que adquirem.

Basicamente os elementos apontados nessa estrutura foram os meios de transporte, vias de circulação, habitação (pelas novas formas de produção) e indústrias.

⁸² LANGENBUCH, op cit p. 179

As **ferrovias**, em toda a exposição do autor, foram consideradas elementos estruturais do espaço desde sua implantação. Além de modificar o meio, na medida em que é uma construção, o movimento que ela gera representou uma evolução técnica que alterava os limites de distância e também a comunicação entre os pontos que liga. Neste período ainda mantinha importância, porém com usos e relevância específicos. Como a ferrovia participa da estruturação do espaço? Primeiramente o autor aponta a permanência dos “subúrbios-estação”, que representavam o crescimento de unidades com possibilidade de trabalho, ou acesso a ele, além de comércio e habitação desenvolvidas no entorno das estações, que então ligavam esses núcleos ao resto da cidade. Muitos deles se tornam pólos industriais por serem acessíveis à mão de obra, ao recebimento de matérias primas e ao escoamento de sua produção. Nas linhas Sorocabana, Santos-Jundiaí, Variante Poá, e linha tronco central, em muitos trechos a intensificação industrial foi nítida e efetiva. No entanto essa condição não funcionou como uma regra – mesmo sendo considerado um elemento do desenvolvimento, há lugares que não atingem ocupação similar significativa – as linhas da Cantareira e mesmo a Santos-Jundiaí em direção da Lapa não chegaram a ter desenvolvimento industrial nesse período.

Algumas partes mantiveram o caráter habitacional, por serem um meio de acesso ao centro, que ainda era um grande empregador de mão de obra. Outras estações ainda eram localizadas em locais de atividades extrativistas, mantendo tal característica.

É importante ressaltar que o autor identifica as linhas ferroviárias como o agente de maior alcance, na medida em que agrega a metrópole alguns núcleos e municípios mais distantes, que por esse meio tinham seu crescimento condicionado ao de São Paulo. Outra característica era que as linhas que cruzam os bairros finos colocam suas estações isoladas, para se manterem afastados desse transporte, mais popular.

Apesar da grande importância o autor considera que o crescimento da malha ferroviária em tamanho e qualidade não acompanhou o crescimento populacional.

Outro elemento é o sistema **rodoviário**. O crescimento que os automóveis e ônibus possibilitaram é menos limitado, acontece em diferentes escalas – mais espalhados, afetam áreas de diversas maneiras, mas que o estudo de estrutura entende essas formas “tipificadas”.

As “auto-estradas” surgiram nos anos 40, Via Anchieta, Via Anhanguera e Via Dutra. e já apresentavam características típicas de ocupação. Essas se diferenciavam das ocupações de estradas comuns por favorecerem as áreas imediatamente lindeiras, ou com indústrias, ou com habitações. Formavam-se eixos de expansão ao invés de pólos.

O sistema rodoviário, segundo a análise de estrutura de Langenbuch, possibilitava ainda outras formas de ocupação:

- 1) **Subúrbios-entroncamentos:** desenvolvem-se a partir da

concentração de equipamentos urbanos nos entroncamentos de rodovias, se tornando pólos de crescimento. Exemplos: Rudge Ramos, Diadema, Taboão da Serra, entre outros.

- 2) **Subúrbios-ex-vilarejos:** a acessibilidade permite que núcleos rurais e outros assentamentos se desenvolvam a partir da integração dessas áreas com mercado de trabalho e outras funções urbanas, por exemplo: Campo Limpo, Capão Redondo, Sapopemba, Caxingui, que se desenvolvem e acabam absorvidos pela malha urbana.
- 3) **Subúrbios-loteamentos:** *“a maioria destes núcleos suburbanos, que surge com o apoio da circulação rodoviária, não se desenvolve em função de nenhum pólo local de atração. Provém de loteamentos cujo lançamento e cuja efetiva ocupação dependem de fatores não geográficos (especulação imobiliária, “agressividade de vendas”, facilidades oferecidas aos compradores”⁸³. Além disso cita o costume de povoação rarefeita no começo, com os primeiros moradores se deslocando a pé, até que se conquistem linhas de ônibus – que com o desenvolvimento do núcleo teria rentabilidade garantida – assim esse “serviço urbano” também era uma forma de capitalização.*
- 4) **subúrbios-ônibus:** também funcionam a partir de um eixo de expansão – uma estrada servida por ônibus, e não a partir de um pólo.

⁸³ LANGENBUCH, op cit p. 200

Esses tipos ainda podem ser diferenciados entre si, principalmente o subúrbio loteamento, que depende de agentes e público alvo – muitas vezes tem a forma de viabilização e usuários tão distintos que configuram paisagens completamente diferentes.

Nessa atividade notou-se que a zona sudoeste era um vetor de valorização com a Cidade Jardim – Morumbi, que tinha partido privilegiado de ocupação, com lotes grandes, bem servidos, predominando a paisagem natural. Além disso, nessas regiões desenvolveu-se um uso misto que agregava valor – equipamentos da escala da metrópole formam localizados nesses bairros, como o Jockey Club e o São Paulo Futebol Clube. Ainda nesta mesma direção foram feitos outros loteamentos que visavam a classe média nas direções da Rodovia Raposo Tavares, o Jardim Bonfiglioli e Granja Viana. Outro agente desse tipo de expansão, que diferenciava os seus “produtos” eram os órgãos oficiais, conjuntos financiados pelos IAPI e IPESP, que eram grandiosos porém com uniformidade arquitetônica em cada um deles. Além dessas formas, se destacou a iniciativa do Bradesco com a “Cidade de Deus” em Osasco – uma cidade estruturada para seus funcionários, formando ainda um outro tipo de “loteamento”, em 1953.

O grande restante se caracterizava pela homogeneidade e condições mais precárias cujo grande atrativo mesmo é a oferta dessas terras. No entanto, o autor destaca que existia a habilidade na escolha dessas áreas, porém a atividade imobiliária *“não abriu novas frentes de expansão urbana (ou suburbana) mas tão somente acelerou um*

*processo em andamento e lhe imprimiu características originais*⁸⁴. Ou seja, a expansão suburbana da cidade não era fruto de especulação imobiliária, essa apenas acentuou um caráter predatório de um processo fatal.

É importante ressaltar que à medida que o sistema rodoviário crescia e se diversificava neste período também destacava a declividade relativa da importância das ferrovias nesse processo. As ferrovias eram mais eficientes para o domínio das distâncias e também, numa perspectiva histórica, tinham sido o mais importante agente de urbanização nos núcleos de estações que agora estão sendo fagocitados na metropolização. Mas nesse momento a cidade crescia com maior intensidade e mais flexivelmente sob a importância crescente das vias de equipamentos automobilísticos.

Além desses elementos o autor ainda trabalha com outros: divisões políticas e administrativas, no sentido da absorção, incorporação ou desmembramento de municípios. Em São Paulo, neste período houve a reincorporação de Santo Amaro, e a emancipação de Osasco. A construção da represa de Guarapiranga tornou necessária que a cidade se expandisse para a região de Santo Amaro – cujo desenvolvimento passou a ser regido pela municipalidade. Por outro lado o autor aponta que os locais que tiveram autonomia puderam reger suas melhorias urbanas –mas não na mesma escala de uma represa. Com esse

⁸⁴ LANGENBUCH, op cit p. 222

exemplo, cita essa manobra política como um elemento “prático” na formação da estrutura urbana.

O autor ainda acrescenta um outro elemento: a zona rural de São Paulo. A produção extrativista e agrícola vão se tornando cada vez mais raras e se dirigem no sentido do afastamento da cidade. Nesta época, se criam os centros de “recreação campestre” que funcionavam como um dispositivo de valorização imobiliária dessas áreas. Como parte integrante da estrutura identificada pelo autor, essas áreas teriam relações com a cidade, em duas funções: abastecimento (tendendo a diminuir e não conferindo caráter de auto-suficiência) e como reserva de áreas rurais que gradualmente se tornavam urbanas.

Dessa forma, então, o autor delinea uma estrutura para São Paulo pela relação “acesso” x “foco” ou “eixo” de atração x possibilidade de criação de valor, pois tanto as atividades industriais como imobiliárias permitiriam ao espaço urbano tal propriedade. Assim, para Langenbuch, a estrutura urbana de São Paulo era a estrutura de seu crescimento, enfatizando o espraiamento. As funções centrais, as funções de bairro tradicionais pareciam não interferir na cidade mais, nesta abordagem foi considerado que suas bordas, seu crescimento sem limites, se transpunham sobre suas pré-existências.

2.3 Anos 50: A Estrutura Compreendida

Esse primeiro período de estudo a cidade se mostra inteira, estruturada,

porém se desfigurando pelo seu crescimento que supera a estrutura identificada. Nas pesquisas estudadas, “estrutura” era uma relação de um centro, hierarquicamente ligado a subcentros que eram incorporados por uma crescente extensão urbana, tanto chamada de periferia, como peri-urbana ou suburbana – mostrando uma cidade que crescia e sobrepunha a outras de maneira diversa porém essencialmente carente em termos de infra-estrutura. Se, por um lado era o local do “atraso”, por outro era onde o crescimento fatalmente se estabeleceria da visão desenvolvimentista. Era tanto o lugar onde havia as falhas quanto o lugar onde deitariam as bonanças. A idéia do crescimento era a real identidade da cidade, tanto que Langenbuch toma essa condição como sinônimo da estrutura da cidade.

Nesse aspecto é muito importante perceber a diferença entre a abordagem e de tempo de cada uma das análises. O objeto de trabalho de Langenbuch não era contemporâneo, ainda que próximo, não era a transformação dincrônica, havia um resguardo temporal no seu estudo, diferente da estrutura da SAGMACS. Além disso, seu período determinado ia além do tempo da SAGMACS. Por isso não se pode comparar os resultados das duas. Aqui foram unidas para a discussão do conceito, verificando predominância da interpretação de São Paulo, como uma unidade em expansão rápida e extensiva, que tinha características que poderiam mudar para que se estimulasse o crescimento, que numa ordenação “orgânica” poderia transformar a cidade.

Na questão do conceito, é importantíssimo notar que as duas interpretações formam uma “estrutura” de São Paulo: a cidade é vista como um objeto, num tempo definido. Para uma pesquisa, esse objeto tem a finalidade de destacar uma conformação específica da cidade que é a base da próxima formação, como na interpretação de Langenbuch que mostra a diferença dos modelos que são identificados, ou seja, analisa a cidade como uma sucessão de descontinuidades, de estruturas diversas, objetos que não remontam o processo – na media em que se montam como conclusões lógicas e não como uma relação em que essa estrutura tanto é causa como é efeito. Na outra abordagem, a “estrutura” é método, se formou uma compreensão, um sistema (um objeto), que por sua vez é a base de transformação proposta – aqui se multiplicou o termo, houve a “reestruturação”. Essa idéia é fundamental para se entender como “estrutura” pode ser tão diversa.

2.3.1 A Reestruturação da SAGMACS

A forma como SAGMACS entendeu São Paulo formou a “estrutura da aglomeração”, esse era o primeiro objetivo do estudo – foi interpretada dando à cidade atributos de uniformidade mesmo com falhas e diferenças. Porém, como foi mostrado, esse conjunto não estava adaptado para o crescimento que já estava acontecendo e tendia a ser maior ainda. Com o estabelecimento de novas relações das partes que a compunham, a precariedade seria superada. Seria uma nova estrutura a partir das condições existentes e, no caso desse plano, das

relações possíveis. Nesse ponto o trabalho entra no urbanismo e planejamento urbano, a noção de estrutura para a geografia era um método de estudo na decomposição do todo.

Esse capítulo mostrou o que SAGMACS identificou como os elementos falhos da estrutura⁸⁵, já apontando possíveis soluções que deveriam se articular no plano. O modelo ideal, segundo a estrutura da grande São Paulo era basicamente fortalecer os núcleos secundários e terciários, o que desafogaria o centro e levaria estrutura na forma de melhorias urbanas para regiões mais distantes, o que foi chamado de “estrutura multipolar orgânica”. Ainda haveria um centro, mais especializado,

⁸⁵ como um resumo pode-se colocar as conclusões que eles elencam, o que já dá as dicas de recomendações – o plano não entra na técnica de desenho – é um dossiê com soluções e modificações necessárias – “Os pontos mais defeituosos apontados (...) eram os seguintes:

- extensão espacial excessiva, da cidade, dos bairros suburbanos, agravando os encargos de equipamentos e manutenção, de fato impossíveis de sustentar;
- congestionamento excessivo dos bairros centrais, em consequência da construção tumultuosa de imóveis elevados, sem levar em conta as possibilidades de circulação e estacionamento;
- ausência de grandes radiais em direção aos grandes conjuntos suburbanos;
- ausência das ligações perimetrais internas que permitem evitar o centro da cidade nas comunicações entre bairros;
- ausência de perimetrais externas que liguem as auto-estradas e rodovias de grande tráfego com o mesmo gabarito desses, a fim de evitar a travessia da aglomeração pelas viaturas e caminhões que não têm de parar em São Paulo;
- insuficiência de espaços de estacionamento, de espaços verdes e de espaços para mercados;
- insuficiência de meios de transportes
- má organização da circulação e dos dispositivos de sinalização;
- desorganização de bairros, a concentração excessiva de serviços públicos e privados nos bairros centrais” (Anexo p. 84), portanto na questão urbana a recomendação era **descentralização**.

porém, a escala de vida cotidiana deveria ser mais próxima (geograficamente) do cidadão. A questão da cidadania, entendida não apenas como condições humanas de viver, mas também como aspiração de uma vida melhor eram fundamentais nessa reestruturação proposta. Além disso, essa meta de humanização deu ao plano uma sensibilidade que a idéia de estrutura, objetiva, exclui.

“São Paulo vem se apresentando como tipo quase acabado de aglomeração desumana, mais semelhante na sua maior extensão a um acampamento que a uma cidade. São Paulo cresce ao acaso em extensão e altura, segundo a fantasia dos loteadores ou dos construtores de arranha céus. Os loteamentos estão em franco progresso e os arranha-céus crescem furiosamente, um depois do outro, sem o alargamento de ruas, sem reservas nem previsões para estacionamento, sem medidas para assegurar a circulação mesmo de pedestres, como se não acarretassem congestionamento e ônus para os serviços coletivos. São Paulo é uma cidade inorgânica, sem perímetro de construção, sem zoneamento, sem espaços verdes suficientes, sem áreas reservadas, sem parques para recreio e esporte. Não existem bairros

orgânicos de vida coletiva. E o mínimo de organicidade tem agora um alto preço: o alargamento de ruas, as avenidas circulares de circulação rápida ligando os bairros, o desvio do tráfego rodoviário da Anchieta, da Dutra, da Anhanguera, da Bandeirantes, sem atravessar a Capital, a pavimentação da cidade, a instalação de água, de esgoto e o transporte são problemas que ai estão á espera de solução que exige fortunas. Na cidade de São Paulo (...) a dispersão dos níveis entre classes sociais, que é o “muro de classe” é muito maior na capital do que nas cidades do interior, que essa dispersão é excessiva e caracteriza um desenvolvimento mal equilibrado; e, por fim, que o seu crescimento desordenado e não orgânico acarretará fatalmente a manutenção de grandes camadas da população em um nível de vida sub-proletário acentuado.”⁸⁶

Essa análise da SAGMACS mostra a insatisfação com o crescimento, que não desenvolvia, mostra a necessidade de rever formas de se conduzir a construção do espaço. Assim a estrutura urbana proposta era uma meta, uma forma que seria nessa versão um instrumento para o desenvolvimento, juntamente a outras mudanças. A cidade passaria a

⁸⁶ SAGMACS, op cit Anexo-p.83

ser o local capacitado e remodelado para isso, tanto para o cidadão quanto para as atividades que aqui se estabeleciam. Ou seja, a cidade que se propunha era um espaço a serviço da sociedade visada, que estimulasse o desenvolvimento. Nesse conceito essa estrutura fazia parte de um processo, e não era seu resultado, ou um entendimento isolado, pensava-se nela como parte de uma outra estrutura.

A análise, então indo além da forma, sugerindo mais que a descentralização como a solução para a cidade, essa proposta engloba fatores econômicos, político e administrativos para o estímulo ao desenvolvimento. A estrutura da cidade, segundo SAGMACS, deve ser ordenada com um setor de planejamento capaz de conduzir o crescimento e articular a municípios e a regiões que se organizam subordinadamente à cidade, ou seja, deve haver articulações e formas eficientes de comunicação e intercâmbios fomentando o crescimento de todas e que isso se dê coordenadamente sem que haja desvantagens para o desenvolvimento.

A questão política entra numa bandeira democrática – novamente enfatiza a valores de cidadania *"Uma cidade, mesmo que bem ordenada materialmente, e administrada segundo regras normais, não é verdadeiramente humana senão através da real associação de todos os cidadãos nas decisões que lhes concernem(...)* Essa integração ou associação dos homens e das famílias aos problemas que dizem respeito ao bem-estar e às condições de vida coletiva em cada unidade parece-nos a única medida capaz de apressar a urbanização, de fato,

dos atuais aglomerados informes, disformes, ou anárquicos, que constituem um sistema de semi-acampamento, de aspecto predominantemente provisório e inacabado, dos loteamentos esparsos e incoerentes, em toda a periferia da cidade e da aglomeração. A passividade da população diminui enquanto cresce sua reação, prelúdio de sua agressividade. As autoridades municipais não podem deixar de estar atentas a esses fenômenos.”⁸⁷ Na avaliação da SAGMACS a estrutura que se estabelecia na cidade não oferecia condições de igualdade para todos os cidadãos, o que ia de encontro ao conceito de democracia – a reestruturação urbana; então, também era um direito do cidadão – “A igualdade perante a lei e á administração (...) que é um dos princípios basilares do Estado Moderno, resulta ilusória, pois os subúrbios e as zonas “infra” da população recebem prestações inferiores em número e qualidade às de outros setores privilegiados (...) Até o mais superficial dos observadores do fenômeno metropolitano verá que o processo existencial das “unidades” sociais ou comunidades humanas, perfeitamente diferenciadas e determináveis, é o resultado de uma poderosíssima força de atração ou integração. O desejável seria que essas grandes concentrações urbanas que chamamos metrópoles, fossem reconhecidas pelo Direito como entidades político-administrativas enquanto estrutura típica, e passassem a adquirir uma organização adequada á sua extensão presente, ao seu desenvolvimento futuro, e às necessidades gerais de sua população, aos seus fins próprios, e ao seu melhor governo e administração.”⁸⁸

⁸⁷ SAGMACS, op cit parte V-p.62

Ainda que essas ressalvas fossem essenciais, a reestruturação urbana era necessária e se complementaria a esse processo – contínuo de uma cidade idealizada como moderna e desenvolvimentista base de uma sociedade que deveria se comprometer com o avanço. Nesse aspecto, com um pacto social progressista, se torna particularmente importante a questão da propriedade privada em relação à estrutura da cidade: toda a propriedade deveria estar subordinada ao interesse maior⁸⁹, ou seja, nenhuma “propriedade” por mais que garantida pela legislação, poderia se tornar um elemento emancipado da estrutura, ferindo a interdependência e as relações visadas, deveria se impor limites para a propriedade – visando o bem geral – que além de definido em termos de plano deveria ter viabilidade política que garantisse sua legibilidade. A estrutura deve ser preservada, como forma harmônica de todos os seus elementos, deveria ser resguardada pela lei, impondo ressalvas aos particulares, através das concessões já obrigatórias, que no crescimento desordenado não se cumpria.⁹⁰

⁸⁸ SAGMACS, op cit Anexo-p.40 e 41

⁸⁹ O “**Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social.** A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.” Da constituição de 1946 (transcrição da fonte – grifo nosso) tinha esse cunho social e de finalidades públicas como supremacia, porém na prática, segundo a SAGMACS não era cumprido.

⁹⁰ entenda-se o trecho transcrito como um manifesto – segundo SAGMACS todos os “direitos” aqui expostos eram possíveis em detrimento ao artigo 147 da constituição de 1946, que não se fazia cumprir, da constituição de : “sobre os direitos à propriedade, as direitos que seriam “incluídos”, pelas concessões(...)

- a) O “direito” de dispor de um terreno de maneira absoluta, sem referência ao bem comum (...)
- b) O “direito” de provocar a construção de um conjunto de habitações, sem que a estruturação do mesmo seja conforme às exigências de uma unidade de vizinhança;

Dessa forma, o plano de reestruturação da SAGMACS, com um cunho urbanístico, se mostrava como uma parte de uma reestruturação que deveria ser maior: Para SAGMACS o urbano não era o único elemento da cidade, e não se resolveria autonomicamente – porém seria um elemento fundamental para o desenvolvimento.

-
- c) O “direito” de traçar ruas em contradição com a ordenação racional do espaço, e não homogêneas em relação á rede fundamental de ligações;
 - d) O “direito” de enriquecer-se copiosamente, fazendo pesar sobre a coletividade carga de providenciar os equipamentos básicos (pavimentação, rede de água, rede fluvial, rede de esgotos) e grandes distâncias do centro, onde tais equipamentos não são providenciados senão após décadas de vida infeliz da população;
 - e) O “direito” de prometer aos compradores melhoramentos que coletividade realizaria rapidamente, quando, na verdade ela não os pode realizar.
 - f) O “direito” de deixar os trabalhadores na obrigação de consagrar longas horas pra alcançar e deixar seu local de trabalho, e assim diminuir a produtividade.”
- Anexo, p. 54

2.4 A Estrutura do crescimento

A cidade analisada, predominantemente, foi entendida como uma estrutura, que na figura de uma metáfora biológica recorrente⁹¹ era uma célula fagocitando núcleos menores, crescendo extensivamente. O elemento principal nessa relação, para SAGMACS era a centralidade e para Langenbuch era o “peri-urbano” as fronteiras se estendendo. No primeiro, a descentralização seria o elemento capaz de renovar, para o segundo, que não faz menção à reestruturação, o elemento de identidade era justamente a expansão.

Entendendo-se já esses dois elementos como protagonistas de um processo de urbanização, porém ainda vinculados. De maneira geral o centro era o pré-existente, concentrava decisões, equipamentos, serviços, habitações, verticalizava-se, era o ponto irradiador de vias e meios de transporte, a periferia era o local da expansão, que ainda dependia e vinculava-se a esse centro, com uma relação de subordinação – o centro polarizava e enfraquecia a autonomia de outros núcleos pré-existentes – sobrepunha-se de forma que a relação era de subordinação e extremamente extensiva.

Uma outra questão da estrutura da de expansão como a interpretação urbana é a idéia do sentido único: seria sempre dada pela extensão do

Todos esses direitos iriam contra qualquer estrutura ou plano de ordenação da cidade.

⁹¹ Termos como “espontâneo”, “core”, “integuments”, “núcleo”, têm cunho biológico

centro, as partes desenvolvidas alcançariam as margens atrasadas porém na espera desse crescimento.

Essa idéia também gerou outra figura interpretativa; a “mancha de óleo” se esparramando, com tecidos urbanos preenchendo vazios urbanos. Porém essas figuras não explicam as diversas maneiras e eixos desse crescimento, nem as heterogeneidades que se constroem. Nesse ponto é relevante o se questionar a força explicativa que esses modelos adquirem, na verdade facilitam demais o entendimento a ponto de se perpetuarem muito mais do que todo o conteúdo e diversidade que foram expostos: ou seja, por mais que as análises tenham de fato sido extremamente esmiuçadas, muito completas nos seus níveis e diferenças de abordagem, a imagem que formam eclipsou toda a contundência da identificação das estruturas. O modelo explicativo, por sua legibilidade acaba se perpetuando, é uma leitura instantânea, que forma uma idéia forte – que é dessa forma ou congelada ou adquirindo um sentido único, eliminado toda a riqueza de detalhes que formaram tal compreensão.

Outro ponto importante é a questão de estabilidade que “estrutura” remete. Como foi dito na primeira parte, estrutura, originalmente, tem sentido de estabilidade. As duas análises enxergam a cidade numa expansão predatória, mais que isso, para SAGMACS, era necessário que esse crescimento fosse detido e reordenado. A estabilidade estava no sentido da perpetuação, da insistência do crescimento, na forma auto-estimulante que a cidade se exaltava – urbanisticamente, o estável

era esse mesmo crescimento, de dentro para fora. Porém o estável não poderia ser uma estrutura imutável, a forma que a cidade estava nessas interpretações era uma sucessão de descontinuidades, uma inovação em um “esqueleto” que se revigora e se adaptava a uma conformação de difícil identificação – a idéia de um aglomerado ou da rápida expansão radial que sobrepunha-se, havendo uma extrema dificuldade de se precisar os limites, mas ainda funcionando como uma unidade. Porém entende-se que essa forma é a de um período, as estruturas nessas análises não são eternas, são sucessivas e são encaradas, dessa maneira, como modelos de uma época determinada, não representam a evolução como um processo.

Outra questão importante que aparece é a tensão entre a “estrutura” x “elementos estruturadores”. Nas definições estudadas, de modo geral, entendeu-se que a estrutura da cidade é a relação de várias partes, de maneira que a alteração no todo afeta essas partes e vice-versa. Essa compreensão sugere um equilíbrio, uma simbiose entre os diversos elementos; como, então, pode-se compreender o todo como uma estrutura que é contraditoriamente predatória? Para essa questão, que já é um pressuposto da pesquisa da SAGMACS, a definição dos elementos é um trabalho ainda mais complexo do que identificar a relação entre eles – nesse estudo os elementos identificados tinham mais significado em sua potencialidade de transformação do que propriamente no desempenho que tinham na cidade. Os elementos buscados se ajustados poderiam reconfigurar a cidade. Enquanto isso se desenhava uma estrutura grandiosa cheia de nós que mostravam a

patologia do crescimento e não (ainda) uma forma de combinação – perigosa – entre o moderno e o arcaico. Essas duas faces ainda tinham vínculos de comprometimento extremo, e por isso eram analisadas juntamente, e a transformação deveria ser comum para o objetivo do crescimento: *“É evidente que o desenvolvimento harmonioso dessa área do “greater” São Paulo repercutirá decisivamente sobre o futuro da aglomeração e do “great” São Paulo. Pontos de estrangulamento como insuficiência de energia, estrangulamento do tráfego, deficiência de infra-estrutura ou equipamentos locais ou regionais, diminuindo as possibilidades de descentralização industrial e de outros setores, poderão comprometer definitivamente o futuro da aglomeração paulistana, já de difícil reestruturação e ordenação em sua estrutura atual.”*⁹² Ou seja, a estrutura configurava uma unidade dual: o centro e a margem que gradualmente seria incorporada ao primeiro nessa visão de estrutura de crescimento.

Assim, essa estrutura não era tão objetiva o quanto se propunha, havia uma indefinição entre o real e o potencial – entre a relação dessas duas interpretações para a configuração do que era a cidade. A cidade era o que era e também era suas aspirações – a estrutura não era uma representação gráfica de seus espaços ou apenas do desenho urbano, mais que isso, a estrutura urbana não correspondia ao que era entendido como a estrutura da aglomeração, que além de suas veias e partes tinha todo o aparato legal, administrativo, social e também suas projeções como integrantes da grande estrutura. Seu modelo utópico

⁹² SAGMACS, op cit parte V p. 77

de cidade moderna, dizia mais do que seus números – era o fetiche da produção do espaço, era uma lente interpretativa, para o qual toda a estrutura do crescimento deveria funcionar, se mostrando claramente como uma construção ideológica.

(vermelho)

3. Geografia e Economia – os “seres urbanos”

Anos 70: São Paulo continua à frente da modernização do país. Recebe cada vez mais imigrantes, predominantemente vindos de outras partes menos desenvolvidas do país. Grande parte dessas levas de imigrantes era absorvida como mão de obra do setor secundário – as indústrias ainda eram as protagonistas da economia paulistana.

Nas análises do crescimento da metrópole, a “economia” gradualmente se revela com grande força explicativa do fenômeno do crescimento. Analisando a relevância de economia nas outras ciências, Francisco de Oliveira que no começo dos anos 70 rompe com as explicações exógenas, constata que o *“prestígio dos economistas penetrou largamente as outras ciências sociais, que se tornaram quase caudatárias: ‘sociedade moderna’ – ‘sociedade tradicional’, por exemplo, é um binômio que deitado no modelo dualista, conduziu boa parte dos esforços na sociologia e na ciência política a uma espécie de’ beco sem saída’rostowiano’ “. ⁹³ Em São Paulo, tanto a economia*

⁹³ OLIVEIRA, Francisco de “Crítica á razão dualista – O Ornitorrinco” São Paulo, ed, Boitempo 2003, p.31 A crítica ao modelo de “etapas dos do desenvolvimento econômico” de Walt Rostow, que defende ao homem o direito de uma sociedade pluralista – crítica ao comunismo, pelo viés do totalitarismo, entende que o desenvolvimento de uma nação é dada pelo pacto social entre sua sociedade e a capacidade de produção que ela adquire, por seus níveis culturais, técnicos ou mesmo pela opção que o homem faz nesse pacto – de forma que a estrutura econômica teria fases diferentes e poderia se desenvolver a medida que crescesse, a fase que ele chama de “arrancada”, ou seja, o desenvolvimento seria fatal: “Nessa estrutura de análise, até certo ponto, a visão sobre o pensamento das teorias do crescimento, deve vir sempre acompanhadas do desenvolvimento; entretanto, deve-se levar em consideração que o desenvolvimento econômico vai mais além, *quando*

avançava quanto suas explicações permeavam outros campos, inclusive o do urbanismo – agora haveria as interpretações da “estrutura econômica” buscando sua identidade no espaço – que foi então interpretado como uma forma bipartida – centro “x” periferia, entendendo-se superada a idéia da dependência substituída pela exclusão. Nessa relação a estrutura da cidade vai ser explicada por suas diferenças: obras como *São Paulo 1976: crescimento e pobreza* que trata das dualidades – reinterpreta o modelo centro-periferia, e neste estudo é uma obra referencial.

Essa é a idéia dos binômios – a teoria cepalina levada ao espaço (já podendo ser interpretada pela expansão centro-periferia do período anterior), tem transição, a crítica (*à razão dualista*) de Francisco de Oliveira que então sugere uma nova interpretação - também econômica – transposta ao espaço, sem ter esse propósito. A partir desse novo entendimento, para as partes (ainda as mesmas) adquirem uma nova relação e interpretação, formando uma novo modelo – atribuindo à cidade uma nova concepção de estrutura.

Evidentemente a geografia como método não desapareceria, alias, o Livro de Langenbuch é do começo dos anos 70, e toda a sua

busca uma repartição igualitária, no fim de todo este processo da produção dos bens produzidos, por todos os participantes da atividade econômica, de tal maneira que, as necessidades dos envolvidos sejam plenamente satisfeitas, igualmente no contexto social.”(GONZAGA DE SOUZA, L. – “O mito do desenvolvimento econômico” in “Ensaio de Economia”) ou seja essa seria a fundamentação da teoria do bolo – extremamente referenciada no período desenvolvimentista do Brasil, o “beco sem saída” ao qual se refere Oliveira – e que não leva em conta peculiaridades,

explicação tem cunho econômico, da mesma forma que seu modelo de expansão (estudado no capítulo anterior) pode ser enxergado com base nessa comparação econômica, porém os critérios espaciais e físicos ainda eram predominantes, ou seja procuram-se ou elegem-se os elementos físicos que correspondam aos econômicos. Nessa parte, primeiramente será exposta esta interpretação geográfica, ainda com base em Langenbuch da São Paulo do começo dos anos 70, para depois se analisar a interpretação do espaço com esse enfoque basicamente econômico.

E a questão pertinente a este estudo é de que forma a segregação pôde ter sido interpretada como uma estrutura, havendo então uma ruptura, uma leitura de estrutura urbana diferente. Essa será a discussão do conceito de “estrutura” para esse período de análise, que mostra um modelo fortemente influente indo além dos anos 70.

3.1 Abordagem geográfica de Langenbuch: dos subúrbios à periferia

A breve exposição das idéias principais do autor para esse período tem um objetivo principal: demonstrar o que a análise da geografia entendia pela “estrutura da metrópole” para que se questione o conceito como método, mesmo porque esse período se marcou por uma transposição desses métodos: as estruturas econômicas para as estruturas urbanas (até então predominantemente geográficas). Buscou-se mostrar que o conceito de “estrutura” é justamente a construção intelectual que

diversidades culturais, acesso a recursos, enfim o “pluralismo” além do mercado.

permite tal transposição, pela sua capacidade de “sistematizar” nivelando e paralisando os processos.

Na cronologia do autor o período anterior se encerrava em 1966, o capítulo que se faz na seqüência era “*A Estrutura Atual da grande São Paulo*”, considerando-se que a publicação é de 1971, demarca-se um período extremamente pequeno, cujas diferenças de “modelo” eram tênues, se caracterizando por uma observação evolutiva no âmbito da ocupação espacial, ou seja, algumas tendências assinaladas foram verificadas e também se elencaram novas relações – formalizando em termos de estrutura espacial geográfica um modelo que analisava a conjuntura do objeto de análise: São Paulo em suas diversas escalas.

O autor seguiu seus estudos a partir do modelo anterior em que visou o crescimento extensivo, porém aqui procura de fato *configurar* a estrutura urbana a partir dos elementos geográficos, diferente do período anterior em que, como dissemos, estruturou a expansão em termos de seus agentes. Aqui há a formação do modelo na escala urbana, a partir de diversos elementos – sobretudo os subúrbios, depois que identificou (até 1966) o padrão suburbano ou peri-urbano do crescimento, aprofundando a relação entre eles e as “tipologias” que formavam, baseados em critérios de uso do solo, função, origem, e relação com o entorno.

A primeira diferenciação é o uso do solo, havendo a distinção entre dois grandes grupos: 1. subúrbios urbanos e 2. subúrbios rurais.

1) Subúrbios urbanos: Em termos de origem, Langenbuch repete as mesmas classificações que tinha dado anteriormente, se “ferroviários”, se “rodoviários”, e ainda esses grupos têm seus subgrupos⁹⁴ - o único “tipo” que aparece como novo na montagem desse modelo de então é o “subúrbio-criado”, citando a Cidade Dutra e o Núcleo Norte de Suzano como os exemplos.⁹⁵

Seguindo essa lógica, analisa a fusão entre os núcleos, formando os conglomerados suburbanos, que eram caracterizados por haver uma polaridade causada pela concentração de elementos funcionais. Normalmente esses conglomerados têm cunho rodoviário, mas podem agregar núcleos ferroviários.

A função predominante desses conglomerados suburbanos ainda registrou um outro tipo de classificação: os predominantemente residenciais ou industriais, o primeiro grupo ficou mais conhecido como “subúrbios-dormitório” muitos deles são os que antes já eram conhecidos por “subúrbio-estação”, pois a presença do trem permite a regularidade do trabalho distante (por exemplo, citou Itaquera, Rio Bonito, Parada de Taipas, ou os de classe média como o Jardim Bonfiglioli, entre muitos outros), os essencialmente industriais são mais

⁹⁴ Essa classificação foi exposta no capítulo anterior dessa monografia.

⁹⁵ LANGENBUCH, op cit p. 265 – O autor ressalta que esses subúrbios criados em nada têm relação com as outras referências como as New Towns inglesas, pois se caracterizam por falta de diversidade e homogeneidade arquitetônica.

raros, o autor aponta apenas dois exemplos Cimenrita (cimentos Portland) e Elclor, parques industriais.

O mais comum, no entanto é uma combinação entre as funções⁹⁶ porém raramente proporcionais. Outras funções mais especializadas ainda diferenciam alguns subúrbios que podem até ser referências da metrópole, como por exemplo: a função militar, hospitalar, ou de serviços, ou ainda de recreação desempenhando uma centralidade intrametropolitana. O conjunto dessas relações diversas dá aos subúrbios e ao município (seu centro) um movimento pendular: concêntrico e radial - uma relação fundamental entre a idéia do centro e periferia, não se estabelecendo a idéia do centro *versus* periferia, e o centro ainda é a referência de recolhimento e redistribuição tanto de cargas como de cidadãos. Ou seja, o centro é a parte do cotidiano e a periferia é quem lhe atribuí funções utilizando sua estrutura física.

2) Subúrbios Rurais: A permanência deste tipo de uso se justificava pela existência do mercado e pela valorização do produto fresquinho, que tinha menos custo com transporte. Assim, o autor destaca os locais em que ainda se tinham atividades essencialmente rurais, conformando áreas de baixa densidade, paisagem bastante diferentes, e valor do solo também diverso – nessas áreas havia outro tipo de infra-estrutura, porém, é muito importante destacar que mesmo não sendo uma

⁹⁶ É importante ressaltar a diversidade que o autor aponta entre as ocupações industriais: podem ser dispersas e diversificadas ou concentradas e especializadas, por vários motivos, desde recursos financeiros, ou matéria primas, ou formas de produção, ou questões de salubridade.

atividade considerada urbana, ela era organizada tanto espacialmente como produtivamente em função da metrópole. –ainda que não visasse a auto-suficiência agrícola, mantendo laços com todo o interior do estado e outras regiões do país.

Toda essa descrição monta o que o autor chama de “*absurdo*” na medida em que há grandes áreas rurais nos municípios suburbanos e populações rurais insignificantes, causando uma densidade relativamente baixa, porém com núcleos bastante populosos – vários núcleos compactos, ou aglomerados de média densidade, ou extensas áreas verdes, enfim há uma diversividade da paisagem, que foram esquematizadas em uma idéia: “*cinturão de urbanização intercalar*”. Esse todo uniria as partes, homogeneizando toda a diversividade evolutivamente apontada. A outra figura que usa são os “*eixos de urbanização em forma de colar*” que cortam todo o cinturão (a periferia!) – esses eixos representam o crescimento suburbano nas vias férreas e tem mais alcance que o cinturão, formando núcleos mais ou menos constantes ao longo dos 4 tentáculos que eram as ferrovias e suas inúmeras paradas (trechos Jundiaí, Santos, Central e Sorocabana).

Assim a geografia urbana ainda tem o conceito de estrutura baseado nas existências, no entanto é capaz também de criar os modelos que pasteurizam as diversas peculiaridades apontadas na sistematização – a idéia do “*cinturão de urbanização intercalar*” forma um todo que agrega todas as partes específicas. Elas estão no todo que é a cidade, porém partindo do modelo não há como identificar essas partes

novamente, não há a cidade nesse modelo – ele se forma apenas como uma interpretação que constrói uma figura de linguagem que não remontaria de forma alguma a diversidade, assim os “elementos autônomos” de uma estrutura inexistem, ou seja, esse modelo não pode ser entendido como uma estrutura.

O enfoque da geografia urbana faz, com muita competência, um reconhecimento gráfico, cadastral, iconográfico. No caso da análise de Langenbuch, a identificação e diferenciação dos elementos se deu de maneira extremamente rica. A forma de relacioná-los, pois para montar uma estrutura essa relação é essencial, é que se torna um problema do conhecimento. Aqui verificou-se a inexistência do tom crítico na montagem da estrutura, ou seja, o objetivo, de fato, era o reconhecimento das partes e como interagem. A necessidade de reinterpretação dessas observações (que por si já são um enorme trabalho de valor inestimável) formaram esses modelos se tornam (ou forçam) a totalidade dos elementos – sem haver as mudanças, pois nem sempre se dão sincronizadamente, excluía as peculiaridades, sem haver o processo. Por mais que se trate de um trabalho objetivamente científico, o fato de se atribuir organicidade à articulação desses elementos constitui ao objeto um caráter ideológico que se pretendia real (na medida em que são relacionados estruturalmente) .

Essa observação - não é peculiar ao trabalho do começo dos anos 70, é uma consideração ao estruturalismo, e também não é original, como foi visto na introdução, essa corrente dominante logo recebe críticas. A

abordagem aqui é em termos do urbanismo, pois esse conceito perpetuou-se. Vai além disso, esse momento marcou o uso do conceito com traços ideológicos muito além da objetividade dos geógrafos, por que, por mais metodologia científica que de fato existia, o conceito tem atributos inatos que se tornam excelentes para esse uso.

3.2 A aproximação da geografia e economia

Nessa parte o objetivo é discutir como se pensou a estrutura urbana por uma de suas partes, destacada primeiramente como um resíduo do desenvolvimento e por fim elegendo o ser “periferia” como um elemento reestruturador – num processo que de condição geográfica, se torna um conceito social; que, por sua vez, reificado, foi eleito como o elemento de transformação – o protagonista.

Essa questão se faz pertinente na medida em que a estrutura da cidade é vista com um modelo diverso nesse período - ela teve uma mudança de maneira a expelir uma das partes, ou seja, num momento se dá por uma relação de diferença e segregação, no outro momento essa condição de absoluta carência seria o elemento capaz de renovar - a estrutura bi partida gerou uma relação que era, então, um “centro” *versus* “periferia”. Para a discussão do conceito de “estrutura” essa análise apresenta, pois, uma ruptura – o próprio significado fica perdido entre a interpretação de duas partes autônomas que não teriam mais relação mais entre si, e quando a recuperam é uma dualidade de diferença, em que uma teria é sobreposta à outra – a questão do

equilíbrio ou estabilidade, então não existia mais.

*“A periferia passa a ser objeto de estudo, foco central e noção explicativa dos fenômenos urbanos, na década de 1970, 1980 (...) a periferia é conceituada dentro de pesquisas que abordam as dinâmicas urbanas e processos sociais concretos de produção do espaço urbano (...) essas convergências tem relação com a influência da visão sociológica, e levaram á construção de um pensamento dominante da estrutura urbana da metrópole, centrada na problemática da periferia, contraposta a idéia de centro, ou mesmo de cidade (cidade versus periferia, que seria a área ainda não incorporada na cidade, ou não urbanizada). A partir dessas construções teóricas, o conceito periferia ganha corpo como um espaço particular na cidade, e passa a ser objeto de estudos específicos, muitas vezes de maneira redutora e reificadas.”*⁹⁷

⁹⁷ Essa abordagem é original de TANAKA, Giselle Megumi Martino “Periferia: Conceito, Práticas e Discurso- Práticas Sociais e Processos Urbanos na Metrópole de São Paulo” Dissertação de Mestrado, FAUUSP setembro de 2006

Na discussão do conceito essa interpretação, ou seja, essa face da “estrutura” se apresenta com extrema desigualdade ente seus elementos, mas reforçamos aqui, que o pensamento estruturalista é de fato o único método que foi capaz de unir essas ciências em seus métodos e suas propostas. Não cabe nesse ponto avaliar os resultados, mas sim a pertinência do conceito no pensamento urbano ao se focar São Paulo.

A exposição de Langenbuch para o que era então a “estrutura atual”, bem como a análise do autor para o período anterior já evidenciam a periferia quase como sinônimo da cidade. O primeiro modelo de “expansão metropolitana” que formula ao crescimento suburbano, como o elemento formador da cidade se desenvolveu para o “*cinturão de urbanização intercalar*” que é uma forma de representação e pasteurização da cidade (excluindo o centro) perfeitamente aplicável ao conceito espacial de periferia (ou peri-urbana, ou suburbanas como aparecem na nomenclatura do autor). O centro nas duas análises era apenas o ponto de onde irradiavam movimentos *centrífgos* de expansão – de forma que a cidade, o todo, foi identificada pela parte – e isso foi, sim, denominado como a estrutura da cidade – que então nessa evolução dos dois modelos já não continha a totalidade. A figura de linguagem adequada é a *periferia como metonímia da cidade* – na abordagem geográfica.

Na economia clássica a cidade já era entendida como o meio da reprodução do capital, ela tinha um aspecto funcional vinculado a ele,

de maneira que sua problemática estava vinculada à questão econômica - *“Para Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), a cidade ocidental moderna constitui o local da produção e reprodução do capital, produto da sociedade capitalista, e, portanto, parte integrante de processos sociais mais amplos. Ela expressa a miséria e a degradação da classe operária, denunciadas com contundência em A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (Engels, 1845), retomadas posteriormente em O Capital (Marx, 1867). Para os autores, “a história de qualquer sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (Manifesto Comunista/1848)”*⁹⁸

Essa questão se torna ainda mais interessante na afirmação de que as teorias econômicas foram transpostas ao espaço. A economia, desde a formulação marxista tinha interpretações de caráter estrutural – além disso, o estruturalismo também permeou esse campo do conhecimento, o que é absolutamente adequado por ser uma ciência de caráter muito mais intelectual que técnico, precisando, portanto de uma metodologia para seu desenvolvimento. Ora, se a cidade tanto quanto a industrialização e a economia se desenvolviam juntas, alguma relação estrutural tinham, no entanto as interpretações formuladas tinham objetos e pressupostos diferentes que nesse processo foram simplesmente substituídos um pelo outro.

⁹⁸ GABRIEL SANT'ANNA, Maria Josefina “ A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano” in: ComCiência, revista eletrônica, São Paulo: 2002

Assim a estrutura da cidade era entendida como o pensamento econômico, ou seja: as desigualdades de um sistema que de certa maneira se baseia numa relação de exploração de força de trabalho seriam tal e qual as desigualdades no espaço (que já eram destacadas nas leituras espaciais geográficas) – sempre entre os pólos de concentração de renda e a espoliação de uma das partes – um modelo compreensível, sobretudo no país que tinha peculiaridades no seu processo de capitalismo. As relações desiguais do capitalismo no Brasil foram interpretadas materialmente no espaço. Essa ligação entre as estruturas econômicas e urbanas foi a interpretação dominante a partir dos anos 70.

No entanto é importante se destacar qual era a interpretação dominante econômica? Há momentos de superação e rompimento de paradigmas muito rápidos nesse período, sobretudo de difícil relação por usar os mesmo elementos, que no espelhamento urbano além de serem os mesmos, estariam nos mesmos locais – a mobilidade dos elementos, portanto já era uma diferença fundamental que as relações entre essas estruturas os tornou equivalentes (e fixos) na forma dos modelos.

A essa discussão não convém discorrer detalhadamente sobre as teorias econômicas que mais se mostraram relevantes, pois são objetos de outros estudos, porém haverá um esforço de sintetizar a mensagem mais relevante na suas reflexões correspondentes no meio urbano. De maneira geral podemos destacar duas formas que apresentam suas

correspondentes interpretações urbanas (modelos de estruturas):

- 1) O pensamento da Cepal
- 2) A crítica à razão dualista

Ambos são pensamentos em torno do desenvolvimento econômico e apresentam entre si um processo evolutivo na medida em que uma rompe com a outra. No entanto nenhuma dessas teorias se apresenta como verdade indiscutível e sim expõe suas interpretações da estrutura econômica sobre diferentes óticas, e relação com o objeto. Ao espaço as interpretações estruturais são ainda mais peculiares por serem sempre o mesmo objeto: o que muda é a interpretação – a estrutura – se mostrando, portanto, uma interpretação vinculada a idéias e não apenas ao objeto e ao espaço.

A teoria da marginalidade no contexto brasileiro talvez seja a mais criticada⁹⁹, no entanto é o modelo bastante conhecido. Por ser elaborado em outros países, não é específico às condições de desenvolvimento que o Brasil e outros países da América Latina já atingiam. Basicamente trabalha a idéia do desenvolvimento com duas faces: uma da concentração de renda – os países desenvolvidos já estariam em outro ponto da história, já colheriam frutos de uma industrialização plena, antiga, que então já havia superado grande parte das diferenças sociais nas quais o capitalismo se baseia em seu desenvolvimento primitivo. O outro bloco seria o da pobreza, dos países

⁹⁹ principalmente em relação à posição da sociologia urbana paulistana – que é de fato onde as interpretações urbanistas em São Paulo formularam a conceituação de sua estrutura urbana.

que não tinham ainda as mesmas condições (essa formulação já aparece com o conceito bipartido em sua fundamentação) seriam os países subdesenvolvidos, que por uma fase histórica diferente “atrasada”, ainda se encontravam numa fase primitiva da reprodução do capital, com uma industrialização recente, países mais novos, essa condição de subdesenvolvimento então era vista como uma etapa. Esses países se encontravam à margem da bonança do capital. Essa compreensão mostrava uma interpretação exógena do desenvolvimento, ignorava a fase de formação de capital, a rápida industrialização e concentração de renda desses países periféricos. Essa idéia é a base crítica do pensamento cepalino; que, no entanto, não quebra a interpretação dual, fazendo sua interpretação endógena, ou seja aproxima a idéia da marginalização entendendo a estrutura do desenvolvimento dos países da América Latina como uma aproximação interna dessa idéia de elementos de concentração de renda, e elementos de “espera” de pobreza, e atraso.

Para a Cepal a América Latina estava numa situação de um desenvolvimento ainda vinculado a seu atraso, não estava à margem do desenvolvimento mundial, tinha o “arcaico” e o “moderno” – a idéia da formação de capital, através de industrialização (teóricos da substituição de importações) formaria uma renda para o país que poderia ser redistribuída - a teoria do bolo. Segundo Fernando Henrique Rodrigues¹⁰⁰, comentando os principais economistas da

¹⁰⁰ Economista, que desenvolveu tese sobre a CEPAL, e é o entrevistado de Luiz Sugimoto em “Lições que a Cepal deixou ao Brasil” – Jornal da Unicamp, dezembro de 2006

CEPAL, Raúl Prebisch – *“talvez o maior economista que a América Latina já teve – e teve influência decisiva de Celso Furtado”* - *“Ambos defendiam uma agenda de planejamento econômico, com base na industrialização como geradora de empregos e na necessidade de intervenção estatal para assegurar o desenvolvimento do setor. - Furtado deu grandes contribuições para a compreensão de que o subdesenvolvimento não é um atraso – uma infância do capitalismo desenvolvido – mas fruto de uma série de problemas crônicos que vão se repetindo ao longo da história, tais como vulnerabilidade externa, concentração de renda e desequilíbrios regionais”*¹⁰¹, assim a idéia da marginalidade que estaria no aguardo da expansão do centro é aproximada – o país conhecia um desenvolvimento desigual, e a proposta da Cepal, para toda a América Latina, seria um desenvolvimento agressivo, em bloco, que formaria uma concentração de renda¹⁰², de tecnologias, além de inserir toda a região no mercado

¹⁰¹ SUGIMOTO, op cit

¹⁰² comentando os principais apontamentos da Cepal em relação á economia da América Latina: “A defesa da industrialização na América Latina sempre esteve presente nos trabalhos pioneiros da CEPAL. Tal defesa baseou-se em pelo menos três diagnósticos:

- i) a necessidade da industrialização como forma de absorver a crescente disponibilidade de mão-de-obra, seja em decorrência do crescimento demográfico em si ou do intenso processo de urbanização verificado na região;
- ii) as externalidades positivas decorrentes da industrialização manifestadas pela difusão tecnológica e pela conseqüente elevação da produtividade, contribuindo assim para o incremento das taxas de crescimento na região; e
- iii) a necessidade de se romper o processo perverso de deterioração dos termos de troca decorrente, dentre outros fatores, das diferenças nas elasticidades renda da demanda entre produtos básicos e manufaturados. A viabilização da industrialização, segundo o pensamento cepalino, seria possível a partir de uma política de substituição de importações.” Artigo de NIEMEYER, Almeida Filho

internacional com grande possibilidade de competitividade, de maneira que a renda de cada país aumentasse e logo fosse redistribuída, ou seja, o país tiraria das próprias condições a forma de seu desenvolvimento pleno, “*o desenvolvimento devia ser o produto de uma estratégia nacional de industrialização*”¹⁰³ não aguardando a expansão de divisas dos outros países centrais, ou seja, não estavam a margem – além disso a solução era baseada num nacionalismo, ainda que devesse formar um bloco na América Latina – os estados e sociedade deveriam fazer um pacto para essa modernização. Essa idéia embasa a cidade moderna como fetiche – a cidade era o meio onde o capital se reproduzia, esse pacto englobaria o espaço, como uma produção social.

As idéias do Cepal então identificam uma estrutura econômica, é importante ressaltar que essas formulações são da década de 50, e a predominância econômica sobre a abordagem urbana em São Paulo, já se baseia nas críticas, da escola de sociologia paulista¹⁰⁴, ainda que

“DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA NA PERSPECTIVA DA CEPAL DOS ANOS 90: CORREÇÃO DE RUMOS OU MUDANÇA DE CONCEPÇÃO?” 2004

¹⁰³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência” in NAVARRO DE TOLEDO, Caio org. “Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB”. Rio de Janeiro: Editora Revan “(2005) p. : 201-232.

¹⁰⁴ Em relação a esta escola, neste trabalho dá ênfase aos estudos de Francisco de Oliveira, porém é importante ressaltar a diversidade desse grupo – os modelos du-estruturais cepalinos serão rediscutidos, mas são muitas as leituras, de maneira geral, damos a interpretação de Bresser-Pereira (2005), op cit: “Embora o departamento de Ciências Sociais da USP não adotem originalmente uma posição socialista, mostrando-se mais preocupados em estudar a teoria sociológica internacional, e em transpor para o Brasil métodos de pesquisa científicos na área das ciências sociais, a partir do início dos anos 60, com a radicalização política que ocorre na América Latina,

haja uma dificuldade extrema de entender a diferença estrutural (no meio urbano) que essas interpretações formam.

As interpretações geográficas estudadas dos anos 50 mostram, de certa forma, essa dualidade: o centro completo, e a periferia (ou com os outros nomes de Langenbuch) atrasada, carente. O plano da SAGMACS mostrava a idéia da descentralização como uma forma de melhoria urbana geral, ou seja, o centro se espalhando pelas partes. A compreensão da Cepal também se mostra com essa dualidade: a perspectiva de um país industrializado nos mesmos moldes dos países “centrais”, ou ainda a formação do bloco da América latina que seria, então, multipolarizado. Essas comparações formam modelos teóricos que são entendidos com sistemas semelhantes, facilmente intercambiáveis, ainda que não tivessem o mesmo cunho – os objetos são extremamente diferentes – uma é em relação à economia e industrialização e o outro é essencialmente ao espaço da cidade de São Paulo. A idéia da “mancha de óleo” é inegavelmente a imagem das duas formas estruturais. É importante destacar que apesar do estruturalismo nas duas abordagens elas também têm o foco desenvolvimentista – os bens seriam redistribuídos – se espalhariam.

Essas considerações são uma importante introdução para a problemática aqui apresentada: quando a análise, estrutural, funde os

serão portadores de pensamento essencialmente de esquerda e, até o fim dos anos 70, crescentemente marxista. Sua preocupação principal será com a marginalidade social, a distribuição de renda e a análise dos gêneros e das classes sociais”

objetos econômicos e espaciais – a partir dos anos 70, predominantemente, a leitura espacial é econômica. O modelo cepalino, bem como a idéia de que a periferia fatalmente seria envolvida pelo desenvolvimento (ou repartição) das estruturas centrais são duramente criticadas. Os modelos duais, que entendem a periferia excluída até o momento de sua inserção na “centralidade” são remontados na crítica - a “periferia”, de excluída, é emancipada a partir da grande ruptura que a sociologia paulistana apresenta. Na análise do desenvolvimento econômico representou a superação desse modelo dual no sentido que enxergava, claramente de que é um desenvolvimento vinculado – a “exclusão” era estrutural. Comentando os diferentes olhares sobre o meio urbano, essa fase é demarcada por Gabriel Sant'anna:

“Pesquisas pioneiras, como as de Francisco Oliveira, de Paul Singer, de Maria Célia Paoli, de Manoel Tostes Berlink, demonstram que a marginalidade resulta não de um problema de integração social, mas de uma questão estrutural: a preservação da pobreza ocorre através de mecanismos institucionais que nada têm de "marginais" ao sistema. Instala-se, então, uma ruptura com as concepções anteriores sobre migração e marginalidade e se traz à tona o papel desempenhado por formas não-capitalistas de

produção na acumulação do capital.

Como resultado, as noções de "espoliação urbana" (Kowarick, 1979) e de "periferização" orientam novas pesquisas. Ganha destaque a dimensão política da urbanização e proliferam os estudos sobre a dupla espoliação sofrida pelas classes populares: como força de trabalho subjugada pelo capital e como cidadãos submetidos à lógica da expansão metropolitana que lhes negava o acesso aos bens de consumo coletivos" ¹⁰⁵

O principal trabalho que marca a superação do paradigma da marginalização econômica é "*Economia brasileira: crítica à razão dualista*" Estudos Cebrap nº.2, outubro de 1972 – de Francisco de Oliveira. Esse estudo, por ser um referencial merece uma interpretação mais detalhada, porém é importante ressaltar que esta será feita em função da discussão da problemática da sua abordagem urbana, aqui visada.

Esse ensaio representa a superação da idéia do dualismo como um modelo cindido, ou seja, a idéia dos dois lados é interpretada pela agregação das duas partes, que voltam a estabelecer uma relação. A expansão do capital na economia brasileira tomava partido da

¹⁰⁵ GABRIEL SANT'ANNA, op cit

minimização de seu custo de reprodução, portanto o aumento da produção vai muito além de tecnologia ou produtividade – existe a necessidade da diminuição dos custos de reprodução do produto – seja ele no campo do trabalho, da fonte, do meio ou da técnica – sempre se apoiando em alguma desigualdade tendo mecanismos de possibilitá-la e mantê-la. A redução do custo, então, tenderia ao rebaixamento das condições gerais - permitindo um acúmulo e mais facilidade para que o processo se repita. Portanto, tal qual o capital, ou a tecnologia as desigualdades são absolutamente componentes do processo produtivo. Isso, ao invés de representar uma “segregação” mostra uma inclusão perversa: se por um lado situação era mantida no modelo interpretativo, essa condição era de fato um componente da estrutura.

“A ruptura com o que se poderia chamar o conceito do ‘modo de produção subdesenvolvido’ é completa ou apenas se lhe acrescentarão detalhes. No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a posição na maioria dos

casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia.”¹⁰⁶

Essa idéia basta para a interpretação da periferia como um sujeito, ou seja, essa “parte”, que sempre foi vista como um local de espera do crescimento, ou ainda, como uma reserva para ele; era, então, uma das bases de seu apoio, entrava na equação do desenvolvimento, como parte atuante. Era necessária. Em uma passagem, o termo é utilizado, e se destacado, torna a “idéia” um agente importante, do qual toda a forma de produção também depende:

*“Convém recuar um pouco da história brasileira para apanhar um elemento estrutural do modo de produção: o escravismo. Sem pretender refazer toda a interpretação, é possível reconhecer que o escravismo constituía-se em óbice à industrialização na medida em que o custo de reprodução do escravo era um custo interno da produção; a industrialização representará, desde então a tentativa de “expulsar” o custo de reprodução do escravo do custo de produção. **Em outras palavras, ao contrário do modelo “clássico”,***

¹⁰⁶ OLIVEIRA, op cit p. 32

*que necessitava absorver sua periferia de relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua “periferia”(...) O longo período dessa “expulsão” e dessa “criação”, desde a abolição da escravidão até os anos de 1930, decorre do fato que essa inserção favorecia a manutenção dos padrões “escravocratas” de relações de produção; **será somente uma crise no nível das forças produtivas que obrigará à mudança de padrão.***¹⁰⁷

Essa interpretação quebra a leitura da estrutura anterior: as partes adquirem um novo relacionamento, absolutamente intrincado – a marginalidade é quebrada, ou melhor, superada pela idéia de integração no processo produtivo, na medida em que, contraditoriamente, a cidade reforçava sua exclusão. Novamente ressaltamos que essa leitura tem como objeto o desenvolvimento econômico brasileiro, analisando o processo com as peculiaridades da formação do capital no país. Nesse ponto é importante que se entenda a cidade então como uma processo sócio-espacial, ou seja nem estruturas economia nem as do espaço podem ser uma interpretação única, pois se mostram redutoras.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, op cit, p. 66 (grifos nossos)- esse trecho é fundamental para o processo analisado: destaca a periferia, que foi literalmente materializada no espaço, e ainda entende essa como uma força produtiva que poderia causar a mudança.

No capítulo anterior, a estrutura urbana interpretada mostrava também a idéia da unidade – embora o modelo explicativo trouxesse essa noção dual, a cidade tinha uma unidade, principalmente pelo fato da relação entre elas ser de expansão. Além disso, não se pode negar que delimitações jurídicas, geográficas acabem sendo incorporadas à idéia de unidade. O ponto é que numa “estrutura” são elementos que podem ter relações, inclusive de diferença e polaridades hierarquizadas, de maneira que as partes podem ser tão significativas quanto o todo. Apesar do caos, ou da idéia de aglomerado, os trabalhos analisados desenharam uma estrutura para São Paulo – as duas partes são nitidamente separadas, porém a idéia das estruturas desenvolvimentista e de crescimento que a cidade a amarravam compondo a idéia de unidade. No entanto a “periferia”, tão heterogênea e pasteurizada por seu poder explicativo já estava à margem até por sua questão geográfica, como vimos a interpretação cepalina era muito próxima ao desenvolvimentismo da SAGMACS, então qual era a mudança da visão de estrutura urbana nesse momento: a eleição da parte, a periferia, como o principal problema urbano, tanto como capaz de explicar as desigualdades, como o local onde se poderia superá-la. A espoliação urbana é então a grande questão, a periferia entra na interpretação das forças produtivas. Ela altera a polaridade da estrutura centro-periferia: agora os dois elementos são ativos. E na visão urbanista que trouxe essa interpretação econômica para o espaço, contraditoriamente, a periferia se torna o foco – de resíduo do desenvolvimento é elevada à parte constituinte e capaz de revitalizar a estrutura.

3.3 Periferia: protagonista urbano

A periferia, retomando sua condição geográfica - representa o que não é o centro – misturando as diversas formações, origens, tipologias – ignorando todas as pequenas centralidades. Economicamente, era o que o desenvolvimento ainda não havia atingido – num modelo dual. A análise estruturalista da cidade sob dois pontos de vista distintos deu essa interpretação única, “centro - periferia”. A unidade era bipartida, primeiramente entendendo claramente um vínculo de dependência em apenas um sentido: a periferia pobre dependendo do centro rico, um sujeito ativo que cresceria e se esparramaria – a periferia, passiva, era um suporte, uma fronteira para o crescimento.

Em “Crítica à razão dualista” essa relação é diversificada, não existe mais o sentido único: as duas partes nem são homogêneas e a relação de dependência é generalizada. Não são dois mundos – são diferenças que compõe o todo – no âmbito da produção. A desigualdade entra na questão estrutural – a alteração de qualquer uma das partes afetaria o todo.

A abordagem urbana não apenas fetichiza essa estrutura desigual como elege a parte pelo todo – condicionado discussões e políticas publicas a esse novo foco, a esse novo modelo. Além disso, essa nova estrutura coloca outro elemento em cheque: o centro, agora centro e centralidade se desvinculam.

A emancipação da periferia como objeto de estudo e intervenção tem estreita ligação com os movimentos sociais urbanos, reforçando também o caráter de lugar renovador, lugar das esperanças. Em “São Paulo 1975: Crescimento e pobreza” se delineia essa estrutura social-urbana. Nesse ponto é importante a reflexão de que a explicação “econômica” do espaço é trabalhada como um agente social, daí a idéia do “protagonista”. Ou seja ao se equivaler uma classe social a uma condição geográfica (um processo de reificação do espaço), essa “periferia” se torna o sujeito foco das questões urbanas.

3.3.1 Avaliações de São Paulo 1975: a estrutura da pobreza

A premissa do estudo é “Crescimento e miséria são duas faces da mesma moeda”. Dessa forma se vê claramente o argumento de Francisco de Oliveira de que os dois lados tem relação. O estudo se baseia tanto na economia como no meio urbano e nos movimentos sociais, de forma que transita pelas três áreas que, enfim, delineiam um mesmo modelo de compreensão da cidade: dois lados envolvidos entre os ganhos e a exploração.

Primeiramente o estudo demonstra a pujança de São Paulo: O Estado de São Paulo concentrava 35,6% da *“Renda Interna do Brasil em 1969(...) é mesmo provável que tal concentração tenha se acentuado no decorrer da década de 1970, pois vultosos investimentos continuaram a*

ser canalizados para o Estado”¹⁰⁸. Além disso, tem 44% de acúmulo do capital brasileiro. Esses números colocam a cidade numa posição destacada além de projetar mais ainda sua importância. A cidade era mais estruturada para as atividades econômicas, como detém o principal, que é o capital, se expondo claramente como o foco de concentração do desenvolvimento nacional.

O desenvolvimento de São Paulo, então, apoiava-se muito na condição que já havia historicamente formado, isso permitiu que no estado se concentrassem além do capital já referenciado os bens de produção. Essa fixação de dois elementos importantes para a reprodução desvalorizaram um outro elemento – a mão de obra. Ou melhor: na equação de reprodução do capital, como demonstrou Francisco de Oliveira, a diminuição deste custo é um importante fator para que possa haver acúmulo, o que gera ainda mais a concentração do capital, bem como os outros bens de produção – *“A menção ao crescimento industrial aparece da mesma maneira que a capacidade o estado tem de se desenvolver: ou seja, o estudo revela que a questão da propriedade dos meios de produção são preponderantes para a continuidade no processo de reprodução do capital. Ou seja, a valorização da propriedade é maior que a da força de trabalho, no desenvolvimento industrial paulistano (...) trata-se de uma economia em que os meios de produção mais importantes são a propriedade de não produtores”*¹⁰⁹ essa passagem mostra a distinção que a classe

¹⁰⁸ KOWARICK, L. (coordenador) “ São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza”, São Paulo, edições Loyola 1976, p. 13

¹⁰⁹ KOWARICK, op cit, p. 14

trabalhadora tinha ao entrar no processo – a desvalorização da mão de obra e seus custos de reprodução como forma de continuidade do desenvolvimento. Essa realidade foi entendida a partir de uma análise da evolução do trabalho: analisa as vilas operárias como uma primeira forma de fixar o trabalhador – o que garantiria seu custo de reprodução e poderia diminuir seu salário. Com o excedente de mão de obra, causado pela intensa imigração¹¹⁰, não era mais necessário fixar o trabalhador. O estado garantiria o transporte e o baixo custo de viver (em condições precárias) a moradia. A cidade é vista como um elemento das condições gerais para a reprodução do capital – para a diminuição de seus custos aumentaria a espoliação urbana, na forma se segregação das classes sociais atribuídas aos espaços.

Logo, na idéia da cidade como espelho dessa estrutura temos a interpretação urbana dessa desvalorização *“a pujança econômica de São Paulo, em relação a outras áreas do Brasil revela-se tanto na enormidade de sua infra-estrutura (edificações, energia elétrica etc.) como em qualquer dos indicadores habitualmente empregados para medir o crescimento econômico (a produção industrial, o sistema financeiro, a renda per capita etc.). No entanto, se examinando o da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. É a distancia entre a riqueza, representadas nas moradias suntuosas dos “jardins”, e a pobreza dos bairros de trabalhadores, carentes dos serviços urbanos básicos –*

¹¹⁰ entre 1960 e 1970 a cidade cresceu 5,5% ao ano (KOWARICK, op cit, p. 29)

*transporte, água, esgoto, habitação. É o contraste entre o crescimento do consumo de bens de luxo e a diminuição salário mínimo real. (...) Privilégio para alguns, mas não para todos.”*¹¹¹

Essas observações de desigualdade são o ponto crítico do estudo á estruturação da grande São Paulo. O estudo observa que muitos outros tratavam as situações marginais de parte da população como um “estado transitório”, caracterizando uma reorganização (exatamente a estrutura de centro que há de se expandir para a periferia) - essa pobreza seria própria dos imigrantes (rurais) que ainda não estavam inseridos devidamente no mercado de trabalho urbano-industrial. Ou seja, acreditava-se que os problemas urbanos eram uma fase de adaptação de uma condição menos favorecida atraída pelo incrível desenvolvimento da cidade. Porém, o estudo mostra que a estrutura de empregos e de assalariamento, ou seja, os custos da mão de obra como fator da produção, é que mantém e agravam as condições de desigualdade, não como uma situação transitória, mas como uma permanência para o crescimento. Outro fato que distinguia a situação de São Paulo para o resto do mundo e a falta de possibilidade do trabalhador intervir no seu próprio futuro entenda-se que a estrutura política da época não permitia tal participação, esta observação se faz importantíssima na formação desse protagonista da estrutura urbana ao qual nos referimos.

¹¹¹ idem, p. 17

Ainda que ressaltasse essa condição política a leitura urbana pelo viés econômico era literal e assumida: *“O retrato das condições urbanas de existência em São Paulo, expressa, portanto, condições mais gerais da economia e da sociedade brasileira(...) A peculiaridade de São Paulo talvez resida, principalmente, na exacerbação do contraste entre acumulação e pobreza.”*¹¹²

Esse embasamento, portanto, usa o desenvolvimento econômico para a identificação da estrutura urbana, ou seja, o método estruturalista continua como a forma de se “compreender” o espaço, porém os critérios para se distinguir elementos e entender a relação entre eles é outro - mais que elementos físicos, a cidade será entendida como fruto de relações sociais. Estas, de certa forma, são condicionadas por um modo de produção num meio que tem singularidade por ter desenvolvimento apoiado nas desigualdades – além de, ressaltamos novamente, uma conjuntura política que controla essas relações sociais. Essa estrutura foi chamada de “lógica da desordem”. Basicamente trata da superação do paradigma da marginalidade¹¹³, em

¹¹² KOWARICK, op cit, p. 19

¹¹³ essa idéia é clara no trecho: *“a noção que o progresso tem um preço, que deve ser pago por seus habitantes, vem sendo insistentemente repetida a propósito dos mais variados problemas (...) O dilema – estagnação ou sacrifício – implícito nessa noção é em tudo consoante com a ideologia do desenvolvimento em voga: para que o país se desenvolva, assegurando a felicidade futura de seus habitantes, estes devem renunciar às satisfações presentes(...) São Paulo deveria não só pagar o preço de sua felicidade futura mas também resgatar o prejuízo de sua imprevidência do passado “* (p. 21 e 22) – esse trecho mostra a teoria da marginalidade como uma ideologia – mais do que entender a exclusão, ele justifica essa – propõe um pacto de sacrifício, portanto essa idéia é uma forma de controle social – essa ideologia é criticada e rompida na forma de estrutura compreendida pelo estudo.

que parte da cidade “esperava sua vez”, para entender como essa fragilidade era, de fato, estrutural. A qual estrutura? A forma de produção, ou seja, a cidade é entendida, então como um desses elementos do mecanismo de reprodução do capital, mais que isso ela é uma forma de capitalização também.

Fundamentado nesse ponto se tem a idéia da produção do espaço exatamente como a produção do capital, ou seja, a cidade é enxergada tanto como um bem de produção quanto como um bem de consumo. Entendeu-se que os serviços públicos são um meio de valorização essencialmente capitalista, desde sua implantação “*são organizados de preferência para os consumidores que podem pagar por eles*”¹¹⁴, além disso se defendeu a idéia que eles são um meio de segregação, ressaltando que os investimentos públicos valorizam áreas e expulsam a população “*a distribuição espacial da população da cidade acompanha assim a condição social dos habitantes (...) Hoje em dia a expressão “periferia”, que serve pra designar bairros afastados do centro, tornou-se sinônimo, em certos meios, de noção de marginalização e exclusão social*”¹¹⁵.

Assim, os autores defendem a formação desigual do espaço incentivada inclusive pelo poder público, na medida em que distribuía desigualmente os bens de impostos (da coletividade) formando áreas de valorização – o mecanismo da expulsão se torna uma figura de linguagem recorrente. Além disso, nessa constatação de distribuição

¹¹⁴ KOWARICK, op cit, p. 23

desigual, os autores contestam a idéia do modelo de crescimento urbano como mancha de óleo – revelam a existência dos vazios urbanos que já se beneficiariam de infra-estrutura, havendo outra valorização de suas terras. Esse comentário se faz importante: os estudos anteriores sempre interpretaram a expansão urbana como uma forma desigual, ou “intercalar” - esses vazios sempre existiram – principalmente pelo fato da cidade ter eixos de crescimento e ter crescido absorvendo núcleos menores. No entanto a figura da expansão como mancha de óleo, que é a mesma da expansão do capital é o modelo de estrutura que se perpetuou, ou seja, mais uma vez a estrutura, o modelo, não pode remontar as bases de sua compreensão.

A desigualdade como elemento estrutural busca sua identificação: os autores apontam que em São Paulo eram 130 mil favelados, 615 mil moradores de cortiços e 1,8 milhão moradores de casas precárias da periferia¹¹⁶. Esses dados mostram uma relevância dessas tipologias, nos anos 50 o termo favela não era um problema urbano, se apontou algumas poucas vilas precárias, aqui essa situação além de já tomar êxito, já é destacada como uma forma do trabalhador seguir a indústria e ter competitividade com quem já era estabelecido, pois seus custos de reprodução do próprio trabalho estariam, portanto, diminuídos.

Essa trajetória da classe trabalhadora era então um elemento importantíssimo da formação da cidade, desse modo predatório, sua

¹¹⁵ idem

voz, suas reivindicações seriam a forma de modificar a realidade, e conseqüentemente o espaço. O livro analisa várias situações em que se treina essa possibilidade, entre associações de bairro, sindicatos, e apenas constata a falta de representatividade que toda essa parcela da população tem. A liberdade, esse ser “trabalhador-periferia” seria a possibilidade de emancipação dessa situação de exploração. No entanto isso era mais dificultado, pois não apenas a conjuntura política de um regime autoritarista, mas também a precariedade de acessos (entenda-se educação, e todos os tipos de preconceitos raciais e sociais) limitavam o crescimento da classe na sociedade, até a transposição de seus limites de carência. A “periferia” então era considerada uma condição social permanente, reforçada pela inatividade política de seus cidadãos e mantida pela falta de acesso às melhorias da vida urbana – a pobreza era pior que material era de aspirações.

Assim entendeu-se a estrutura urbana apenas como uma reflexão da estrutura econômica, reproduzindo o modelo dominante.

A reestruturação só poderia vir assim como a formação de uma sociedade mais justa, que não se basearia na desigualdade, essa mudança, por sua vez, viria de movimentos sociais da periferia – o “ser” urbano visto como um sujeito seria capaz de transformar o sistema social e , conseqüentemente a cidade. Para isso a cidade deveria adquirir uma nova função: não ser exclusivamente subjugada

¹¹⁶ KOWARICK, op cit, p. 37, dados de 1972, disponibilizados pelo PNAD

ao capital – não ser uma fonte de lucro tampouco ser apenas uma forma de existência para os trabalhadores, mas sim ser o lugar em que cresceriam. Essas idéias tornam a periferia como o foco das questões urbanas, porém o objetivo maior era modificar a sociedade pelo espaço.

3.4 A estrutura urbana e a visibilidade das contradições

O período da década de 70, como foi mostrado, tinha uma visão predominantemente econômica: ou seja, o espaço era entendido como reflexo das relações sociais condicionadas por uma forma específica de produção. Uma característica é que essa forma é estruturada para seu crescimento – sempre. O que não significa um desenvolvimento igualitário. A reprodução permite o lucro, que novamente acumulado reproduzirá mais, lucrará mais e assim se alimentará sempre numa perspectiva ascendente de uma dos elementos em detrimento pela exploração do outro.

A idéia do desenvolvimentismo é entendida a princípio por uma visão geral exógena às peculiaridades do desenvolvimento que se estabelecia no país – se compreende primeiramente o país numa situação à margem do desenvolvimento capitalista – o que não explica de forma alguma o processo que aqui se desenvolvia. Já nos anos 50, essa idéia de capitalismo “infantil” é superada observando as peculiaridades do desenvolvimento dos países da América Latina que conseguiam manter duas bases distintas, de extrema modernização e outra da tradição, do arcaico, basicamente justificadas por condições históricas e culturais desses países. Essas características próprias deveriam, então ser reconhecidas e reestruturadas no sentido de primeiramente crescerem para si (substituição das importações) e se unirem de forma a fazer frente num mercado internacional. A idéia básica era de alcançar uma grande concentração de renda, num pacto

social, que depois, seria redistribuída eliminando as desigualdades existentes. A sociedade que tinha o “moderno” e o “antigo” como mundos diferentes que o desenvolvimento superaria - a visão cepalina da economia. A cidade nesse ponto era enxergada da mesma maneira: o centro deveria expandir-se levando a bonança para todas as áreas, a periferia, à sua margem, aguardava esse desenvolvimento.

Porém a sociologia paulistana apresentou outra ótica para essa leitura, que modificou a interpretação da estrutura e de reestruturação urbana. Inclusive São Paulo é o foco dessas diferenças, é o exemplo típico por ter muito mais acirradas as contradições de opulência e miséria numa mesma unidade, que tinha o maior dos desenvolvimentos e a maior das desigualdades. Essa abordagem mostra um mecanismo de forma que as duas operam no crescimento da economia, juntas. Apresenta a associação do “atrasado” e do “moderno”: não existe uma situação marginal e sim uma desigualdade estrutural. Essa ligação, no plano urbano foi chamada de a “lógica da desordem” constituindo assim as relações de compreensão dominante de estrutura urbana - ou seja, entendia-se que o espaço também se formava e se modificava por esses mecanismos de desigualdade.

O modelo anterior que entendia a periferia como uma “área” de expansão é rompido, suas características físicas ou geográficas pouco importavam: a periferia torna-se um agente e um conceito social, a cidade é um elemento da economia. A unidade é toda dividida em pedaços que façam formas de capitalização – tanto pode ser uma fonte

direta por valorização das terras (apontado geralmente como uma forma de se apropriar dos recursos públicos) ou como uma forma de se integrar no processo produtivo na medida em que a espoliação do lugar permite a diminuição dos custos de reprodução do trabalho.

Porém a compreensão da cidade como um elemento da produção não explica tão bem o modelo de estrutura da cidade, condiciona à uma lógica o processo sócio-espacial no qual a cidade consiste. A estrutura da cidade é analisada, nesse período, de uma maneira independente de seus valores intrínsecos espaciais. O que se entende, e é muito importante é a forma de desenvolvimento econômico baseado nas desigualdades, e também se percebe como a cidade pode ser o espaço de reprodução dessas desigualdades e manutenção, também. O espaço acaba por receber esses atributos – ou seja, esses conceitos sociais são confundidos com os geográficos pré-existentes – o centro é onde o capital é feito e é reinvestido, a periferia é toda uma estrutura carente que se integra ao processo de acumulo, independente de onde estejam, embora essas idéias acabem por ser atribuídas á localização.

Essa formulação intelectual, portanto, não está focando o espaço, foca a sociedade. E a cidade, cujas aspirações anteriores tinham aspectos claramente funcionalistas em prol da modernidade – havendo planos de reestruturação com objetivo, se perde na sua função de integrante do processo produtivo. Ela não tem mais a imagem de si, o modelo adotado – econômico – mostra claramente qual é sua função – totalmente vinculada ao acúmulo.

É evidente que essa compreensão não gera uma acomodação de quem pensa o urbano, a cidade estava se deteriorando, e o discurso anterior de sacrifício em busca do bem, mostrava-se cada dia menos real. As propostas urbanísticas a a partir dessa leitura sempre se baseiam nas partes, não há uma reestruturação e sim eleição de elementos como reestruturadoras. O todo é fragmentado.

A leitura da cidade utópica, então, seria uma emancipação dessa situação, e só poderia vir pela periferia ¹¹⁷– que, se torna o “ser urbano”. A cidade que se queria agora mais do que funcional, deveria ser justa. A periferia é conhecida e construída como noção explicativa da realidade urbana em um contexto histórico específico, da ascensão das lutas sociais urbanas e das expectativas de transformação social a elas conferidas.”¹¹⁸

O grande problema dessa interpretação é que a questão espacial se perde: a estrutura que temos aqui não é essencialmente urbana.

¹¹⁷ essa idéia é original da dissertação de TANAKA (2006) mostra a interpretação dominante de periferia como “foco” das questões urbanas e relaciona aos movimentos sócias a essa capacidade de emancipação que lhe foi atribuída.

¹¹⁸ TANAKA, op cit p.18

(vermelho)

4. Relendo a estrutura: outras dualidades e pluralidades

Os antecedentes analisados mostram duas situações de clara abrangência nas análises de seus períodos: duas estruturas urbanas baseadas nos mesmos elementos, que têm relações diferentes, constituindo modelos que compreendem a cidade cada um a seu modo. Essas idéias se fazem importante na questão da produção do espaço, pois balizam a questão urbana, ou seja, a análise da estrutura era uma condição para as supostas soluções na medida em que conduzem à uma estratégia.

A eleição da periferia como o sujeito urbano condicionou de muitas formas o trabalho com a cidade, muitas vezes a idéia de melhorias urbanas trazia questões habitacionais como foco de um problema, e assim a periferia foi construída ou reconstruída de várias maneiras. A este trabalho não convém entrar no mérito das construções ou do problema habitacional¹¹⁹, ou outras formas de construção que configuram a cidade (como a produção doméstica). Convém assinalar essa prática como um modo de capitalização, originado principalmente da forma de desenvolvimento que acontecia em São Paulo, ou seja: como que a estrutura entendida para a cidade pôde se tornar um modo de trabalhá-la.

¹¹⁹ Tampouco discutir a questão de pertinência desse problema, que para Gabriel Bollafi já representava uma falta de objetivo na formulação da questão, ou seja, se o problema de fato era a habitação ou a forma de distribuição de renda.

Essa idéia procura destacar um problema: como trabalhar a cidade na medida em que sua “estrutura” urbana importa menos do que suas partes. Ou seja, ao se eleger uma parte, como o foco das atenções, e dos trabalhos e discussões, como remontar essa estrutura, ou, pior: se ela perde seu sentido para a questão urbana.

Essa pergunta se faz importante pois se viu o abandono da totalidade da cidade, como uma desistência de interpretá-la. Não é verdade que não se formulou mais nenhuma interpretação, porém a idéia do “consenso” para identificar a estrutura ainda nos parece bastante vaga, e isso muito tem haver com as críticas ao pensamento estruturalista ou ainda pelo fato do modelo “centro-periferia” (em qualquer uma de suas versões) ser tão forte que não tenha sido superado ainda, e sim adaptado com idéias de novas figuras.

4.1 Releitura do modelo “centro-periferia”

Esta análise tem o objetivo de mostrar como se deu a reavaliação do modelo “centro-periferia”, essa estrutura, tão reforçada, como vimos, tornou-se quase uma crença urbana, no entanto, na década de 90, ela mostra um rompimento, na abordagem espacial. Nessa proposta, a reavaliação feita pela equipe da SEMPLA, em “São Paulo: crise e mudança”(1990) se mostra um estudo referencial.

A análise da estrutura urbana se dá pelos mesmos elementos que foram analisadas em 1975 – pela distribuição de riqueza, porém o

resultado é outro, interpretando a estrutura da cidade de maneira diferente, a leitura agora teria um fundamento sócio-espacial, embora não mostre uma mudança da forma de produção dominante, ou da forma de desenvolvimento, mostra uma outra leitura da organização espacial da sociedade.

São Paulo ainda é o colosso da economia do país, no entanto esse atravessa um período grande estagflação na década de 80 – considerada a “*década mais que perdida*”. Além disso a forma de produção dominante – a indústria – tem influência de novas tecnologias, mudando seu funcionamento como unidade, e também de suas necessidades de locação e capitalização. O setor terciário, estimulado tanto por essas novas tecnologias quanto por serviços urbanos mais especializados, se desenvolve enormemente. Essas duas mudanças têm no seu cunho transformações espaciais, porém quando afirmamos que o modo de produção não mudou é em relação ao meio de se desenvolver – ainda baseado nas desigualdades, e a cidade, com essa condição crescente, tem uma reorganização. Resumidamente, essa idéia aparece numa avaliação dos conflitos de centro e periferia feita em 2002, por Maria Tereza Luchiari, da professora da Unicamp “*Até os anos 70, a área central das cidades brasileiras era caracterizada por ser melhor equipada, enquanto a periferia era associada aos pobres. Hoje não se sustenta mais esse modelo centro-periferia, nem na escala das relações internacionais, nem*

*na estrutura urbana das cidades. A periferia hoje está no centro e vice-versa*¹²⁰.

Assim a idéia da desigualdade como elemento formador de espaço permanece, no entanto configura uma situação, que é vista como nova por ter sido verificada no espaço. Talvez a “novidade” estivesse justamente por se ter voltado a considerar a materialidade do espaço. A diferença se dava de outra maneira: constatou-se um aumento da pauperização da população paulistana – além do crescimento vegetativo ou de imigração houve também o rebaixamento de parte da classe média a essa condição. A diferença na distribuição social se agravou – em 1990 era considerada nessas proporções: 4% de classe alta, 37% de classe média, e 59% de classe baixa¹²¹. Essa condição também muda a distribuição espacial: elevou-se o nível de pobreza em bairros de classe média, no entanto a concentração em bairros já tradicionalmente pobres diminui relativamente por conta da de uma dinâmica de mobilidade social perversa - tanto se concentram formas de morar extremamente precárias nos bairros centrais, como a ocupação da zona periférica vai recebendo novos moradores dessas antigas áreas. Certas áreas centrais acabam adquirindo feições de periféricas pelo sobrecarrego de seus equipamentos urbanos que acabam por revelar uma situação de precariedade e carência.

¹²⁰ “Conflitos entre Centro e Periferia” in Revista Eletrônica Com Ciência, 10/03/2002

¹²¹ SEMPLA. “São Paulo: crise e mudança.São Paulo”, PMSP-Sempla/Brasiliense, 1990, p. 176.

A “guerra pelo espaço” como se refere o estudo, além de esgotar o modelo de expansão periférica com a intensificação de formas precárias de moradia em bairros centrais, mostra um desequilíbrio do meio urbano generalizado que de forma alguma representa uma forma de inclusão social e sim de rebaixamento de horizontes “*a aproximação territorial dos grupos pobres e médios no espaço nada tem de democrática, pois não traduz uma abertura social e econômica que levasse a um processo de ascensão dos grupos de renda mais baixos. Além disso, essa aproximação nada tem de igualitária, pois se exhibe de forma bem menos acentuada onde moram as camadas médias superiores – e preservam as restritas áreas de moradias das classes mais privilegiadas.*”¹²²

Os elementos estruturais do meio urbano, então, têm outros aspectos:

1) a moradia: o esgotamento do padrão periférico de urbanização. Apontado principalmente pela valorização geral dos terrenos, inclusive em zonas periféricas, uma vez que o modelo de urbanização de loteamentos vingou, e o achatamento dos salários criou uma disfunção entre essas duas formas, além disso, a legislação de parcelamento do solo também cria restrições que dificultam a expansão da urbanização. Esse limite era superado pelas formas de adensamento, ou em cortiços ou favelas ou ainda em loteamento clandestinos em áreas de restrições urbanas (como os mananciais). Essas formas configuram um padrão diferente da segregação para a formação da cidade: a **ilegalidade** tornou-se o elemento formador do espaço, mostrando um nível de

¹²² Idem, p.58

crueledade e espoliação urbana mais agravada – a cidade estava entregue a níveis de 60 a 70% de ilegalidade, e ela não era espacialmente distinta: entende-se assim uma nova dualidade, que será muito utilizada em outros estudos urbanos:

“Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra, de moradores de favelas, em seu interior. Parte de nossas cidades podem ser classificadas como não cidades (...)“A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias Urbanas (expediente de subsistência e não de mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também de um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção) que se sustenta na estrutura fundiária arcaica.””¹²³

¹²³ MARICATO, Ermínia “As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias – in A Cidade da Pensamento Único - desmanchando consensos, ed. Vozes 2000

Assim, por mais que a forma de espoliação tenha adquirido uma nova capa jurídica, ou um espaço diferenciado, a sua função permanece a mesma na estrutura econômica, tal qual os elementos sociais da cisão, a idéia da exclusão social que espacialmente não se verificava da mesma forma.

As moradias “legais” ainda tentavam se beneficiar das condições urbanas existentes, havendo uma aceleração no processo de verticalização que já era notado contribuindo para a insuficiência dos equipamentos urbanos.

2) novos espaços de trabalho e consumo: as mudanças do setor industrial se mostram no começo da década de 90 ainda como uma incógnita – não se pode observar ao certo as mudanças que o afastamento das indústrias do perímetro urbano trariam¹²⁴, porém o fortalecimento do terciário, aliado com a obsolescência do centro faz pipocar a tipologia dos centros comerciais e de serviços, sendo paradigmática a forma do shopping center, que se espalha por toda a cidade, muitas vezes sem observar o impacto sobre a rede urbana pré-existente.

Essas formas unidas mostram um adensamento da cidade, que muitas vezes não oferecia nem equipamentos urbanos nem a infra-estrutura

¹²⁴ sob esse aspecto é importante ressaltar que hoje, quase duas décadas depois é que se observa a mudança de uso desses espaços, que durante parte desse tempo eram considerados “obsoletos” e funcionaram quase que como uma reserva de espaço para novos usos.

adequada para esses usos intensificados. Observou-se que os vazios urbanos não seriam suficientes para essa estrutura. Trânsito, super lotação de meios de transporte eram apenas alguns desses aspectos. Os serviços urbanos além de não suprirem a cidade toda, eram (formalmente) exclusivos da “cidade ilegal”, ou seja, o “bem público” ignorava a forma como o espaço vinha se produzindo.

Assim, essa análise configurou uma outra leitura: um modelo de dispersão de espaços que se diferenciam pela legalidade e ilegalidade, um novo molde de dualismo que quebra a estrutura “centro-periferia” espacial, reforçando, no entanto as suas características sociais de inclusão e exclusão¹²⁵ – a estrutura era absolutamente predatória e controladora, na medida em que não permitiria avanços sociais. Nesse ponto esse estudo não apresenta uma forma de resgate – não propõe nem uma estrutura nova, nem um elemento épico que modificaria a sociedade. Propõe que a sociedade enxergue a cidade: a cidade que se queria agora não era nem uma estrutura de produção, nem uma refém de suas desigualdades, a cidade que se queria era a real e inteira– o planejamento urbano, a estrutura a se propor, deveria ser um “*instrumento de democratização*”¹²⁶.

¹²⁵ Nesse ponto é necessário destacar que a exclusão não era encarada nos seus aspectos de marginalidade, ou seja, se entendia a “inclusão perversa” – a “lógica do caos” que os autores novamente se referem (dados que muitos são da mesma equipe do estudo “São Paulo 1975: crescimento e Pobreza”) porém a exclusão entendida era em termos de aspirações sociais, cada vez mais a acessibilidade a um desenvolvimento humano parecia utópica.

¹²⁶ Cf SEMPLA (1990),p. 179

4.2 Estruturas: dispersão do consenso

Aqui exporemos brevemente idéias das décadas de 80 / 90 que definem tendências de modelos, para depois, voltarmos a discutí-las em termos do conceito de estrutura – que já não é mais entendido como um sentido único. Ou seja, a ruptura do modelo “eternizado” cria idéias dispersas, tanto de interpretação e poucas de proposição – aqui se mostram duas interpretações bastante distintas.

4.2.1 A estrutura de palcos

Nos anos 80, ainda sob influência da periferia como o espaço da espoliação urbana, essa leitura condensando discussões de arquitetos mostra uma outra abordagem, na verdade a compreensão de estrutura urbana mudava completamente sua escala: a cidade não era o objeto e sim a vida cotidiana, ou seja, a cidade com o valor de uso do cidadão. A discussão contida, conduzida por Jorge Wihem, traz outra abordagem: nem geográfica, nem econômica – é uma idéia inerente ao lugar e seu uso, selecionando os elementos de estrutura urbana que poderiam conduzir a essa leitura. Essa aproximação buscava tirar a idéia de “condicionamento” do espaço - ou seja, procurava ver de que maneiras o cidadão poderia viver na cidade, com liberdade, com opções – uma requalificação que, portanto trataria a cidade com outro partido, reconfigurando a idéia de estrutura.

“A estrutura urbana revela-se ao habitante da

cidade como um suceder de espaços: a casa em que mora, a rua em que brincam seus filhos, os corredores pelos quais transita a pé ou em veículos, alguns edifícios especiais onde exerce funções de trabalho ou de estudo, outros edifícios ou espaços abertos em que se encontra com pessoas para funções formais ou informais. São palcos e cenários servindo de abrigo, de base e de fundo, para o desenrolar da ação individual. A cidade, em sua componente física, é um encadeamento de espaços a serem ocupados e possivelmente fruídos pelos cidadãos”¹²⁷

Nessa análise a cidade encontrava-se subjugada ao modelo de reprodução do capital é analisada pelos parâmetros de garantir qualidade de vida. A grande diferença era valorizá-la pelo seu uso. Ou seja, se a cidade assume uma outra função (de transformação da vida cotidiana) evidentemente a estrutura que lhe é identificada deveria ser outra. Aqui a “máquina” o fetiche da cidade moderna, ou ainda a idéia de segregação como forma de controle de uma cidade que poderia estar em colapso eram trocadas pela qualidade que o espaço poderia trazer à vida.

¹²⁷ WIHEIM, Jorge “Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana” Rio de Janeiro: Paz e Terra 1982 P. 20 e 21

Essa necessidade de enxergar de outra maneira foi fundamentada pelos arquitetos como uma forma de interrupção do ciclo da pobreza, não como bondade, mas como justiça. A cidade era vista, nesta análise como um espaço consumido, mas não por todos, era necessário inverter essa valorização (de troca) pelo uso¹²⁸. Os registros de favelas, cortiços, e autoconstruções crescentes são colocadas em foco como uma degradação não apenas de paisagem mas de vida - a cidade se tornava uma meio hostil.

A partir da sucessão de etapas da vida cotidiana, se refaria a estrutura de um outro modo, esses “palcos” deveriam oferecer opções às pessoas, além de conforto. A estrutura urbana aqui identificada era toda existente, porém deveria ser *requalificada*:

1) a unidade elementar era a habitação – porém essa também era discutida – deveria ser reinterpretada tendo em foco suas funções hierarquizadas –

a) abrigo: a função primeira de qualquer moradia.

b) segurança: nesse ponto representa mais que proteção – significa estabelecer-se na cidade, ingressar no mercado de trabalho e se beneficiar de serviços públicos,

c) consumo: o endereço permitira também o ingresso no mercado de consumo – o crédito, além disso foi apontado também como forma de ganho extra na hospedagem eventual.¹²⁹

¹²⁸ nesse ponto é importante ressaltar a influência do pensamento Lefebvrino na discussão dos arquitetos.

¹²⁹ Idem p. 29

Aqui não se apontou a casa como um bem, como um possível valor de troca – ou seja focalizava-se na sua função.

2) o segundo elemento era a rua domiciliar: *“tudo conspira contra a identificação do sítio em que moramos”*¹³⁰ a função primordial apontada é a circulação, porém, o autor aponta que o traçado de desenvolvimento urbano em São Paulo priorizou o automóvel em detrimento do morador que poderia usar a rua como o espaço de convívio. O palco principal. Para isso traçados mais sinuosos – passeio, além de elementos naturais ou construídos seriam essenciais para a formação da identidade.

3) O bairro: *“O bairro é a unidade na escala urbana”* essa idéia mostra a escala do cidadão e a qual domínio a vida urbana deveria ser atendida. O bairro melhor é um bairro completo (essa idéia é extremamente semelhante á das unidades secundárias da SAGMACS dos anos 50). *“São Paulo conta hoje com cerca de 1.360 bairros, vilas e jardins, tendo a maioria deles surgido após 1950, como resultado de imigração intensa e da atividade dos loteadores. A maioria desses bairros nasceu da simples oferta às levas de imigrantes, de uma gleba loteada, mas passaram a adquirir identidade própria em função de sua população que, de forma cada vez mais organizada, passou a reivindicar melhorias para o seu território”*¹³¹.

¹³⁰ idem p.49

¹³¹ cf: WWIHEIM p. 63

Em relação à estrutura urbana analisada pela SAGMACS temos aqui uma diferença bastante contundente: a abordagem dos anos 50 embora levasse em conta a deficiência estrutural de cada núcleo, aponta que o adensamento se organizava em torno de alguma estrutura física, nem sempre em condições adequadas. Aqui já se aponta que a unidade é organizada pela “voz” desses usuários, que primeiro se assentam e depois vão a busca desses equipamentos, que nesses bairros novos, abertos por linhas de ônibus, são quase nenhuma. Ou seja, se constata o sujeito “periferia” como elemento urbanizador, por isso no discurso do autor, as associações de bairro são parte da estrutura que essa unidade deve ter para consolidar a vida urbana. Isso mostra que essa interpretação ainda estava sob influência do “ser urbano” – da periferia como regeneradora da cidade e sociedade, mesmo que invertendo a ordem dos elementos do modelo consensual.

Com a adoção desse modelo ainda sob o comando do protagonista urbano, a cidade se transformaria: não se trata de uma reestruturação, nem de uma estrutura completamente nova, a idéia é a requalificação de uma estrutura conhecida e existente.

“Um espaço adequado para o desempenho da vida familiar não resolverá todas as tensões nem superará todos os problemas. Mas como negar que ele influi na qualidade dessa vida? Viver na feiúra na monotonia no desconforto, na

sujeira, na decrepitude e na promiscuidade, amesquinha, rompe a auto-estima e dificulta o estabelecimento de vínculos mais solidários entre as pessoas. Por isso uma melhoria da vida urbana, na cidade de São Paulo, deve iniciar-se pela criação do palco familiar, da habitação de toda a família que nele reside.”¹³²

Essa análise de estrutura terminaria na escala do cidadão. As questões de trabalho, indústria, educação, todas deveriam estar nessa unidade. A função que sobressaía ainda era a política, pois nessa época, em 1982, ainda era necessário que o cidadão ingressasse, mas essa não era uma questão urbana.

É inegável que toda a conceituação dos arquitetos que formou a identificação desta estrutura urbana não está mais vinculada ao racionalismo moderno, à revolução urbana, à homogeneidade: a identidade é uma questão de diferença, a idéia de renovação aceita todas as precedências, a escala do cidadão é outra, não é mais das massas. A idéia de “palcos” é um dos preceitos da condição pós-moderna. Para Harvey, a narrativa de Raban em “Soft City” é emblemática na elaboração dessa condição. Aqui ela será transcrita a título de identificá-la nessa estrutura proposta por Wilhelm para São Paulo:

¹³² idem p. 46

“para o bem ou para o mal, (a cidade) o convida a refazê-la, a consolidá-la numa forma que você possa viver nela. Você também. Decida quem você é, e a cidade mais uma vez vai assumir uma forma fixa ao seu redor. Decida o que ela é, e a sua própria identidade será revelada (...) Parece-me que viver numa cidade é uma arte”¹³³

Assim, essa estrutura de parte dos arquitetos é delineada. É importantíssimo ressaltar a quantidade de trabalhos que pensavam na periferia como um lugar para essa arte. Aqui a estrutura analisada ainda é a do morador em qualquer ponto, mas em outros trabalhos, de arquitetos, a periferia seria o local dessa arte, o urbanismo possível¹³⁴, onde a cidade se requalificaria pelo seu uso. A democracia era essencial para que essa proposta acontecesse.

4.2.2 A estrutura de gradientes

Esta análise estrutural aqui exposta foi estudada por Flavio Villaça, também arquiteto-urbanista, no livro “O Espaço intra-urbano no Brasil”, de 2001. Ela já parte de um objeto diferente: enquanto os estudos

¹³³ HARVEY, David “Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural” . 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.p..17

¹³⁴ Os trabalhos de Ermínia Maricato e Nabil Bonduki são referenciais para a leitura da periferia paulistana. Essa observação aqui não será detalhada por finalidade de se analisar as concepções de estrutura, a essa problemática a identificação dessa tendência basta.

anteriores (excluindo a de Wilhelm) analisam o crescimento metropolitano, o objeto de estudo é analisar como esse crescimento organiza o espaço dentro da cidade. Novamente a escala de abordagem é alterada, se volta a ver a cidade como uma unidade, além disso, o movimento de expansão é voltado pra dentro, ou seja, verifica os vetores que criam paisagens e usos diferentes nas cidades (o estudo é para várias capitais brasileiras, porém direcionaremos a exposição para São Paulo). Não se trata de uma leitura que seja da cidade em 2001, mas sim da “estrutura”, o modelo construído por etapas sucessivas.

A pesquisa leva muito em consideração os dois aspectos: econômicos e geográficos, no entanto parece que são as estruturas urbanas que de fato conduzem a essa leitura, ou seja, os elementos de circulação e transporte (principalmente), em sua perspectiva histórica – a ferrovia, por mais que hoje não tenha o mesmo êxito, aparece como um elemento fundamental na formação da cidade – acordando essa estrutura à analisada por Langenbuch – porém, como ressaltamos, com o foco “intra-urbano” ao invés da expansão, seria como um “passo a diante”, ver os resultados que essa causou no espaço original.

O autor conceitua a sistematização de sua interpretação: as análises das estruturas “intra-urbanas” são uma forma de caracterizar a formação do espaço *“como sínteses que são, tais modelos reduzem o espaço metropolitano a seus elementos mais fundamentas, além de*

exagerar na segregação na simplificação das formas.”¹³⁵ A segregação pode ter vindo como um mecanismo econômico, mas aqui é usada, ou procura-se atribuir seu valor, à formação espacial, na medida em que se interpreta a cidade pela exclusão. A predominância de uma idéia se mostra tão grande quanto a simplificação, porém se considera capaz de explicar algumas formas da cidade. A segregação para Villaça é, então, uma forma de estruturação da cidade, da mesma maneira que os elementos físicos, sendo que uma ocupação está ligada à outra em muitos casos. Segundo o autor a cidade brasileira tem também peculiaridades, porém considera ainda que uma das principais características da metrópole brasileira é a segregação espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais. *“o mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda, a segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão.*”¹³⁶ Esse modelo leva em conta a visão econômica e procura validá-la na formação espacial.

Para Villaça, São Paulo é uma cidade característica dessa formação, porém ressalta que sua concepção de “estrutura urbana” é uma relação sócio- espacial, reincorporando a questão física às análises estruturais: a estrutura social não explica a cidade totalmente.

¹³⁵ VILLAÇA, Flavio “O Espaço intra-urbano no Brasil” São Paulo, Studio Nobel/ FAPESP/ Lincon Institute 2001 –p. 113

¹³⁶ VILLAÇA op cit, p. 143

Para São Paulo, assim como para outras cidades, a circulação e restrições do meio natural seriam os elementos chave dessa estrutura espacial. Em São Paulo destacou principalmente as ferrovias, rodovias e os rios como esse conjunto físico que monta a cidade.

A ferrovia, no final do século XIX, dividiu a cidade em duas partes, e agregadas aos os rios, com suas áreas de várzea, formam um conjunto “vale-ferrovia”. Essa morfologia já tem, na sua formação uma ocupação diferente: *“as camadas de mais alta renda tendem-se a se concentrar no lado mais vantajoso, embora a recíproca não seja verdadeira, ou seja, no lado onde se localiza o centro há também camadas de baixa renda.”*¹³⁷ Além disso, na escala metropolitana, a ferrovia é que realmente possibilita uma organização regional.

Tal divisão, primeiramente faz dois grandes grupos (oeste e leste) que com o crescimento da cidade vão se diferenciar e setorizar, entre bairros de classe média, populares, aristocratas. Nessa formação se destacam:

- Uma Grande Região Popular - zona leste
- Uma Grande região dos Subúrbios Industriais Ferroviários: os “subúrbios-estação de Langenbuch” que crescerão ainda mais com as rodovias – destacam-se Guarulhos e a região do ABC, como grandes pontos desse tipo de desenvolvimento.
- A Grande Região de concentração das camadas de alta renda.

¹³⁷ idem p. 116

Todas essas formulação, novamente, se baseiam nas predominâncias das ocupações dessas regiões.

Na análise intra-urbana as condições físicas e espaciais separariam os sítios melhores, porém o uso social, segundo o autor, ainda tem grande influência na ocupação e paisagem. Associando-se à essa estrutura material, há a segregação como elemento fundamental da estrutura analisada por Villaça.

O autor adotou um método de análise: o de Hoyt (1959), baseado em círculos concêntricos mediados pela infraestrutura, com isso identifica os vetores de crescimento e ocupação – nas suas formas predominantes – para a execução de um diagrama – formando o modelo de gradientes.

Fonte: VILLAÇA, Flávio: O espaço intra-urbano no Brasil

Nessa interpretação o centro aparece como ponto irradiador das estruturas físicas de circulação mencionadas, no entanto nem representa a parte “estruturada” nem a concentração de renda.

Segundo o autor, a partir da década de 60 as elites rompem com o centro, encaminhando-se para outras partes da cidade, que então têm uma nova estruturação. As periferias (no sentido geográfico) apresentam heterogeneidade extrema, de maneira que talvez só seu sentido social ainda tenha algum significado, que, porém não é útil a análise urbana – ou seja – o modelo “centro-periferia” como uma leitura econômica espacializada não fazia mais sentido.

Na interpretação desse modelo, além das infra-estruturas e dos rios, também considera os padrões de ocupação predominante, destaca como elementos principais de diferenciação. Assim são elementos estruturais dessa leitura, as zonas industriais (com uma infra-estrutura peculiar) e as zonas residenciais de alta renda (tendo a atividade imobiliária como agente). Porém ressalta que não há nas cidades brasileiras nenhuma região de presença exclusiva de alta renda, mas o que determinaria essa segregação é a concentração significativa de uma classe, mais do que em outra região da metrópole, de forma que se constitui uma generalização para que se configure o gradiente, o vetor.

Para São Paulo, de maneira geral, se destacou a diferença das zonas – a zona sudoeste apresenta essa configuração de alta renda, enquanto outras têm outros tipos de habitação e usos (a indústria e a concentração de residências de alto padrão não se misturam) de qualquer maneira isso mostra que a periferia não é tratada como um todo igual.

Em São Paulo considera-se que a diferenciação do espaço é muito mais vinculado ao movimento das classes altas, mais do que a interferência do meio natural (em cidade litorâneas a costa, o natural, condiciona muito mais essa ocupação). O autor adotou a idéia de Milton Santos (citado) afirmando que o “sítio social” se sobrepõe “sítio natural”, o mercado imobiliário é o meio pelo qual as classes disputam seus espaços em melhores localizações. Esse mecanismo, para Villaça,

aponta uma das principais contradições do espaço: a segregação como forma de valorizar a terra e o valor como forma de segregação.

Por fim, ressaltamos a finalidade dessa exposição: mostrar mais um modelo de estrutura: elementos novos entre físicos e sociais – pré-existências e segregação configurando uma leitura diferente da cidade, entre todas as anteriores. O autor justifica a adoção deste modelo (concêntrico) como uma forma de representar a segregação “a *análise da estrutura social intra-urbana segundo setores de círculo.. (...) esse padrão de segregação aparece com enorme importância e potencial explicativo e revela a natureza profunda da segregação. A segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço.*”¹³⁸

Ou seja, essa análise, a forma como se interpreta a estrutura mostra o espaço como um meio de intervir na sociedade, dessa vez, mais do que um reflexo, é também uma forma de condicioná-la, essa interpretação introduz um fato novo ao conceito de estrutura urbana: a dialética, porém a adoção do modelo, novamente não remonta essa idéia, elimina esses conflitos, é necessário, portanto, mais do que o modelo, ou simplesmente a “estrutura” para que se entenda o processo, senão várias cidades de modelos iguais (como São Paulo e Belo Horizonte) seriam iguais.

¹³⁸ idem, p. 150

4.3 Estrutura como elemento de discurso urbano

No processo analisado neste capítulo mostrou-se a diversidade de compreensões do meio urbano. A rigor essas leituras, ainda que sejam analíticas não traduzem em seus modelos ou dualidades a produção do espaço – esta sempre aparece reduzida. Além disso, muitas “rupturas” são expostas, no entanto demonstram a mesma dualidade, ainda que identifiquem sua dispersão no espaço, o tratam sem sentido, a ponto de falar que a periferia está no centro e vice-versa, ou ainda que o centro tem ares de periferia, de maneira que esses conceitos são absolutamente desprovidos de sua condição geográfica. Essa formulação apenas mostra que os mecanismos de espoliação não têm mais critérios de preservação que não sejam submetidos a sua funcionalidade.

A palavra “estrutura” aplicada ao meio urbano sempre busca a lógica, ainda que seja a do “caos” como se referem os urbanistas e sociólogos da SEMPLA, ou ainda, como diz Villaça essa estrutura é uma análise de predominâncias, o que em diversas escalas sublima o conflito. Então por que a análise estrutural se faz tão importante nas ciências urbanas?

Em todos os estudos mostrados desde a década de 50, esse conceito é o caminho “único” de tentativa de apreensão da conjuntura da cidade, destacarias a sua essência, funcionando como um instrumento metodológico que procurou “domar” o processo urbano em um momento determinado, e sob diversas condições. Isso é pertinente na

medida em que a grandeza do espaço precisa sim de princípios básicos para ser trabalhado. Ou a estrutura deveria ser perceptível na vida cotidiana da cidade para vivê-la. O fato de serem básicos não os tornam exclusivos.

Essa discussão breve foi colocada aqui para abrir uma outra questão relevante às análises de “estruturas” feitas na década de 90: enfim que estrutura era essa? Como uma análise intelectual, a estrutura não é física, ela não pode ser avaliada nesses termos. Em todos os períodos anteriores se nota claramente a formação de um consenso, que tanto balizou as discussões como orientou políticas públicas. Aqui se nota a dispersão das interpretações, a partir do esgotamento de uma forma inequívoca de interpretação.

Acredito que esse seja um preceito para as idéias de “Reestruturação” e “Requalificação”, para esta não existe uma nova proposta, existe uma tentativa de resgatar padrões. Da mesma forma que as novas concepções de “estruturas” procuram criar novos conceitos recaindo sobre modelos não verdadeiramente superados. A idéia de “requalificação” traria a aceitação dos desequilíbrios que formaram o caráter desigual da sociedade. A idéia de “reestruturação” nas novas tendências não formaria uma nova estrutura e sim elegem um elemento do velho modelo que seria capaz de regenerar a estrutura existente. Ambas precisariam de elementos chaves que seriam constituintes da cidade para que essa perdure e busque a valorização sobre o que de fato a fez se desenvolver.

A questão é que quase todas as análises não apontam a “qualidade” na estrutura, apontam seus desvios, de forma que a “re_(...)” talvez seja um modelo adotado equivocadamente. Isso leva a crer que ou as interpretações realmente mostram apenas conjunturas, e não o que é a essência da cidade, ou a cidade é um caso perdido, como se acredita muitas vezes.

Otilia Arantes em *“Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”*, mostra o fatalismo dessa abordagem, discute se há a “verdade” das mudanças de modelos se há a existência de rupturas, ou apenas a adequação da produção a mudanças sócio econômicas (uma falsa ruptura pela ausência da novidade). A verdadeira superação nessa abordagem seria uma mudança da forma de valorizar a cidade – a mudança dos termos não muda o olhar sobre ela: *“Ora, a impressão que se tem é que, apesar da nova fraseologia interativa, estamos diante da reposição da armadilha clássica do subdesenvolvimento (ou seja da modernização sem desenvolvimento, isto é, sem homogeneização social) a velha dualidade brasileira.”*¹³⁹ A manutenção da forma de se enxergar a questão urbana em nova roupagem conduziria a soluções equivocadas, uma vez que os problemas não foram formulados – a tendência às “re_(...)” seria essa estratégia única e fatal apontada pela autora :a cidade fragmentada, seria pinçada em pontos (esses sim bastante estratégicos) que a transformariam - daí todas as grandes renovações, revitalizações, reapropriações, re__ (...) urbanas sobre

¹³⁹ ARANTES, Otilia B. F. “Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas”

espaços pré-existent, que impulsionariam mais mudanças. Mas qual critério poderia ser adotado para isso, as estruturas estudadas não apontam essas presenças físicas. Essa idéia apenas se fundamenta na falsa descontinuidade que o pensamento estruturalista urbano remontou.

Esses elementos deveriam ser constituintes dessa estrutura, fazer alguma diferença, mas a formulação como foi feita não aponta esse tipo de espaço permanente que condiciona a sustentação da cidade. Um modelo importado que não faz sentido em ser aplicado às estruturas identificadas.

Tratando-se de estratégia, não há possibilidade deste “impulso” ser espontâneo (custa altos montantes de dinheiro) *“noutras palavras, e intervendo a seqüência estratégia /cultura: políticas (urbanas) de matriz identitária podem ser estrategicamente planejadas? Algo como calcular o espontâneo ou derivar a integridade ou autenticidade de uma escolha racional”*¹⁴⁰.

Sob esse ponto de vista a idéia de reestruturação só seria mais um artifício para o consumo da cidade, não alterando em nada sua estrutura e sim reafirmando seus desvios.

Assim entendemos que a “estrutura”, muito mais do que uma morfologia de cidade, funcionou nessa época como um aparato do

in: A Cidade do Pensamento Único – desmanchando consensos, ed. Vozes 2000

discurso urbanista, sem, de fato, estar se preocupando com seu espaço ou com o sentido do conceito. É um instrumento intelectualmente valorizado para dar embasamento a idéias dispersas nem sempre fundamentadas (como demonstrou Otilia), que, no entanto ganham todo o valor que o conceito adquiriu em meio século de seu uso, ludibriando conclusões. Aqui se manifestou uma superação, baseada ainda na dualidade, e o modelo apenas foi fragmentado, não mão de seu poder explicativo – e fundamentando-se em um paradoxo, se isso fosse possível.

¹⁴⁰ ARANTES, op cit p.14

(vermelho)

Considerações finais: O conceito sem seu sentido

“ a cidade deve ser um organismo, tem que ser uma estrutura, ou seja: não uma simples combinação de elementos, mas sim um todo formado por fenômenos solidários, de forma que cada um dependa dos outros e não pode ser o que é senão em virtude de sua relação com os outros”¹⁴¹

Esse conceito de estrutura urbana de Ludovico Quaroni é na verdade seu modelo ideal de cidade. Uma cidade genérica ainda para todos os cidadãos. Nas análises estudadas sobre a estrutura paulistana a idéia de fenômenos solidários jamais apareceu, inclusive as análises geográficas que não davam tanto juízo às suas observações não tem como não apontar a desigualdade, que já tem em seu conceito a desqualificação. No entanto não nos parece correto afirmar que a cidade não tem ou nunca teve estrutura, porém é importante salientar que ela não é esse modelo ideal. A “estrutura” para as peculiaridades paulistanas não pode ser enxergada como uma sustentação do meio urbano, mas sim como o conjunto nem sempre harmônico de elementos que propiciam seu crescimento que não se constituiu como um bem comum para todos na cidade.

¹⁴¹ QUARONI, L., op cit p. 53

A evolução das abordagens de estrutura mostram apenas um elemento comum em todas as suas elaborações: a *desigualdade* seja ela física, espacial, social, econômica, o espaço é formado e não tem o equilíbrio como seu fundamento, assim a noção de estrutura - carregada dessa idéia de estabilidade não faz sentido na interpretação urbana de São Paulo. Essa constatação, no entanto não quer diminuir a validade desses estudos, só vem referenciar que elas devem ser analisadas num contexto num processo sócio-espacial, é necessário sempre um contra ponto, senão não podem oferecer grandes interpretações da cidade, que é um processo. Isso cria uma tendência de interpretações que não são a compreensão do espaço.

Outras formulações de estruturas urbanas foram utilizadas em outros lugares do mundo. Em “*Arquitetura da Cidade*” (1966) Aldo Rossi procura entender a estrutura em formas que sejam independentes de seu uso, porém que sejam fundamentais na vida urbana em diferentes épocas – a construção da cidade no tempo traria características estáveis da cidade por sua essência – a cidade cresce e se modifica com consciência de si. Esse método chamado de “*teoria dos fatos urbanos*” que entende a cidade por seus elementos primários como público, privado, monumentos referenciais não teve uma exemplificação em São Paulo, nenhum dos estudos caracterizou espacialmente sua essência de qualidade – reforçando a idéia de que São Paulo se reconstrói sempre.

Embora alguns pontos sejam apontados, como as ferrovias, por

exemplo, nos anos 70 e 90, elas por mais que ainda existam simplesmente não são entendidas como elementos da estrutura da cidade, que nessas épocas são predominantemente analisados como uma relação social. São Paulo foi estudada de modo a *não* adquirir consciência sobre si mesma, por não se vincular a uma identidade espacial, ou material em alguma instância.

A intensificação dos estudos estruturalistas na segunda metade do século XX são claramente um exemplo disso, na medida em que a elaboração desses modelos (e, como foi visto, a força que um modelo só – centro-periferia, adquire) não expõem o processo. A interpretação da cidade acaba sendo por fatos sucessivos, não necessariamente relacionados. Os estudos sócio espaciais de “São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza” e “São Paulo – Crise e mudança” apresentam conflitos, apresentam as desigualdades, tal e qual o estudo da SAGAMACS por meio das análises físicas, o que se quer dizer é que o resultado interpretado, a formação modelo sim provoca um congelamento das reflexões. Faz a imagem das “descontinuidades” invés de entender um processo em constante transformação.

O método foi criticado por Henry Lefèbvre em o “O direito à Cidade”, quando expõe o objetivo de sua crítica:

*“todo o sistema tende a **aprisionar** a reflexão, a fechar os horizontes. Este livro deseja romper os sistemas, mas não para substituí-los por um outro*

*sistema, mas para **abrir** o pensamento e a ação na direção de **possibilidades** que mostrem novos horizontes e caminhos.*¹⁴²

Essa idéia é fundamental para a crítica urbana: os modelos já entendido pelas suas simplificações e generalizações formariam problemas equivalentes, de modo que as soluções ainda teriam essas condições, e assim um ciclo sem objetivo real ou propostas eficazes se repetiram.

Os sistemas para São Paulo poderiam ainda ser interpretados no sentido usado no começo do século por Petroni das seqüenciais “*fundações de São Paulo*”, ou seja, a metáfora da estrutura paralisa os processos se tomadas uma a uma – isso reforça a concepção generalizada de São Paulo como um fenômeno de cidade “metamórfica” sendo que ela, definitivamente não é. A cidade evidentemente muda, mas ainda sobre as mesmas bases, ou seja, a sua forma de produção e de valorização continuam iguais, e se a estrutura urbana muda em função de suas adaptações, elas não deixam de estar sobre um mesmo processo sócio-espacial.

A compreensão de estrutura, portanto, ao se utilizar como um senso totalitário elimina o processo, tornam as contradições uma maneira fixa de se compreenderem, elas, em São Paulo foram elevadas á condição de elementos estruturadores (sistematizados), quando na verdade são seus conflitos, seus agentes de processo, que numa interpretação

¹⁴² LEFÈBVRE, Henry “O Direito à Cidade” 1969 São Paulo – Centauro Editora p.7

estrutural não contemplam a dialética dessas contradições. Para Lefebvre o espaço é visto não apenas em suas formas, concepção, materialidade ou simplesmente uma abstração, todas estas características são percebidas, e junto delas existe uma análise de seus efeitos, seja enquanto tenta-se encarar o espaço ou no seu uso, ou na sua prática, ou em apenas idéias, desejos. O espaço é analisado em um meio, que ora é seu contexto, ora o contém, mostrando um rol de paradoxos formados pela interação social com a espacialidade, em seus vários âmbitos.

No texto *“Das contradições do espaço ao espaço diferencial”* da *“A Produção do Espaço”*, são inúmeras as maneiras de interagir com o espaço em termos de percepção ou vivência: não existe um procedimento, nem nenhum manual pode ser seguido. O espaço, enfim pode ser várias idéias ou formas, das mais variadas percepções e diferentes espaços interagem diversamente, com a sociedade, com o tempo, com o local, com as intenções, com o mundo, com o indivíduo, e todos estes elementos, da mesma forma, se relacionam. Assim são diversos os enfoques abordados, porém o valor geral com o que se compreende é sua vivência, o valor remetido ao espaço (não necessariamente a materialidade que esse de fato tenha), e talvez seja nesta questão em que muitas das contradições do espaço se baseiam: seu valor, que na produção capitalista é dada como substituível, rentável, reproduzível, em fim um produto, de valor de troca, mas que, porém, na sua vivência assume outros valores, mais de acordo com um momento, ou até permanência de algo que não nos pertence, seu

tempo, seu uso. Enfim, os valores de uso e de troca assumem no espaço quase que uma dicotomia, que novamente, na prática, muitas se anulam em níveis diferentes, ou em leituras e perspectivas distintas outras vezes não excluem um do outro, permitindo com que muitos outros paradoxos se estabeleçam.

“O uso reaparece em conflito agudo com a troca no espaço, porque ele implica em apropriação e não propriedade. Ora, a própria apropriação implica em um tempo e em tempos, um ritmo e ritmos, em símbolos e uma prática. Quanto mais um espaço é funcionalizado, mais ele é dominado por agentes que o manipularam tornando-o uni-funcional e menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele fia fora do tempo vivido, aquele dos utentes, tempo diverso e complexo. Entretanto o que é que um comprador compra na qualidade de comprador de um espaço? Tempo”¹⁴³

No nosso contexto, o espaço, além de parecer não ser dotado de seu próprio tempo ele parecer ser completamente subordinado ao nosso sistema (pelo fato de assim conduzirmos a nossa apropriação, substituindo valores intrínsecos), caindo em nossa própria contradição *“A contradição principal corresponde àquela que Marx revela desde o começo de sua análise do capitalismo: entre as forças produtivas e as*

¹⁴³ Cf. Lefebvre, p.5

relações sociais de produção (e de propriedade). Enfraquecida no nível da produção das coisas (no espaço), esta condição se aprofunda em nível superior, o da produção do espaço."¹⁴⁴

Assim, o espaço acaba assumindo características que se adequem ou sejam plenamente atribuídas ao valor que toma na sociedade, além de carregar também suas propriedades colocando suas contradições e conflitos. Dessa forma, entendemos que a análise estrutural pode ter influência na produção do espaço, uma vez que ela, tanto como método quanto como objeto também é um produto social, a questão é que como elimina muito dos componentes, dificilmente as respostas formuladas seriam soluções.

Ou seja, o conceito de estrutura é fundamental para o trabalho urbano, porém deve sempre ser visto numa perspectiva de um processo sócio-espacial, pois o modelo por si só representa um aprisionamento de conflitos e a formulação das soluções entraria nessa sistematização, que ao voltar para a realidade dificilmente atingiria os objetivos aos quais se propôs, pois estes mesmos talvez não tenham sentido. A estrutura é um fato lógico e cidade é um processo dialético, de tal forma que o conceito, totalizador, perde seu sentido, pois o espaço não tem esse atributo único em toda a sua constituição, em toda a sua multiplicidade.

¹⁴⁴ Cf. Lefebvre, p.5

Para São Paulo, podemos concluir que o “conceito de estrutura” também tem uma relação dialética com formação do espaço: como método propiciou um enorme desenvolvimento nas pesquisas urbanas, desenvolveu sobremaneira o conhecimento da cidade, e ao mesmo tempo a necessidade da formulação de sistemas empobrecia esse conhecimento na facilidade da concepção dos esquemas muito antes do questionamento dos mesmos. Como proposta, ao mesmo tempo em que vários momentos parece renunciar à sua função (por que a estrutura urbana também é uma função da cidade) foi estímulo para o desenvolvimento urbano na medida em que auxiliava na idéia da cidade que se queria.

(vermelho)

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARANTES, Otília B. F. *Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas* in: *A Cidade do Pensamento Único – desmanchando consensos*, São Paulo: Vozes, 2000.

ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo, Edusp, 1998.

BRUNA, Paulo. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

BENEVOLO, L. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BLAY, E. (Org.). *A luta pelo espaço*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOLLAFI, Gabriel. *Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema*. In: MARICATO, Ermínia. (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. (Col. Urbanismo, Vol 1.)

BONDUKI, Nabil. ROLNICK, Raquel. *Periferia - ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: FAU-USP, 1979.

BONDUKI, Nabil *Habitar São Paulo – reflexões sobre a gestão urbana*, São Paulo: ed. Estação Liberdade, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos *Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência*. in NAVARRO DE TOLEDO, Caio org. *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

ComCiência “Conflitos entre Centro e Periferia” in Revista Eletrônica São Paulo, 10/03/2002.

FOLHA DE SÃO PAULO *Brasil – Mapa da Exclusão*, São Paulo: Folha de São Paulo, Especial A1 -26/09/1998.

GABRIEL SANT'ANNA, Maria Josefina *A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano* in: ComCiência, revista eletrônica, São Paulo: 2002.

GOTTDIENER, M. . *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

GYMPEL, Jan. *História de La Arquitetura – de la antigüedad a nuestros días*. Barcelona: Konemann 1996.

HARVEY, David *Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

JOHNSON, James H. *Geografia Urbana*, Barcelona: Oikos-tau, 1974.

KOWARICK, Lúcio e BRANT, Vinícios Caldeira(coordenadores) *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LEFÈBVRE, Henry *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora,

2001.

LEFÈBVRE, Henry *The production of space*, Oxford: Blackwell s/d.

MARICATO, Ermínia *As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias* .
in *A Cidade da Pensamento Único - desmanchando consensos*, São
Paulo: Vozes, 2000.

MARICATO, E. *São Paulo, entre o arcaico e a pós modernidade* in
Revista Caramelo n.º 9, São Paulo: Gfau, 1997.

MARICATO, Ermínia T.M. *Metrópole da periferia do capitalismo:
ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos
escolhidos*. 5ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno. A arquitetura
da segunda metade do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

NIEMEYER, Almeida Filho *Desenvolvimento Da América Latina na
Perspectiva Da Cepal Dos Anos 90: Correção De Rumos Ou Mudança
De Concepção?"* Uberlândia, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de *Crítica á razão dualista – O Ornitorrinco* São
Paulo: Boitempo, 2003.

POLAINYI, Karl *O Mercado Auto Regulável e as mercadorias Fictícias:
Trabalho Terra e Dinheiro*, in: *A grande transformação. As origens de
nossa época*, Rio de Janeiro, 1980.

ROSSI, Aldo *A arquitetura da cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAGMACS. *A Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana*. São Paulo: Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, 1958.

SEMPRA. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo, São Paulo: PMSP-Sempla/Brasiliense, 1990.

TANAKA, Giselle Megumi Martino *Periferia: Conceito, Práticas e Discurso-Práticas Sociais e Processos Urbanos na Metrópole de São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado FAUUSP , 2006.

VILLAÇA, Flavio *O Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/ Lincon Institute, 2001.

RIBEIRO, L.C., SANTOS JÚNIOR (org) *Globalização, fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

ROYER, Luciana de Oliveira *Política Habitacional no Estado De São Paulo - Estudo Sobre A Companhia De Desenvolvimento Habitacional E Urbano Do Estado de São Paulo*. São Paulo– tese de mestrado apresentada a FAUUSP em 2003.

SAKAGUCHI, Maria Akemi. *O Espaço das Infra Estruturas: da Cidade Bela à Cidade Eficiente*. São Paulo, Tese de Doutorado- FAUUSP, 2005.

SAMPAIO, M. Ruth Amaral e XAVIER PEREIRA, Paulo César, *São Paulo, Cidade Global*. Recife: VII Encontro Nacional, 1977.

SMAILES, Arthur E. *The Geography of Towns*, Londres: Hutchinson University Library, 1953.

SUGIMOTO, Luiz *Lições que a Cepal deixou ao Brasil* – in *Jornal da Unicamp*, São Paulo: dezembro de 2006.

TOURINHO, Andréa de Oliveira *Do centro aos centros : bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo*. São Paulo: Tese de doutorado FAUUSP 2004.

WIHEIM, Jorge *Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1982.

XAVIER PEREIRA, Paulo César *São Paulo, uma ou Várias Cidades e Histórias?* São Paulo: FAUUSP, s/d.

XAVIER PEREIRA, Paulo César *A Moradia Criando a Cidade*, in *Espaço Técnica e Construção*, São Paulo: Nobel 1988.

Leis:

Constituição de 1946 – arquivo eletrônico

Dicionários:

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, sd.